

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
CENTRO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

Dissertação de Mestrado



**O papel da mulher no matriarcado da Gilead de *Os Testamentos*
e de *O Conto da Aia*, de Margaret Atwood**

Cássia Benemann da Silva

Pelotas, 2021

Cássia Benemann da Silva

**O papel da mulher no matriarcado da Gilead de *Os Testamentos*
e de *O Conto da Aia*, de Margaret Atwood**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras do Centro de Letras e Comunicação da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Marks de Marques

Pelotas, 2021

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

S586p Silva, Cássia Benemann da

O papel da mulher no matriarcado da Gilead de *Os Testamentos* e de *O conto da Aia*, de Margaret Atwood / Cássia Benemann da Silva ; Eduardo Marks de Marques, orientador. — Pelotas, 2021.

109 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, 2021.

1. Os Testamentos. 2. O conto da Aia. 3. Distopia. 4. Feminismo. 5. Margaret Atwood. I. Marques, Eduardo Marks de, orient. II. Título.

CDD : 809

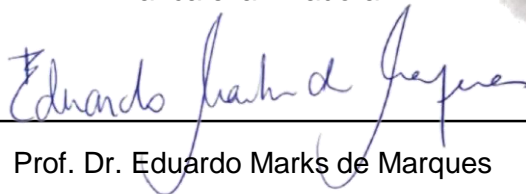
Cássia Benemann da Silva

O papel da mulher no matriarcado da Gilead de Os Testamentos e O Conto da Aia, de Margaret Atwood.

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Letras, Área de concentração Estudos da Linguagem, do programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal de Pelotas.

Pelotas, 16 de dezembro de 2021

Banca examinadora:



Prof. Dr. Eduardo Marks de Marques

Orientador/Presidente da banca

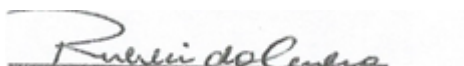
Universidade Federal de Pelotas



Prof.a Dr.a Marina Pereira Penteado

Membra da Banca

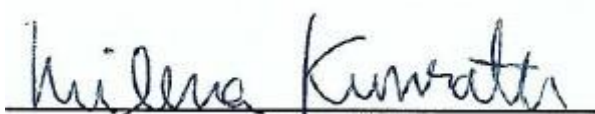
Universidade Federal Fluminense



Prof.a Dr.a Rubelise da Cunha

Membra da Banca

Universidade Federal de Rio Grande



Prof.a Dr.a Milena Hoffmann Kunrath

Membro da Banca

Dedico este trabalho à minha mãe Léa, ao meu pai Norberto e à minha dinda Oneda, que estiveram ao meu lado nos bons e maus momentos, sempre me auxiliando, motivando e me dando forças, sem nunca duvidarem do meu potencial.

Nolite te bastardes carborundorum.
(ATWOOD, 2017, p. 65)

*Ainda vai levar muito tempo até que uma mulher possa se sentar
e escrever um livro sem encontrar um fantasma que precise matar,
uma rocha que precise enfrentar.*
(WOLF, 2012, p. 17)

RESUMO

SILVA, Cássia Benemann da. **O papel da mulher no matriarcado da Gilead de Os Testamentos e de O Conto da Aia, de Margaret Atwood**. 2021. 109f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas: 2021.

Neste trabalho, busca-se desenvolver um breve panorama das distopias enquanto gênero literário e organização político-social, traçando comparações das ondas feministas (especialmente a 2ª e a 4ª) com a realidade que nos cerca e também com os conceitos de matriarcado e patriarcado. A partir dessas discussões, analisam-se os romances *O Conto da Aia* (1985) e *Os Testamentos* (2019), de Margaret Atwood, sendo possível então traçar os paralelos necessários para compreender os verdadeiros papéis das mulheres na sociedade distópica de Gilead. Nesta análise, o objetivo primordial é averiguar as posições dadas a cada uma das classes de mulheres dentro dessa sociedade teocrática-totalitarista, analisando suas ações e considerações a respeito do que lhes foi imposto, de modo a conjecturar a respeito do verdadeiro impacto que possuem na estrutura política e social do regime gileadeano. Assim, discutem-se e questionam-se os espaços e as estruturas de poder presentes nessa sociedade e o quanto do que foi vivenciado pelas mulheres que a compunham foi relevante o bastante para reverberar dentro e fora das obras, ao passo que, mesmo tão presentes, elas ainda acabam por ser desvalidadas ao final de cada uma das obras.

Palavras-chave: Os Testamentos. O Conto da Aia. Distopia. Feminismo. Margaret Atwood.

ABSTRACT

SILVA, Cássia Benemann da. **The role of women in the matriarchy of Gilead from The Testaments and The Handmaid's Tale by Margaret Atwood.** 2021. 109f. Dissertation (Master in Letters) - Postgraduate Program in Letters - Federal University of Pelotas, Pelotas: 2021.

This work seek to develop a brief overview of dystopias as a literary genre and socialpolitical organization, drawing comparisons between the feminist waves (especially the 2nd and 4th) with the reality that surrounds us and tje concepts of matriarchy and patriarchy. From these discussions, the novels The Handmaid's Tale (1985) and The Testaments (2019), by Margaret Atwood, are analyzed, making it possible to draw the necessary parallels to understand the true roles of women in the dystopian society of Gilead. The main objective in this analisysis is to investigate the positions given to each of the classes of women within this theocratic-totalitarian society, analyzing their actions and considerations regarding what was imposed on them, in order to conjecture about the true impact they have on society's political and social structure of the Gileadean regime. Thus, the spaces and structures of power present in this society are discussed and questioned and how much of what was experienced by the women who composed it was relevant enough to reverberate inside and outside the autor's works, while, even so present, they still end up being invalidated at the end of each one of the works.

Keywords: The Testaments. The Handmaid's Tale. Dystopia. Feminism. Margaret Atwood.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 REVISÃO DA LITERATURA	13
2.1 – Distopia e Totalitarismo.....	13
2.2 – Patriarcado, Matriarcado e Feminismo (2° e 4° onda)	23
3 – A DIVISÃO POLÍTICA E SOCIAL DE GILEAD	42
3.1 – As mulheres de Gilead.....	47
3.2 – Uma questão de sobrevivência.....	54
4 – AS MULHERES VESTEM RESISTÊNCIA	61
4.1 – As Tias vestem poder	63
4.2 – As Aias vestem silêncio	79
4.3 – As Esposas e as Marthas vestem domesticação	93
5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS	103

1 INTRODUÇÃO

Não é de hoje que temos interesse pelo futuro e o que vamos encontrar nele. Existe muito de um ideal utópico nas projeções que fazemos, imaginando modelos perfeitos de sociedades, nas quais não existem mais problemas ou opressões – mesmo que saibamos que as utopias não sejam possíveis, uma vez que o que é bom para um provavelmente não será para o outro; no entanto, ao mesmo tempo em que visionamos o futuro perfeito também somos levados pelo fascínio das sociedades distópicas, sejam elas construídas sobre fortes questões políticas, apocalipse ou até mesmo zumbis. Sociedades nas quais a população é categorizada e oprimida, com pessoas morrendo apenas por expressar suas opiniões, ou então uma parcela dela é trancafiada em algum lugar com algum lúgubre propósito, seja ele de entretenimento ou apenas sobrevivência. Somos tão arrebatados pela visão pessimista de um futuro quanto pelo desejo otimista de prosperidade.

Começas a distinguir que tipo de mundo estamos criando? É exatamente o contrário das estúpidas utopias hedonísticas que os antigos reformadores imaginavam. Um mundo de medo, traição e tormento, um mundo mais impiedoso, à medida que se refina. O progresso em nosso mundo será o progresso no sentido de maior dor. [...] Se queres uma imagem do futuro, pensa numa bota pisando um rosto humano para sempre (ORWELL, 2003, p. 255).

Acreditamos que o principal motivo da ampla aceitação das distopias na contemporaneidade está na maneira como essas obras podem influenciar o mundo real e, dessa forma, fazer com que nos reconheçamos nelas, e inversamente reconheçamos muito delas na nossa sociedade. Vivemos um momento bastante conturbado em múltiplos sentidos: cercada de incertezas a sociedade atual têm de lidar diariamente com problemas relacionados à política, aos direitos civis e sociais, ao preconceito racial e de gênero, e uma outra infinidade de questões que vão completamente contra uma visão mais positiva de futuro, de uma sociedade mais igualitária, menos preconceituosa e excludente.

Desde as eleições presidenciais estadunidenses de 2016, que elegeram o controverso presidente Donald Trump, o mundo parece ter se dado conta da dimensão distópica que vivemos e para a qual continuamos nos encaminhando. Trump pode não ser diretamente o responsável pela demasiada procura por obras literárias distópicas, ou pela aproximação dos indivíduos dessas histórias, mas ele despertou o sinal de alerta ao demonstrar o quanto é capaz de criar um cenário impiedoso e distópico. Entretanto, curiosamente, a ascensão de Trump ao poder gerou um *boom*

de vendas do livro *O Conto da Aia* (1985), de Margaret Atwood, e que junto ao último livro publicado da autora – *Os Testamentos* (2019) – serão os objetos de estudo desse trabalho. A retórica machista e preconceituosa do presidente estadunidense e os possíveis efeitos sociais a serem por ela causados certamente são os responsáveis por criar a conjuntura necessária para a circulação do primeiro livro e, de certa maneira, também contribuíram para que a autora publicasse sua última obra.

Para Gregory Claeys, as distopias têm definido cada vez mais o espírito do nosso tempo, tendendo a ver positividade na maior circulação dessas obras:

Indo em direção à incerteza, mas claramente um futuro perigoso, precisamos de visões de alternativas – mesmo de utopias – para delinear quais caminhos sugerem os maiores e quais os menores males. Precisamos da visão de longo prazo, não do curto-praxismo que a política e o desejo por gratificações cada-vez-mais-imediatas nos impõem. A tarefa da distopia literária, então, é alertar-nos e educar-nos sobre as distopias da vida real. Não precisa fornecer um final feliz para fazê-lo: o pessimismo tem seu lugar. Mas pode conceber soluções racionais e coletivas, lá onde florescem a irracionalidade e o pânico. O entretenimento desempenha um papel neste processo. (CLAEYS, 2017, p. 501)

Com isso, tendo em mente a função que as distopias representam para a sociedade na atualidade, tendo em mente o processo de reconhecimento existente entre os universos distópicos e a realidade da qual fazemos parte, o objetivo dessa dissertação foi analisar as narrativas de *O Conto da Aia* (1985) e de *Os Testamentos* (2019), de modo a compreender qual o papel da mulher na sociedade de Gilead. A partir da análise das escolhas feitas pelas personagens, pudemos questionar a real importância da parcela feminina no regime imposto e, a partir daí, conjecturar sobre o real poder por trás de tudo: o poder matriarcal.

Com isso, no capítulo 2.1, a fim de melhor elucidar os assuntos discutidos ao longo da dissertação, foi feito um apanhado de leituras com o intuito de traçar um melhor panorama a respeito deles. Utilizamos das palavras de autores como Russell Jacoby, Gregory Claeys, Fátima Vieira, Hannah Arendt, Christine Delphy, Simone de Beauvoir, entre outros, para dar voz a questões como utopias, distopias, totalitarismo, patriarcado, matriarcado e feminismo, tentando, dessa maneira, definir conceitos tão importantes e necessários para a consolidação e estruturação do presente trabalho.

Já no capítulo 2.2, buscou-se reconhecer as diferentes formas como as opressões de gênero agem de acordo com a posição que é tomada perante a sociedade, tendo como centro de análise as divisões das mulheres na sociedade de Gilead a partir dos níveis de opressão impostos a elas de acordo com o papel social

imposto a cada uma. Em especial, temos o papel da Tia Lydia para a manutenção e, posteriormente, queda do regime, podendo-se, assim, compreender como e por que existem mulheres capazes de apoiar um regime que é intrinsecamente contra as mulheres, uma vez que para consolidar uma opressão é necessário que haja oprimidos capazes de oprimir.

Os capítulos 3 e 4 dedicam-se à análise das estruturas de poder presentes em Gilead, questionando o verdadeiro papel das mulheres nessa sociedade e, em consequência, o dos homens, abrindo espaço para a discussão acerca da principal problemática desse trabalho: a hipótese de, na verdade, estarmos analisando um regime de viés matriarcal e não patriarcal – ao contrário do que a grande maioria dos leitores e da crítica toma as obras de Margaret Atwood em questão. Para isso, foi necessária uma profunda análise das divisões femininas dentro do regime e o quanto elas refletem dentro e fora da República de Gilead, assim como dentro e fora dos romances, juntamente com um exame do posicionamento dessas mulheres perante o que lhes é imposto, partindo do pressuposto de que, mesmo após serem colocadas numa aparente posição de inferioridade aos homens, fizeram de suas invisibilidades uma ferramenta de controle, ao mesmo tempo em que se mostravam submissas e dependentes da parcela masculina que reivindicava a soberania daquela estrutura político-social.

Dessa maneira, direcionamos nossos esforços a compreender intrinsecamente as relações de poder existentes em Gilead e o sentimento de falsa liberdade deixado por elas, ao passo que nem Gilead nem a sociedade pós-Gilead parece compreender, ou querer compreender, a complexidade e problemática existente por trás da necessidade de afirmação e superioridade que os homens gileadeanos insistem em infligir às mulheres. Muito mais que questionar o posicionamento das mulheres perante a opressão, procuramos observá-las e compreendê-las, para, assim, partirmos para o questionamento de quanto essas histórias podem ou não refletir na nossa realidade, enquanto leitores de uma sociedade patriarcal, machista e misógina.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Distopia e Totalitarismo

As tentativas de prever o futuro e imaginar uma sociedade ideal, ou não, são tão antigas quanto a própria humanidade; é nessa busca incansável por respostas que questões referentes a distopias (e também utopias) ganharam força e voz em meio a tantas outras teorias. Nesse sentido, a melhor definição de distopia aqui cabível se descreve como um conceito filosófico popularmente conhecido por tratar de sociedades construídas sob o olhar de um governo totalitário, que exerce um poder tirânico sobre seus dominados, com regras rígidas e quase nenhum direito. As distopias são basicamente opostas às utopias - uma vez que essas são vulgarmente conhecidas como as sociedades que preveem um sistema perfeito, um estado ideal, no qual a felicidade da população é a máxima –, embora ambas retratem possíveis respostas para um mundo futurista e muitas vezes pós-apocalíptico. As duas definições dificilmente são vistas separadamente: para se falar de pessimismo, é primeiro necessário que se pense sobre otimismo e, então, comparar ambos com a realidade do agora.

O termo utopia foi utilizado pela primeira vez no século XVI, no livro *A Utopia* (1516), do pensador inglês Thomas More (1478-1535); mas mesmo antes dele, é possível encontrar aspectos considerados utópicos, ainda que sem a devida utilização do termo, em obras canônicas como *A República*, de Platão (Década de 379 a.C.). A etimologia de utopia vem das palavras gregas *ou* (não) e *topos* (lugar), que podem aqui significar “lugar nenhum” ou “não lugar”. Uma espécie de brincadeira com os prefixos que More acaba utilizando, e que está na expressão *eutopia*, ou eu-topos (bom lugar), pois ambos os termos têm a mesma pronúncia na língua inglesa. Dessa maneira, é possível que compreendamos que as utopias podem ser ao mesmo tempo eutopias, lugares bons e idealizados, e utopias “não-lugares”.

Ao criar dois neologismos que são próximos em sua composição e sentido – um neologismo lexical (utopia) e um neologismo derivacional (eutopia) – More criou uma tensão que persiste ao longo do tempo e tem sido a base para a dualidade perene do sentido de utopia como o lugar que é simultaneamente um não-lugar (utopia) e um lugar bom (eutopia). (VIEIRA, 2010, p. 5, minha tradução) ¹

¹ By creating two neologisms which are so close in their composition and meaning – a lexical neologism (utopia) and a derivation neologism (eutopia) – More created a tension that has persisted over time and

O “não-lugar” se localiza no desconhecido, no inconcebível, no inatingível futuro, a realidade que o cerca é estrangeira e onírica, se manifesta a partir de desejos e ansiedades que parecem não convergir com a realidade e precisam dessa projeção utópica para terem alguma validade. Enquanto a eutopia possui um viés mais político, sendo utilizada para indicar pensamentos idealizados, organizações sociais vistas como mais justas e boas se comparadas ao presente, de modo a criticar a própria sociedade em que está inserida; ela idealiza um estado sob um olhar mais educativo, sem ser inatingível, e sim como uma forma de dar novas diretrizes e desenvolvimento capazes de evitar a não progressão.

Já o termo distopia popularizou-se em 1868, como o oposto de utopia, ao ser utilizado pelo filósofo John Stuart Mill num discurso no Parlamento: “O que é demasiadamente bom para ser tentado é utópico, o demasiado mau é distópico”.

O termo ‘distopia’ foi evidentemente cunhado em 1747, escrito como ‘dustopia’. Em 1748, a ‘distopia’ foi definida como ‘um país infeliz’ [*por Budakov*]. O uso relevante seguinte veio em um discurso de 1868, de John Stuart Mill, no Parlamento. Ali chamou a política britânica na Irlanda de ‘muito ruim para ser praticável’, e seus defensores como ‘cacotopianos’ (como no grego, lugar ruim), ou dis-topianos. [...] A distopia veio a uso comum significativo no final do século XX e, principalmente, na literatura secundária, concentrando-se em textos contemporâneos” (CLAEYS, 2017, p. 273, minha tradução)².

Com isso, como destaca Gregory Claeys, no livro *Dystopia: A Natural History*, “a palavra [distopia] é derivada de duas palavras gregas, *dus* e *topos*, significando um lugar doente, ruim, defeituoso ou desfavorável” (CLAEYS, 2017, p. 4). Segundo o autor, existem diversas formas de realidades distópicas, mas seu fio condutor seria um lugar ruim, quando comparado com o lugar onde se encontra, onde quem nele vive sente-se ameaçado, oprimido, cercado pelos sentimentos de medo e desconfiança. Para Claeys, tudo estaria diretamente ligado ao regime político, geralmente totalitarista, ali presente.

has been the basis for the perennial duality of meaning of utopia as the place that is simultaneously a non-place (utopia) and a good place (eutopia).

² The term ‘dystopia’ was evidently coined in 1747, spelt as ‘dustopia’.² In 1748, ‘dystopia’ was defined as ‘an unhappy country’.³ The next important use came in an 1868 speech by John Stuart Mill in Parliament. This termed British policy in Ireland ‘too bad to be practicable’, and its proponents as ‘cacotopians’ (after the Greek, bad place), or dys-topians.⁴ [...] ‘Dystopia’ came into meaningful common usage in the late twentieth century, and then mainly in secondary literature concentrating on contemporary texts.

No entanto, definir o conceito de *topos* como uma simples contradição a *dus* não parece um procedimento adequado e nem capaz de dar conta da complexidade presente na mesma. A ideia de utopia passou a ser concebida há cinco séculos, mas foi o século XX – com seus avanços tecnológicos e novas descobertas científicas – que enraizou a distopia na história moderna. Tanto as distopias quanto as utopias/eutopias possibilitam uma reflexão sobre as sociedades nas quais estão inscritas. A principal diferença entre elas está relacionada ao social e à perspectiva na qual elas são adotadas: o que é bom e ideal para um indivíduo (ou grupo de indivíduos) não é necessariamente bom para o outro, uma sociedade pode ser utópica para determinada classe social – a que está no poder, por exemplo – mas pode ser demasiadamente distópica para uma classe inferior, ambas pertencem à mesma realidade, no entanto essa realidade é vista de formas bastante opostas conforme a perspectiva de cada indivíduo que nela se encontram.

Outro ponto importante, sobre essa relação, diz respeito ao fato de as utopias buscarem a autonomia social através de uma visão baseada em novas ideias, novos horizontes capazes de mudar o curso, rumo a algo muito melhor. Existe a confiança em um futuro melhor e a esperança ideológica de que a sociedade atual pode ser melhorada hoje para que um novo, próspero e ainda melhor amanhã nasça. As distopias, no que lhes dizem respeito, evidenciam o que há de errado e que pode vir a privar todos da liberdade e seus direitos. Em um horizonte ético-político e social, as distopias buscam causar assombro, ameaçar a liberdade, conforme afirma Russell Jacoby (2007, p.40).

Datadas de um pessimismo ativo, utilizando-se dos rastros deixados pelas utopias, essas “utopias negativas” procuram iluminar o presente ao mesmo tempo em que ofuscam o futuro, não abandonando totalmente, assim, a raiz utópica. Como é possível ver em Jacoby (2001, p. 141), não passam simplesmente a tratar-se de futuras sociedades, mas sim dispõem-se a refletir e criticar as possibilidades presentes em todas as realidades, sejam elas otimistas ou não.

Sociedades de cunho distópico – aqui entendidas como sociedades imaginárias controladas pelo poder do Estado ou por outros meios extremos de opressão, criam assim condições de vida insuportáveis àqueles que a constituem, e costumam ter como base a realidade do presente, idealizada em condições extremas no futuro. Apesar de muitas vezes serem consideradas pela ficção científica como

futuristas, como dito anteriormente, ainda carregam premissas do passado e uma compreensão profunda do presente, de modo a produzir histórias cuja moral crítica questiona esse presente e subverte o passado.

O que existe de futurístico nas narrativas distópicas é a previsão do que pode vir a ser um problema para a sociedade e deve assim ser combatido. Encontramos nessas histórias um sinal de alerta para possíveis forças opressoras que existem no presente determinado e que, quando vitoriosas, podem vir a representar um grande perigo à liberdade como um todo, conforme vemos nas palavras de Michael Löwy, na citação a seguir, ao analisar a obra de Walter Benjamin.

Toda sua obra pode ser compreendida como uma espécie de “aviso de incêndio” dirigido a seus contemporâneos, um sino que repica e busca chamar a atenção sobre os perigos iminentes que os ameaçam, sobre as novas catástrofes que se perfilam no horizonte. (LÖWY, 2005a, p. 32).

Com toda essa “expectativa” de um futuro nada promissor e uma realidade nada feliz, podemos concordar com Claeys (2017) e sermos levados a conceber a distopia como um estado psicológico inerente ao homem: deixamos de temer deuses ou monstros e adquirimos medos de caracteres sociais – como o domínio das tecnologias opressivas, regimes totalitarista, substituição das funções humanas por máquinas e etc. “[...] O medo permanece constante, flutuando, mesmo se seus objetos variam” (2007, p. 9), assim, sociedades passam a ser vistas como protótipos de realidades distópicas, onde o caos, as paranoias e o medo imperam como as principais bandeiras impostas sobre todos que dela fazem parte.

Seguindo nessa lógica, é possível perceber a relação direta que existe entre a “realidade distópica” e os discursos opressivos que envolvem questões como crise, inimigos em comum, necessidade de submissão e tomada de direitos. Chegamos, então, no ponto em que as categorias dos dominadores – aqueles que agora detêm o poder sobre a sociedade – e dos dominados – aqueles outros que, detidos pelo medo, acabam reféns dos primeiros – passam a dividir a sociedade e a criar uma atmosfera de caos, na qual medos naturais assumem progressivamente novos papéis e passam a formular outros tantos que irão induzir a humanidade rumo ao caminho da aniquilação do inimigo, muitas vezes sem se dar conta que os inimigos são eles próprios.

Ao concebermos a distopia como algo apenas inerente da literatura ou do cinema, é necessário ter em mente que “[existem] usos não literários e empíricos do termo” (CLAEYS, 2017, p. 5). As distopias não apenas podem, como existem, nesse

ou em qualquer outro momento da nossa linha do tempo: nós convivemos com elas diariamente, mas, enquanto literatura, elas têm o poder de modificar a realidade e a sociedade ao longo da história humana. Conforme ainda reflete Claeys, a literatura distópica costuma ter origem em algum fato, ou evento, que deu errado no presente e, assim, cria-se uma história futurista – que aqui pode ser compreendida parte das histórias adeptas ao movimento/manifesto futurista (1909), que se iniciou no final do século XIX, e que baseiam-se nos avanços e desenvolvimentos surgidos nessa época, além de rejeitarem o passado e o moralismo, buscando no futuro um lugar melhor – que procura dar conta de uma solução capaz de modificar o futuro. Sendo assim, essas histórias devem então ser capazes de gerar empatia por parte do leitor, fazendo com que ele se identifique com situações, conflitos, grupos sociais e indivíduos nelas presentes. Esse tipo de literatura, em resumo, deve imaginar o futuro e servir de alerta para o presente, sugerindo então alternativas para que se evite o que parece inevitável.

Quando a ideia de eucronia veio a ser sistematicamente promovida (i.e. quando o pensamento utópico voltou-se para o futuro), ela foi inevitavelmente acompanhada pela imaginação de tempos mais sombrios. A ideia da ‘utopia que deu errado’, no entanto, não nasceu naturalmente ali: desde o início dos tempos, as pessoas pensam na possibilidade da construção de um mundo melhor, mas elas também estão cientes da possibilidade de um futuro que possa ser pior do que o presente. [...] A distopia literária usa os recursos narrativos da utopia literária, incorporando na sua lógica os princípios da eucronia (i.e. imaginando que o mesmo lugar – o lugar onde o utopista vive – será em outro tempo – no futuro), mas prevê que as coisas darão errado; é, então, essencialmente pessimista em sua apresentação de imagens projetadas. (VIEIRA, 2010, p.16-17, minha tradução)³

A eucronia consiste no movimento que se faz ao abandonar o lugar, o *topos*, e posicionar-se no *cronos*, no tempo; “da eu/utopia a bom/não-lugar, passamos para *euchronia*, o bom lugar no futuro”⁴ (VIEIRA, 2010, p. 9). Assim como as utopias, as distopias irão utilizar da eucronia, de modo a dar uma nova dimensão à história que se encontra agora no futuro, numa ideia de futuro. Só ao projetar a sociedade no futuro, é possível permitir as mudanças necessárias para impedir que o que há de

³ When the idea of euchronia came to be systematically promoted (i.e., when utopian thought turned towards the future), it was inevitably accompanied by the imagination of darker times. The idea of ‘utopia gone wrong’ was not naturally born then, though: from time immemorial people have thought about the possibility of the construction of a better world, but they have also been aware of the likelihood of a future which might be worse than the present. [...] Literary dystopia utilizes the narrative devices of literary utopia, incorporating into its logic the principles of euchronia (i.e., imagining what the same place – the place where the utopist lives – will be like in another time – the future), but predicts that things will turn out badly; it is thus essentially pessimistic in its presentation of projective images.

⁴ From eu/utopia, the good/non-place, we move to euchronia, the good place in the future.

ruim no presente aconteça e preservar a ideia que se tem de que a construção do futuro está em nossas mãos.

Partindo desse pressuposto de eucronia e somando-o ao caráter denunciativo que as distopias possuem, é possível compreendê-las de forma a concordar que “a narrativa distópica não se configura, deste modo, apenas como visão futurista ou ficção, mas também como uma previsão a qual é preciso combater no presente” (HILÁRIO, 2013, p.207).

Uma vez criadas como forma de aviso e imaginadas sob condições de extrema opressão, privação e limites sociais extrapolados, essas histórias geralmente são (como anteriormente mencionado) ou serão caracterizadas por regimes governamentais totalitaristas ou autoritaristas, podendo ou não utilizarem da tecnologia, inserida nesse contexto distópico, como ferramenta de controle humano. Esses regimes (tanto em um caráter literário quanto histórico-político) têm como principais efeitos impostos sobre os demais a desinformação, a manipulação da realidade, ou simplesmente o exercício do medo: infligir o medo da punição acaba sendo uma das estratégias mais utilizadas por aqueles que pretendem ascender ao poder ou manter-se nele.

O conceito por trás da política totalitarista vem sendo construído desde metade do século XX. Embora o termo tenha sido ouvido pela primeira vez na Itália – onde era utilizado de modo a caracterizar e avaliar estados fascistas, quando comparados ao Estado Liberal – ele se fez (e ainda se faz) presente em vários momentos importantes e perturbadores da história mundial. Na Alemanha nazista foi substituído pela expressão Estado Autoritário, mas ainda sim representava o mesmo sentido e tornou-se a designação dada às ditaduras monopartidárias tanto fascistas quanto comunistas, que por sua vez só se popularizou após o final da Segunda Guerra Mundial.

Conforme afirma Hannah Arendt, no livro *As Origens do Totalitarismo* (2000), os regimes totalitaristas podem ser definidos através de uma série de experiências que possibilitaram o surgimento de uma opressão política, diferente da imposta pelo demais domínios políticos, capaz de eliminar a diversidade e acabar com os conceitos de indivíduo e individualidade. Todos os seres são reduzidos a massas e tornam-se propriedade do estado, dando a ele controle total sobre essas.

Segundo H. Arendt, o Totalitarismo é uma forma de domínio radicalmente nova porque não se limita a destruir as capacidades políticas do homem,

isolando-o em relação à vida pública, como faziam as velhas tiranias e os velhos despotismos, mas tende a destruir os próprios grupos e instituições que formam o tecido das relações privadas do homem, tornando-o estranho assim ao mundo e privando-o até de seu próprio eu (BOBBIO, 1998, p.1248)

O uso de instrumentos e técnicas de controle social são características fundamentais dessa vertente política. Para controlar as massas, eram necessárias ações que incluíam propaganda política, opressão declarada, violência, manipulações, substituição da realidade por ficção, criação de um inimigo comum a todos e capaz de causar medo e até a divinização de um líder – sendo ele o único capaz de destruir o inimigo –, tudo com o intuito de criar uma sociedade ordenada e alienada, que segue ordens sem questionar.

O que distingue os líderes e ditadores totalitários é a obstinada e simplória determinação com que, entre as ideologias existentes, escolhem os elementos que mais se prestam como fundamentos para a criação de um mundo inteiramente fictício. [...] Sua arte consiste em usar e, ao mesmo tempo, transcender o que há de real, de experiência demonstrável na ficção escolhida, generalizando tudo num artifício que passa a estar definitivamente fora de qualquer controle possível por parte do indivíduo. Com tais generalizações, a propaganda totalitária cria um mundo fictício capaz de competir com o mundo real, cuja principal desvantagem é não ser lógico, coerente e organizado. (ARENDT, 2000, p. 411)

Vale ressaltar que essa autoridade suprema e quase divina imposta pelos movimentos totalitaristas será a figura responsável por representar todo poder e moral presentes nos ideais adotados pelo regime – seu pensamento é redentor e suas palavras representam a lei total, a tábua de salvação na qual o povo deve segurar-se, seu discurso é voltado de modo a tornar o medo a lei suprema imposta sobre os demais. “O chefe é o depositário da ideologia: apenas ele pode interpretá-la ou corrigi-la” (BOBBIO, 1998, p. 1248), assim como ele é o único capaz de escolher quem será o próximo alvo, o próximo inimigo da sua nação.

O que Arendt nos apresenta é um governo sistematizado de forma a criar uma máquina de manipulação política; ao manipular as massas, é possível que se crie uma nova ideia de mundo, na qual a realidade será deixada de lado ao ser substituída pela ficção, e resultado disso é algo ficcionalmente ordenado e organizado. Esse universo fictício passa então a ser tido como verdade absoluta e sua legitimidade é garantida dentro das novas leis regradadas e adotadas pelos governantes. Nesse processo, muito (quando não tudo) do passado e da história costuma ser apagado, pois é necessário que o povo permaneça alienado a tudo que possa fazer com que

ele questione ou se rebele, já que aquele que desconhece o seu passado não é capaz de questionar o presente ou imaginar o futuro melhor.

Dentro dessa nova realidade, existe um inimigo em comum (este, como anteriormente comentado, é sempre escolhido pelo líder do partido) capaz de colocar em risco todo o destino da humanidade, é a ele que todo o ódio é direcionado e a ele não cabe nenhum sentimento de simpatia ou afinidade que não venha a ser condenado. Para derrotar esse mal, qualquer punição é bem-vinda: a violência torna-se não apenas permitida, mas uma arma de manutenção do poder, e, com isso, até os piores atos podem ser tomados sem que sejam vistos com maus olhos; a massa está agora disposta a apoiar qualquer ação dos seus governantes, uma vez que o importante é a manutenção da nova realidade da qual fazem parte.

Mas o que é desconcertante no sucesso do totalitarismo é o verdadeiro altruísmo dos seus adeptos. [...] o fato espantoso é que ele não vacila quando o monstro começa a devorar os próprios filhos, nem mesmo quando ele próprio se torna vítima da pressão, quando é incriminado e condenado, quando é expulso do partido e enviado para um campo de concentração ou de trabalhos forçados. Pelo contrário: para o assombro de todo o mundo civilizado, estará até disposto a colaborar com a própria condenação e tramar a própria sentença de morte, contanto que o seu *status* como membro do movimento permaneça intacto. (ARENDT, 2000, p. 357)

Vale ressaltar que, além da teoria de Hannah Arendt, existe uma segunda – também clássica e pertencente aos teóricos Carl J. Friederich e Zbigniew K. Brzezinski – que define o totalitarismo como o resultado de um conjunto de traços capazes de descrevê-lo como uma espécie de síndrome. São estes traços:

1) uma ideologia oficial que diz respeito a todos os aspectos da atividade e da existência do homem e que todos os membros da sociedade devem abraçar, e que critica, de modo radical, o estado atual das coisas e que dirige a luta pela sua transformação; 2) um partido único de massa dirigido tipicamente por um ditador, estruturado de uma forma hierárquica, com uma posição de superioridade ou de mistura com a organização burocrática do Estado, composto por pequena percentagem da população, onde uma parte nutre apaixonada e inabalável fé na ideologia e está disposta a qualquer atividade para propagá-la e atuá-la; 3) um sistema de terrorismo policial, que apoia e ao mesmo tempo controla o partido, faz frutificar a ciência moderna e especialmente a psicologia científica e é dirigido de uma forma própria, não apenas contra os inimigos plausíveis do regime, mas ainda contra as classes da população arbitrariamente escolhidas; 4) um monopólio tendencialmente absoluto, nas mãos do partido e baseado na tecnologia moderna, da direção de todos os meios de comunicação de massa, como a imprensa, o rádio e o cinema; 5) um monopólio tendencialmente absoluto, nas mãos do partido e baseado na tecnologia moderna, de todos os instrumentos da luta armada; 6) um controle e uma direção central de toda a economia através da coordenação burocrática das unidades produtivas antes independentes. (BOBBIO, 1998, p. 1249)

Ambas as teorias convergem ao evidenciarem que os três principais aspectos desse regime são a ideologia oficial, o terror policial e um partido único de massa. Diferentemente dos demais regimes autoritários, ditatoriais ou despóticos, foi a combinação do terror e da engenhosa propaganda – possível graças ao uso das tecnologias, organização das massas e controle do monopólio midiático – que fez com que os regimes totalitários tivessem o sucesso necessário para alcançar seus objetivos; as táticas adotadas por eles conferiram o poder de penetração (na sociedade) e a mobilização necessária para que se tornassem um fenômeno político. Nenhum de seus ideais era bom, ou representava algo que pudesse garantir um bom futuro para o povo, cada pequeno movimento deles priorizava apenas eles mesmos (suas próprias vitórias e glórias), mas foi com suas capacidades de convencimentos que obtiveram sucesso, pois, através delas, até o pior dos crimes podia ser justificado como uma maneira de manter a segurança de todos.

Outra vertente totalitarista que merece destaque no presente trabalho diz respeito ao totalitarismo teocrático, cuja clássica premissa abarca sociedades governadas por líderes religiosos ou pessoas nomeadas por eles, que se apresentam como representantes de Deus, numa união direta e total entre fé e política. Nesse tipo de regime governamental, o argumento é de que as ordens dadas são, na verdade, ordens divinas, a vontade do povo fica em segundo plano desde que não colidam com os interesses do sistema, dado que a divindade é reconhecida como o verdadeiro chefe de Estado, e quem ocupa esse cargo é alguém de carne e osso que se diz representante direto, descendente ou até mesmo encarnação desse ser divino: “a verdadeira justiça existe apenas na república cujo fundador é Cristo” (AGOSTINHO, *De Civ. Dei* II, 21).

Conforme estabeleceu Max Weber, no início do século XIX, esses líderes teocráticos operam conforme a lógica da “ética da convicção”, que diz respeito à convicção pessoal desses líderes sobre o que é verdade, sobre o que deve ser regra, sem precisar que levem em conta as consequências geradas por suas decisões. Essas lideranças irão se diferenciar apenas conforme o contexto de sua época ou posição geopolítica, mas todas irão tomar escrituras sagradas, em sua totalidade ou em fragmentos, como mensagens divinas e regras a serem seguidas por toda a sociedade.

Um regime totalitário teocrático pode ser traduzido através de uma fé que despreza a liberdade individual, o indivíduo como um ser pensante – dotado de intelecto, opiniões e vontades, mas que é capaz de pregar a submissão, a resignação, a abnegação e que acaba por considerar a vida dispensável enquanto não servir às suas vontades. As correlações entre religião e política sempre serão extremas e radicais nesses Estados.

A influência da fé no estabelecimento de leis e/ou regras acarreta a intolerância perante tudo que possa abalar essa fé de alguma forma; até mesmo pensamentos podem se tornar perigosos, visto que têm o potencial – por menor que seja – de incitar a revolta. É assim que regimes teocráticos assumem seus papéis de Estados totalitaristas, regulando não apenas os indivíduos como parte de uma sociedade religiosa, mas também os seus preceitos morais, espirituais, culturais e educacionais. Nada é feito sem que haja a possibilidade de legitimar as crenças impostas acima de quaisquer outras.

A Intolerância tem sua origem em uma predisposição comum a todos os humanos, a de impor suas próprias crenças, suas próprias convicções, desde que disponham, ao mesmo tempo, do poder de impor e da crença na legitimidade desse poder. Dois componentes são necessários à intolerância: a desaprovação das crenças e das convicções do outro e o poder de impedir que esse outro leve sua vida como bem entenda (RICOEUR, 2000, p. 20).

Deste modo, é possível compreender o porquê de os regimes totalitários serem frequentemente utilizados como importantes panos de fundo para a escrita de obras distópicas, uma vez que a literatura pode ser vista como “testemunho histórico” (CHALHOUB; PEREIRA, 1998) da realidade a qual ela representa ou descreve, mesmo que seja comum a classificação dessas obras como pertencentes à categoria de ficção científica. É a partir do prisma da teoria crítica da sociedade que tomaremos as distopias literárias como ferramentas de análise da sociedade moderna e afirmaremos a literatura como dispositivo a partir do qual nos tornamos capazes de criticar as forças que constituem o presente. Esse gênero literário passa então a ser visto como forma de resistência frente aos efeitos nocivos presentes no tecido das relações sociais, estando as distopias intimamente conectadas à sociedade atual e refletindo sobre as próximas, de modo a tentar modificá-las, evitando o seu extermínio ou o fim da humanidade como a conhecemos.

Os elementos sociais não são e não podem ser vistos como exteriores ao texto literário – o escritor distópico tem a tarefa e o dever de analisar a sociedade e

suas transformações no texto. A literatura não é um reflexo da sociedade, mas sim a experiência de determinada situação social, ela não só faz parte da estrutura da sociedade a qual está inserida como também ajuda a construí-la: “a referência ao social não deve levar para fora da obra de arte, mas sim levar mais fundo para dentro dela” (ADORNO, 2003, p. 66). O social faz parte da obra literária, o externo, que provém do convívio em sociedade; é importante como um elemento capaz de desempenhar um papel constitutivo na estrutura de qualquer obra literária e tornar-se interno a ela.

Nessa lógica, as narrativas literárias distópicas tratam das experiências subjetivas da humanidade perante as problemáticas relativas ao sujeito, à ética e ao poder. Pensar o social a partir da literatura é meio de buscar novos significados a respeito do que foi vivenciado em determinado contexto histórico, assim é possível traçar novas escolhas e caminhos no tempo presente através do que nos foi apresentado no contexto literário.

2.2 Patriarcado, Matriarcado e Feminismo (2ª e 4ª onda)

É impossível pensar no feminismo e no matriarcado sem remontar ao conceito existente por trás de outro conceito social com o qual estes costumam ser comparados: o patriarcado. Não existe um início específico para o surgimento das sociedades de cunho patriarcal, mas alguns estudiosos apontam que o conceito de patriarcalismo criou raízes por volta de seis mil anos atrás (por volta de 4000 a.C.). Assim, falar em patriarcado é lidar com um termo que, ao longo dos tempos, passou por várias mudanças de significação: antes do século XIX, ele designava a representação social de caráter religioso, na qual estavam inseridos os primeiros chefes das famílias, “seja antes, seja depois do Dilúvio. Esse sentido ainda é encontrado, por exemplo, na Igreja Ortodoxa, na expressão ‘o patriarca de Constantinopla’” (DELPHY, 2009, p. 173). Já por volta do final do século XIX, devido às influências da evolução humana, muda-se o sentido, que passa a significar literalmente a autoridade/superioridade do pai sobre os seus e sobre a sociedade. Mas é no final do século XX que o termo irá assumir um novo papel – com a chegada da Segunda Onda do feminismo – e passará a designar a dominação masculina sobre as mulheres, independente de uma relação biológica.

Esse novo sentido feminista contemporâneo é atribuído a Kate Millett - em *Sexual politics (Política sexual)* (1971) – e dá continuidade ao sentido anterior, trazendo a visão de uma mulher que vive de submissão ao:

Pai ou marido, é tudo igual, diz implicitamente a definição feminista. E é, na verdade, o caso de nossas sociedades, como da sociedade antiga que criou a palavra. Isso é, entretanto, a fonte de uma das objeções correntes contra a utilização de “patriarcado” para designar o(s) sistema(s) que oprime(m) as mulheres. A palavra exata, dizem aqueles e aquelas que levantam essa objeção, deveria ser “*viriarcado*”. Na verdade, em certas sociedades, o marido e o pai são distintos: é o tio materno que detém a autoridade “paterna” sobre os filhos nas famílias. [...] O sentido dado pelas feministas prevaleceu, e é compreendido que a palavra designa a dominação dos homens, quer sejam eles pais biológicos ou não. (MILLETT, p. 175, 1971)

Assim, o conceito de patriarcado está diretamente ligado aos movimentos feministas, uma vez que representa um sintoma da sociedade ao longo dos tempos que deve ser combatido e eliminado.

O termo patriarcado ainda tem fortes ligações com conceitos de gênero. Ainda segundo Christine Delphy (2009), os termos “patriarcado”, “gênero” e “relações sociais de gêneros” têm em comum o fator de pretensão à generalidade e denotação de uma organização social que comanda um conjunto de atividades que têm como principal função é desmerecer o papel dos gêneros (ou sexos) considerados inferiores, pelos que se consideram superiores aos demais.

Às vezes, o termo “patriarcado” levanta objeções, frequentemente da parte das mesmas pessoas que se opõem mais tarde ao emprego do conceito de gênero. As razões dessas reticências são às vezes claras: elas denotam a adesão a uma teoria que privilegia o capitalismo, no caso do patriarcado, e a uma teoria que privilegia a “diferença natural dos sexos”, no caso do gênero. (DELPHY, 2009, p. 177)

Na sua forma mais substancial, o patriarcado, ou patriarcalismo, deve ser visto – de maneira mais generalista – como um sistema, ou organização social, de cunho patriarcal. Segundo Mary G. Castro e Lena Lavinas (1992), “trata-se de um tipo de dominação em que o senhor é a lei e cujo domínio está referido ao espaço das comunidades domésticas ou formas sociais mais simples” (CASTRO; LAVINAS, 1992, p. 237). As autoras alegam, ainda, que o movimento feminista se utiliza do termo de uma maneira mais heterogênea e sem preocupação com uma concordância conceitual, com exceção de quando se referem ao poder e à dominação dos homens sobre o sexo feminino. “Para algumas [feministas], ele se dá ao nível da família, para outras, num plano mais geral, na relação com o Estado” (CASTRO; LAVINAS, 1992, p. 237). Por final, as autoras concluem que a utilização do termo perde seu posto de

conceito para afirmar-se como uma referência implícita à dominação sexual (CASTRO; LAVINAS, 1992, p. 238).

O que há, conforme o que afirma Delphy em *Le patriarcat, le féminisme et leurs intellectuelles* (1981), é uma discordância quanto à utilização da definição (conceito) de patriarcado entre as vertentes do movimento feminista ao longo dos anos. Para as socialistas, a opressão das mulheres se deve ao capitalismo, e os seus favorecidos são os capitalistas, enquanto para as radicalistas ela se deve ao sistema patriarcal, no qual os maiores beneficiários são os homens enquanto um nicho dominante da sociedade. Essa variação de utilização do termo patriarcado nos mais variados estudos feministas se dá, ainda segundo Castro e Lavinas, devido ao caráter abrangente do conceito, dando conta de analisar as mais diversas formas de dominação, exploração e submissão do feminino.

Em suma, apropriar-se do termo enquanto viés de um sistema de dominação masculina nos permite olhar para a situação e percebê-la além das esferas familiares, trabalhistas ou políticas, uma vez que o patriarcado está presente no social de forma bastante intrínseca e enraizada em costumes e credos. O conceito de superioridade masculina sobre as mulheres está arraigado ao inconsciente social, tanto dos homens quanto das mulheres, o que permite com que ele se mantenha ao longo dos séculos como parte da composição da dinâmica social, servindo como instrumento de poder e medo.

Numa sociedade patriarcal, não é apenas o homem que defende sua posição de superioridade, mas as mulheres também foram levadas a crer que sua posição social é sempre inferior à dos homens: nesse viés, o patriarcalismo está para o machismo assim como o feminino está para subjugação. A mulher se encontrava em uma posição que não lhe cabia a dúvida: toda a sua existência havia sido doutrinação de modo a aceitar a dominação masculina sobre suas ações e sua vida. Foi o feminismo o responsável pela revisão dos valores, a fim de ter uma certa equanimidade e, com isso, possibilitou às mulheres a possibilidade de ver o mundo e a sociedade com outros olhos: seus próprios olhos.

No entanto, assim como para falar do feminismo é preciso entender um pouco o que é o patriarcalismo, também é necessário que antes seja aberto um parêntese que dê conta de introduzir o matriarcalismo como parte substancial da luta das mulheres para sobreviver em sociedade. O matriarcado, em um sentido oposto

ao patriarcado, dá conta de uma sociedade na qual o papel de poder e liderança está nas mãos das mulheres-mães; em certas culturas, a mulher seria a líder da família e a responsável pela transmissão de bens. Em um viés mais religioso, o matriarcado costuma ser associado à adoração de divindades femininas, como as da fertilidade e da maternidade.

Assim, o matriarcado pode ser compreendido como uma união de múltiplos fatores, que inclui a matrilinearidade – grupo populacional no qual a descendência é contada em linha materna – e a matrifocalidade – grupo doméstico centrado na figura da mãe e no qual o pai está frequentemente ausente ou exerce um papel secundário – e cujo o fator mais importante é o das mulheres como encarregadas da distribuição de bens e manutenção do grupo. Nessa estrutura, cada membro de uma sociedade matriarcal é visto como parte dependente das escolhas e decisões tomadas pela líder, cabendo a ela o sustento de todos.

Apesar do termo matriarcado (do grego *metéros*: "mãe" e *arché*: "origem", ou "regra") designar a ideia de poder feminino sobre a sociedade a qual está inserido, ele não está necessariamente ligado à concepção de superioridade da mulher sobre o homem. O poder matriarcal não tem a intenção de subjugar os homens de sua sociedade e nem os considera inferiores, não oprime os indivíduos – como faz o patriarcado em relação às mulheres –, uma vez que esse poder diz respeito à mulher como figura protetora, como mãe de todos, que irá cuidar do seu lar e dos seus filhos, independentemente de gênero.

As sociedades matrilineares ainda existentes não são transitórias, foram capazes de se adaptar a sistemas competitivos e não se desenvolveram do mesmo modo, em direção ao patriarcado, sendo reveladoras de variadas dinâmicas entre diferentes forças na sociedade. (CASIMIRO, p. 221, 2012)

O antropólogo Johann Jakob Bachofen (1861), no livro *Das Mutterrecht: eine Untersuchung über die Gynaiokratie der alten Welt nach ihrer religiösen und rechtlichen Natur* (1861)⁵, irá defender que a maternidade é a fonte de todas as sociedades humanas, a base da religião, da moral e do decoro social. Assim, fundamentado nesse pensamento, o autor torna-se o responsável por teorizar sobre o “direito-de-mãe”, dentro de um contexto religioso matriarcal, uma vez que era do

⁵ O Direito Materno – uma pesquisa sobre a ginecocracia do mundo antigo segundo sua natureza religiosa e jurídica.

direito materno a principal certeza de que sua ascendência é a responsável por assegurar a filiação, já que sempre existe a certeza quando o assunto diz respeito a quem é a mãe da criança gerada, enquanto ao pai sempre há espaço para a dúvida – o pai é aquele que foi designado pelo casamento. “Feminilidade não significa mais um polo da tríade simbólica, porém o meio que liga os polos, na medida em que ela significa maternidade, e maternidade quer dizer o lugar que guarda e nutre do mesmo modo a vida por vir e a pretérita” (KLAGES, 1981, p. 1329)”

A maternidade, como parte estrutural das teorias feministas e que também permeia estudos que divergem do feminismo, é constituída de duas funções: uma natural e específica, que se traduz no poder de dar luz a uma vida, e outra social, que dá direito às mulheres de reivindicar direitos políticos e sociais, sendo então oprimidas por isso. Como dito anteriormente, o papel biológico – e natural – da mãe é o responsável por definir a relação de filiação, seu critério fisiológico (o parto) é definido e definitivo, enquanto ao pai lhe resta o critério social (ao ser esposo ou companheiro da mãe). Já a visão social da maternidade nos releva que, além de procriadora, a mãe também é parte de uma sociedade, é um ser humano com os mesmos direitos que qualquer outro e, dessa maneira, não deve ser colocada apenas na posição de quem deve criar seus filhos, cuidar do seu lar, e nada mais; e esse papel é constantemente menosprezado, uma vez que, para a maioria das sociedades, a mulher que não coloca seus instintos naturais acima de qualquer outro está abandonando sua função no mundo.

Essa função social da maternidade, além da proteção social, do direito social e do bem-estar, tem sido pauta dos movimentos feministas desde o final do século XIX. Esses movimentos buscam garantir o reconhecimento do papel de mãe, da maternidade, como função social a qual deve ser protegida e garantida pelo Estado, defendendo especialmente que os direitos das mães sejam iguais aos dos pais, independente da heterogeneidade de suas posições em relação aos argumentos tomados em prol dessa garantia.

Ao longo dos séculos, as feministas apresentaram variadas posições a respeito do papel progenitor das mulheres. Por exemplo: em meados do tempo decorrido entre as duas grandes guerras, algumas passaram a recusar a ideia de a mulher ser impedida de trabalhar por se tornar mãe; já nos anos 60 – com o acesso a contracepção oral – e 70 – com a liberação do aborto – a ideia de que a maternidade

dependia da liberdade e da decisão de cada mulher tornou-se um tanto unânime entre os movimentos. Foi com o uso dos contraceptivos modernos que se instalou um “novo regime da maternidade” (LEFAUCHEUR, 1992, np.): a paternidade do homem estava agora sujeita à vontade de suas parceiras.

O feminismo pode ser definido como movimentos coletivos e políticos de luta das mulheres em prol de seus direitos perante a sociedade, contra o sexismo e a inferiorização do feminino. Esses movimentos feministas vão ter suas manifestações “em fins do século XVIII e toma[m] corpo no século XIX, na maioria dos países europeus e nos Estados Unidos” (COSTA e SARDENBERG, 2008, p. 25), mas isso não significa que antes disso as mulheres eram completamente submissas ao sexo oposto, elas apenas não estavam organizadas politicamente em grupo. Essas lutas originam-se do reconhecimento por parte das mulheres como sendo oprimidas pelo sistema e também na certeza de que as diferenças entre homens e mulheres não estão inscritas na natureza, havendo assim a possibilidade política de mudança através da conquista de direitos.

É a partir do feminismo que se irá traçar a desconstrução das estruturas patriarcais e desigualdades sociais que foram historicamente e politicamente estabelecidas na sociedade. Também é ele que irá refletir no empoderamento feminino, dando voz às críticas e às denúncias acerca das injustiças diariamente vividas pela mulher na sociedade patriarcal, uma vez que afronta a intrínseca dominação masculina e, de forma plural e diversa, dá conta de incorporar os mais variados aspectos, classes, vertentes e opiniões, acolhendo a todas sem fazer distinção, ouvindo toda a multiplicidade de vozes femininas que, ao longo dos séculos, foram silenciadas, ao mesmo tempo em que não tenta silenciar outras tantas ou desvalorizar qualquer outra luta por direitos.

Ninguém melhor que o oprimido está habilitado a lutar contra a sua opressão. Somente nós mulheres organizadas autonomamente podemos estar na vanguarda dessa luta, levantando nossas reivindicações e problemas específicos. Nosso objetivo ao defender a organização independente das mulheres não é separar, dividir, diferenciar nossas lutas das lutas que conjuntamente homens e mulheres travam pela destruição de todas as relações de dominação da sociedade capitalista”. (PINTO, 2003, p. 54)

Apesar do direcionamento ao sexo feminino, segundo Dominique Fougeyrollas-Schwebel (2009) é necessária que haja uma distinção entre os movimentos feministas e os demais movimentos populares de mulheres – aqueles que não priorizam a luta pelos direitos específicos às mulheres -, embora existam

alguns movimentos que reivindicam politicamente a igualdade entre os sexos e ainda assim rejeitam a qualificação de “feministas”. Do ponto de vista desses grupos, a luta feminista está arraigada ao capitalismo e a fundamentos pleiteados pela burguesia.

Assim, a associação entre “movimentos de mulheres” e “movimentos feministas” assume significações diferentes segundo as representações que se façam das feministas: muito burguesas no século XIX e no começo do século XX, muito radicais e inimigas dos homens depois dos anos 70. Durante os anos 70, a expressão “movimento das mulheres” é frequentemente utilizada como forma reduzida para “movimento de liberação das mulheres”; por esse fato, ela pôde ser associada ao feminismo mais radical. Daí, às vezes, a diversidade e a confusão na oposição entre movimentos feministas e movimentos de mulheres. (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009, p. 144)

De um ponto de vista bastante geral, pode-se então afirmar que o objetivo desse movimento é poder proporcionar às mulheres uma sociedade sem hierarquias de gênero, na qual ambos os gêneros não são utilizados para conceder privilégios ou legitimar qualquer tipo de opressão. Conforme afirma Maria Amélia Teles na introdução de *Breve História do Feminismo no Brasil*:

Falar da mulher, em termos de aspiração e projeto, rebeldia e constante busca de transformação, falar de tudo o que envolva a condição feminina, não é só uma vontade de ver essa mulher reabilitada nos planos econômico, social e cultural. É mais do que isso. É assumir a postura incômoda de se indignar com o fenômeno histórico em que metade da humanidade se viu milenarmente excluída nas diferentes sociedades no decorrer dos tempos. (TELES, 1993, p. 9)

Existem ainda várias particularidades a respeito dos movimentos feministas e suas manifestações ao longo dos séculos, com isso, é bastante comum se deparar com menções a “ondas feministas”. Uma onda feminista consiste em um determinado momento histórico e relevante de efervescência militante e/ou acadêmica, no qual determinadas reivindicações e pautas voltadas ao direito feminino surgiam e dominavam-no – as demandas variaram algo longo do tempo, mas a necessidade de debatê-las mantinha-se. No entanto, essa divisão é normalmente feita para fins acadêmicos e didáticos, uma vez que, mesmo havendo relação entre uma pauta e outra, ainda existem teorias e movimentos paralelos, cada qual com suas especificidades, e muitas das reivindicações mantêm-se ou mantiveram-se ao longo dos séculos, estando presentes em mais de uma onda.

A primeira onda do feminismo é frequentemente relacionada às reivindicações do direito ao voto feminino (sufrágio). Ocorreu majoritariamente na Europa e nos Estados Unidos durante o século XIX, atendia principalmente mulheres brancas, de classe média e insatisfeitas com o seu estado de submissão e opressão

e tem ligação direta com o conhecido Movimento Sufragista – formado em sua maioria por mulheres inglesas e que, na luta por direitos políticos e jurídicos, deu rostos e vozes a esse primeiro momento feminista: “ a luta sufragista se amplia, em muitos países latino-americanos, sob a condução das mulheres de classe alta e média, que através de uma ação direta junto aos aparelhos legislativos, logo conquistam o direito ao voto” (COSTA, 2005, p. 12).

[o] primeiro momento do movimento feminista, em linhas gerais, pode ser caracterizado como de cunho conservador no que se refere ao questionamento da divisão sexual dos papéis de gênero, inclusive reforçavam esses papéis, estereótipos e tradições na medida em que utilizavam as ideias e representações das virtudes domésticas e maternas como justificativa para suas demandas (COSTA, 2005, p. 13).

Prosseguindo na linha do tempo dos movimentos feministas, a segunda onda aconteceu entre os anos 60 e 70, em um período no qual a luta pela igualdade social e de direitos se intensificou, e as mulheres passaram a debater também sobre liberdade sexual, maternidade e direitos de reprodução, entre outros pontos importantes que serão discutidos mais adiante no presente trabalho. A partir dos anos 90, deu-se início à terceira onda, que buscava a total liberdade de escolhas das mulheres em relação às suas próprias vidas. Foi nesse período que se compreendeu a importância do cruzamento de informações e da necessidade de incluir o maior número possível de mulheres, sem distinção de raça ou classe social, surgindo então o termo interseccionalidade (ou feminismo interseccional), em referência aos mais variados tipos de opressões que todas as mulheres sofrem apenas por terem nascido mulheres.

Para o desenvolvimento deste trabalho, é fundamental que seja feito um maior aprofundamento nas questões e particularidades que dizem respeito a segunda onda acima mencionada, uma vez que esse período marca o ponto de origem dos discursos a serem avaliados nas obras literárias que serão analisadas nos próximos capítulos. Iniciado, como dito anteriormente, na década de 60 (na América do Norte), acabou por se espalhar especialmente pelo ocidente nos anos posteriores, durando nos Estados Unidos até o início da década de 80 e começando outras vezes durante essa década em vários outros continentes e países – como Ásia, Turquia e Israel. Foi durante essa segunda fase que houve a ampliação nos debates, não tendo apenas o sufrágio como pauta, mas também questões que envolviam a sexualidade, o trabalho,

a família, direitos reprodutivos e as desigualdades sofridas nos mais variados âmbitos da sociedade.

Essa segunda onda surgiu como um movimento de reação quase tardio à domesticidade feminina renovada após a Segunda Guerra Mundial. O *boom* do pós-guerra não trouxe apenas crescimento econômico, mas também um crescimento populacional acima do esperado – crescimento esse chamado de *baby boom* – que orientou as mulheres em direção à família e à procura de um casamento perfeito, uma vida perfeita que só poderia ser possível abandonando seus trabalhos – que até então haviam sido conquistados devido à ida dos homens à guerra e a necessidade de prover a si e a família – e se dedicando ao único papel possível e imposto pela sociedade: o de mãe e servil ao marido. Portanto, esse período inicia-se com a intenção de pautar reflexões a respeito das condições da mulher em um âmbito não apenas doméstico, mas também social, passando a questionar os papéis de gênero para a construção de uma sociedade desenvolvida e humanizada.

Um dos marcos importantes para a virada da primeira para a segunda onda foi a publicação do livro *O Segundo Sexo* (1949), escrito pela francesa Simone de Beauvoir. Uma obra que elenca novas questões acerca dos condicionamentos sofridos pela mulher na sociedade – questões essas que contribuíram diretamente para as reflexões feministas na década de 60. O que a autora faz é refletir além das desigualdades políticas (como o direito ao sufrágio), mas também questionar os processos culturais e familiares por trás da inserção da mulher como parte importante da sociedade, passando a discutir o que é ser mulher, qual o seu real papel no mundo civilizado e quais as relações de poder existentes entre os sexos. A partir da publicação dessa obra que o movimento feminista passou a refletir sobre o gênero em sua forma social, sendo assim ele construído pelas relações sociais e não necessariamente algo imposto pelo seu nascimento – ninguém se torna melhor ou pior apenas por ter nascido de determinado gênero.

A humanidade é masculina e o homem define a mulher não em si mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo. [...] Ela não é senão o que o homem decide que seja; daí dizer-se o "sexo" para dizer que ela se apresenta diante do macho como um ser sexuado: para ele, a fêmea é sexo, logo ela o é absolutamente. A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro. (BEAUVOIR, 1970, p. 10)

Todo esse segundo período dos movimentos feministas irá girar, então, em torno das reflexões relacionadas às mulheres nos âmbitos doméstico e social, questionando principalmente a necessidade que as esferas públicas viam em intervir nas esferas familiares, acabando por querer impor apenas o papel de dona de casa às mulheres, negando-lhes, assim, o papel político e social, o papel de parte ativa na sociedade como qualquer outro, independentemente do gênero. Outra pauta importante para a causa dizia respeito às violências domésticas e sociais sofridas pela mulher dentro de sua própria casa: reivindicando o direito de encontrar soluções públicas capazes de sanar esses atos, sendo muito comum a afirmativa de que esse era o tipo de questão que deveria ser resolvida em casa, entre marido e mulher (ou pai e filha, agressor e vítima), ou seja, um problema apenas entre os envolvidos – quando, na verdade, toda e qualquer questão de violência é um ato de atentado à vida e deve ser visto e julgado como tal.

Com isso, o movimento ganha novos tons e novas forças (como o surgimento da vertente radicalista do feminismo, que será comentada a seguir): as reivindicações que antes eram apenas voltadas para as desigualdades políticas, trabalhistas e civis – a tomada dos direitos femininos na esfera social –, agora passam a questionar também quais as causas dessas desigualdades e quais as melhores maneiras de remediá-las. As mulheres dessa fase passam a perceber a necessidade de abordar pautas mais amplas, que estejam relacionadas à sexualidade, à opressão (e agressão), à construção social e cultural dos gêneros e a dominação dos homens – até então considerados o gênero superior – sobre os demais. As questões de destaque passam então a serem produzidas com base nas relações de poder existentes entre homens e mulheres, na estrutura sexista que comanda abertamente todos os níveis da sociedade, além das questões que envolvem discriminação e desigualdade.

O feminismo radical teve início com as mulheres, em sua maioria, da Nova Esquerda – movimento político de esquerda surgido nos anos 60, que promovia o ativismo social, diretamente associada a movimentos populares que propunham acabar com a opressão de classes, gêneros, raças e sexualidades –, que, mesmo como partes ativas desse espaço político, ainda se encontravam exercendo funções auxiliares, servindo de base para o protagonismo dos companheiros homens e muitas vezes repetindo os mesmos papéis domésticos; o mesmo aconteceu com mulheres

negras dentro de seus próprios movimentos raciais. A conscientização a respeito de seus lugares de direito fez com que essas mulheres compreendessem que não precisavam mais calar-se diante da sociedade e passaram então a reavaliar suas vidas, seus papéis sociais e suas representações culturais. O feminismo radical permitiu às mulheres a chance de afirmações identitárias, de conhecerem a si mesmas e as demais como forças políticas atuantes, como ressalta Jo Freeman (1971):

A necessidade de um movimento para desenvolver uma “consciência correta” há muito é conhecida. Mas geralmente tal consciência não é desenvolvida por um meio intrínseco à estrutura do movimento e não requer uma ressocialização tão profunda da consciência de si mesmo. Tal experiência é igualmente irreversível e contagiosa. Uma vez que alguém tenha passado por tal “ressocialização”, a visão que tem de si e do mundo nunca mais será a mesma, havendo ou não uma maior participação no movimento. Mesmo aquelas que “saem fora” raramente o fazem sem primeiramente espalhar ideias feministas entre amigos e colegas. (FREEMAN, 1971, np., minha tradução)⁶

Ao focarem suas pautas na relação mulher *versus* homem, as radicais feministas de Segunda Onda garantiram um maior impacto nas relações sociais, culturais e cotidianas, revolucionando ideais que refletiam sobre autonomia, autogestão, autocuidado e sororidade. Ao politizarem essa relação, foi possível lançar novos olhares sobre a maneira como ela se configura, questionando, assim, as instituições sociais e familiares em que se encontram, podendo tomar para si mesmas as tarefas de eliminar os pontos de conflitos e opressões. Foi durante esse período que surgiram centros de saúde feminina, editoriais e jornais geridos por mulheres, – que anteriormente eram coordenados por homens, então nada que saía deles tinha o caráter de verdade necessário para expandir a comunicação feminina –, além de casas de acolhimento – que atendiam mulheres violentadas e abandonadas – e também comunidades voltadas para a comunidade LGBT, conseguindo até mesmo organizar processos e sistemas que buscavam conseguir a guarda de crianças para as suas mães.

⁶ The need of a movement to develop "correct consciousness" has long been known. But usually this consciousness is not developed by means intrinsic to the structure of the movement and does not require such a profound resocialization of one's concept of self. This experience is both irreversible and contagious. Once one has gone through such a "resocialization", one's view of oneself and the world is never the same again, whether or not there is further active participation in the movement. Even those who do "drop out" rarely do so without first spreading feminist ideas among their own friends and colleagues.

Em um aspecto mais generalista, as feministas de segunda onda – em todas as suas vertentes e não apenas as radicais – foram, então, as responsáveis por dar voz aos discursos em torno da liberdade sexual feminina, discutindo abertamente o aborto, a escolha de querer ou não ser mãe – partindo do pressuposto que quem deveria decidir sobre o direito de gerar ou não um filho é a própria mulher –, bem como o momento certo para tomar essa decisão; enfim, discutindo questões que envolvem a relutância que a sociedade machista tem em aceitar que todas as escolhas que envolvem o corpo da mulher devem ser tomadas por elas próprias.

Essa segunda onda não necessariamente é caracterizada pela união de todas as mulheres em uma única força, mas sim por vários braços e vertentes que uniam forças para fazer a voz feminina ser ouvida, compreendida e aceita. Assim como as radicalistas, haviam grupos voltados para lésbicas separatistas, mulheres negras, indígenas – que lutavam não apenas pela questão de gênero, mas também contra o preconceito racial, entre outros. Essas separações aconteciam de fato porque por mais que as lutas pelos direitos das mulheres parecessem as mesmas, ainda existiam particularidades que um único grande grupo não seria capaz de dar conta – uma mulher branca e hétero não vive a mesma realidade que uma homossexual ou negra. O feminismo como uma grande luta não é capaz de representar várias menores, posto que ao tentar comprimir-se em uma única voz ele acaba por oprimir grupos considerados minoritários, quando a realidade mostra a multiplicidade do feminino e várias narrativas diversas que necessitam de diferentes pautas.

Outro ponto importante nesse momento foi o aumento no controle da fertilidade. A ampliação dos setores de serviço no pós-guerra contribuiu para a ampliação das ofertas de trabalho às mulheres, permitindo que elas abandonassem o contexto doméstico. Porém, isso não fez com que elas fossem afastadas da visão sexual e machista que recaía sobre elas, aumentando, assim a divisão sexual do trabalho, como afirma Wright Mills:

O sexo participava da vida comercial americana nas firmas e entre as firmas. [...] Há o patrão que usa a ameaça – direta ou indireta – de mandá-la embora, de não lhe dar um aumento ou uma promoção. Essas coisas – mais prováveis nos pequenos negócios – estão relacionadas diretamente com o mercado de emprego: quando há dificuldade de encontrar empregos e é mais difícil mantê-los, quando os salários estão baixos, então os patrões, os gerentes, os capatazes e diretores têm a melhor oportunidade de exigir serviços eróticos especiais juntamente com a datilografia, a costura e outras atividades. [...] Entre as empresas, as moças são usadas como peões do grande jogo americano de vendagem. Os serviços eróticos são

proporcionados como parte das vantagens e entretenimento que apressam a grande encomenda. (MILLS, 1963, p. 186-187)

Assim, os impedimentos morais foram deixados de lado, a virgindade deixou de ser uma exigência para futuros casamentos e os métodos contraceptivos passaram a valer como uma maneira de se manter no meio de trabalho sem uma gravidez indesejada. As mulheres passam a querer desfrutar também dessa liberdade sexual, querer tirar vantagens disso, sem danos permanentes. Foi essa ampliação do mercado sexual e a maior liberdade dos costumes vigentes na sociedade que permitiram a separação do sexo da reprodução; as mulheres então podiam controlar sua fertilidade, e, conseqüentemente, expandiu-se a visão de maternidade como uma escolha se expandiu.

As feministas de segunda onda foram as responsáveis por disseminar as informações sobre os contraceptivos e o aborto, e proporcionar um maior acesso a ambos, através de suas reivindicações públicas. Em um movimento de autoajuda, elas procuravam promover uma maior relação entre médicas e pacientes, de modo a compartilhar experiências e conhecimentos sobre fertilidade, doenças sexuais, contracepção e maternidade. Com isso, muitas das ações e reivindicações tomadas pelas feministas de segunda onda foram ponto de partida para a liberdade das mulheres que ocorreu na onda seguinte, já que suas reivindicações lhes possibilitaram um maior controle sobre suas próprias vidas.

Durante o final da década de 80 e início dos anos 90, iniciou-se a terceira onda feminista – em uma década marcada por mudanças profundas na sociedade. O fim da União Soviética, a queda do muro de Berlin, a dissolução de algumas ditaduras latino-americanas, o neoliberalismo e o hiperconsumismo se espalhando com força pelo mundo e, enfaticamente, o imperialismo cultural estadunidense alastrando-se por todas as demais culturas –, além do aumento das tecnologias, especialmente da internet, deixaram marcas profundas na evolução humana e deram novos tons às lutas feministas.

Geralmente associada ao surgimento do movimento punk – cujo sistema de ideias girava em torno da negação ao corporativismo e da defesa ao *do it yourself* (faça você mesmo) –, a terceira onda feminista nasceu como uma forma de resposta àquilo que as ativistas observaram como falhas ocorridas durante a onda anterior. As feministas dessa época queriam abandonar a ênfase em demasia que se deu às mulheres brancas e de classe média da segunda onda, agora a percepção geral

voltava-se para a perspectiva de que ser mulher é ser múltipla, é ter várias etnias, diferentes nacionalidades e origens culturais e até mesmo diferentes crenças religiosas. Em um viés pós-estruturalista de sexualidade e de gênero, elas procuravam enfatizar uma micropolítica, acreditando que, além de ganhos institucionais (como o direito ao voto), era necessário que houvesse mudanças a respeito dos estereótipos impostos pela sociedade, como a visão machista e midiaticizada que define e enquadra as mulheres em categorias, como forma de subjugar-las diante da classe dominante.

Outra característica importante, que refletirá na sociedade feminista pós terceira onda, foi a celebração em torno das diversas identidades presentes no movimento, tendo, por consequência, o abandono da ideologia de um feminismo vitimista, muito aplicado anteriormente por vertentes das feministas de segunda onda. Ao abrirem as portas para a diversidade, foi possível a introdução – feita por Kimberlé Crenshaw em 1989 - do conceito de interseccionalidade como ferramenta fundamental para que todas as mulheres atingidas por tipos diferentes de opressão (seja de raça, sexualidade, classe, religião, etc.) pudessem analisar suas condições e lutar por seus direitos e permanências na sociedade, sem que fossem rotuladas dentro e fora dos movimentos feministas. As divisões em grupos de muita especificidade, como irmandades, agora eram evitadas, uma vez que promoviam a exclusão das demais mulheres que não se encaixavam em algum aspecto previsto por elas.

Para as feministas de terceira onda, o feminismo não deve ser visto como igualitário, não deve classificar todas as mulheres numa simples categoria de “mulher”, classificação que não é capaz de dar conta, política e socialmente, de todas as especificidades existentes dentro do gênero. Uma categorização tão abrangente é falha e inadequada, já que acaba por apenas representar a “concepção humanista do sujeito feminino, centrada, unificada e autêntica, amarrada à sua identidade essencial como mulher” (ALCOFF apud COSTA, 2002, p. 68), quando o ponto principal da luta deveria estar focado no potencial existente por trás das heterogeneidades e pluralidades.

O mundo mudou bastante desde a virada da segunda para a terceira onda (fruto direto desse terceiro marco dos movimentos feministas): agora as lutas feministas são contemporâneas e ainda mais plurais, seus ideais vão muito além da subjetividade feminina – vivemos um feminismo antcapitalista, crítico ao neoliberalismo, tido assim como a principal fonte de desigualdade, opressão e

exploração da atualidade. Vivemos o que pode ser chamado de quarta onda do feminismo, uma onda nascida no século XXI e impulsionada pela popularização da internet – especialmente pelo surgimento das redes sociais, como o *Tumblr*, e a disseminação dos blogs –, que podem divulgar as situações de opressão e violência contra às mulheres de maneira muito mais rápida e abrangente. O feminismo tem agora as ferramentas necessárias para se tornar acessível às mulheres numa escala global: ele é digital e não está mais apenas vinculado a mulheres de classes mais altas ou com melhores acessos à informação. O advento da internet permitiu que todas as vozes femininas pudessem ser ouvidas, independentemente de como e de onde falam.

As tecnologias de informação e comunicação (TICs) representam, na atualidade, alternativas ao conteúdo veiculado pelos meios de comunicação de massa tradicionais, possibilitando novas formas de ativismo através da rede, comumente denominadas ativismo digital ou *ciberativismo*. O uso da *internet* aumenta o alcance dos conteúdos de conscientização abordados por cada movimento, proporcionando ainda o estreitamento dos laços [...]. (RODRIGUES; GADENZ; RUE, 2014, p.25)

Composta, em sua grande maioria, por mulheres mais jovens, a quarta onda do feminismo tem seu início em torno dos anos 2010. O aumento do número de denúncias feitas no ambiente online e que desnudavam a violência e os abusos sexuais sofrido por várias mulheres possibilitou o aumento no número de seguidoras e militantes do movimento, tornando-o ainda maior e mais forte nesse espaço online. No entanto, não existe uma unanimidade quanto ao reconhecimento do fim da terceira onda e a existência de uma quarta. Algumas mulheres, como a autora Rory Dicker (2016), apenas reconhecem a chance de as mulheres agora poderem se engajar nos movimentos feministas através da internet e, especialmente, das redes sociais.

É notável que foi através da internet, em contato com várias outras pessoas que, ou viviam em situações parecidas, ou estavam dispostas a ouvi-las e ajudá-las, essas mulheres oprimidas e violentadas encontraram a chance de poder denunciar não apenas seus agressores, mas também toda a convivência por trás de uma sociedade ainda extremamente machista, que se mantém de olhos fechados diante da opressão sobre o feminino e que costuma dar voz aos agressores e não às vítimas.

Os movimentos sociais em rede de nossa época são amplamente fundamentados na internet [...] Mas o papel da internet ultrapassa a instrumentalidade: ela cria as condições para uma forma de prática comum que permite a um movimento sem liderança sobreviver, deliberar, coordenar e expandir-se. Ela protege o movimento da repressão de seus espaços físicos liberados, mantendo a comunicação entre as pessoas do movimento e com a sociedade em geral na longa marcha da mudança social exigida para

superar a dominação institucionalizada. (CASTELLS apud RODRIGUES; GADENZ; RUE, 2014, p.24)

A publicação de milhares de casos pelo mundo durante os anos de 2011 e 2013 deu início a essa nova movimentação feminista mundial, possibilitando a formação de novos grupos e associações, promovendo protestos, paralizações e manifestações, principalmente no meio *online*. Esses novos debates permitem agora uma reflexão mais profunda e abrangente sobre as experiências sociais e pessoais, tanto dos sujeitos femininos e quanto dos masculinos, seus papéis enquanto seres humanos ativos e participantes da sociedade atual. As mulheres não estão apenas abrindo os próprios olhos, mas também os do restante da sociedade, para questões até então ignoradas e que dizem respeito à misoginia e ao sexismo, começando assim um movimento para combatê-los em seus mais diferentes âmbitos de dominação.

O imediatismo e a possibilidade de anonimato da internet são os principais aliados das mulheres na atualidade. Eles as encorajam a denunciar, a contar suas histórias, sem que haja a necessidade de expor suas identidades, não importando de que lugar do mundo elas vêm ou quais seus contextos sociais e culturais. Outro fator relevante por trás da importância que o ambiente digital tem para as feministas de quarta onda é a facilitação da circulação de ideais feministas, já que hoje a realidade das discussões feministas é muito diferente, pois elas não estão mais colocadas às margens ou então retidas dentro da academia, atrás de *blogs* e *websites*, elas estão ao alcance de todos, tornando-se parte das principais discussões culturais em âmbito global. O que as mulheres enfrentam não é mais apenas um problema individual, mas sim coletivo e social, apesar de todas as diferenças, diversidades e falhas das que as estruturas do poder apresentam ao tentar gerir a sociedade como um todo.

As novas tecnologias de comunicação redimensionaram os movimentos sociais, tanto em relação às formas de organização, quanto à acessibilidade. Para o feminismo, o mundo digital possibilitou a expansão e o acesso quase ilimitado ao seu discurso, empoderando ainda mais mulheres, permitindo um novo lugar de fala. (TOLEDO Apud PEREZ; RICOLDI, 2019, p. 9)

Assim, essa quarta onda é principalmente caracterizada pela interseccionalidade, pela mobilização através da internet e pelos coletivos (muitos deles oriundo de grupos advindos de meios *online*, que discutem a atuação dos movimentos feministas na atualidade, além de serem ferramentas importantes para a propagação da cultura e dos ideais desses movimentos). Apoiadas por esse tripé, as feministas agora procuram combater não só o machismo e a opressão infligidos sobre

as mulheres, mas também a LGBTfobia e o racismo, uma virtude de que reconhecem a interseccionalidade dentro dos movimentos, reconhecem que cada mulher vive diariamente sua própria vida e sua própria luta, e que questões além de gênero também devem ser levadas em conta, já que influenciam na forma como a sociedade opressora às vê.

A internet abriu espaço para todas as discussões, dentro e fora das ondas feministas mais conhecidas. Feminismo negro, feminismo gay, sexualidade, *mainsplaining*, assédio, estupro, empoderamento, sororidade, machismo cotidiano, gênero, gordofobia e tantos outros territórios ganham espaço e são discutidos cada vez mais. (TOLEDO Apud PEREZ; RICOLDI, 2019, p. 10)

O feminismo na contemporaneidade também procura questionar a imagem que os meios de comunicação criam para a mulher, imagem essa que representa a tentativa da sociedade de enquadrá-la numa categoria que a padroniza e prioriza a forma física acima de qualquer outro aspecto. Não existe um único tipo de mulher no mundo, assim como nenhuma pessoa pensa ou age da mesma maneira que a outra, ou da maneira esperada por quem a oprime; por isso, outros aspectos importantes para o feminismo de quarta onda são a liberdade de escolha – que também diz respeito ao direito ao aborto, tendo como ponto principal a justificativa de que se trata de uma escolha individual por afetar diretamente não só o corpo, mas a vida da mulher dentro e fora do social –, o respeito à diversidade dentro e fora dos movimentos, o combate à cultura do estupro – promovida pelo machismo intrínseco à sociedade – bem como o combate à violência sofrida pelas mulheres independente do ambiente em que elas se encontram, a luta pelo fim das representações machistas e vulgares da mulher na publicidade.

A palavra de ordem das feministas de quarta onda é o empoderamento (*empowerment*): utilizam-se dela para dar poder às outras mulheres, auxiliando assim cada uma delas a alcançarem e assumirem seus poderes individuais, fortalecendo, assim o papel da mulher na sociedade atual. Dessa forma, esse processo acaba por contribuir para a quebra do paradigma existente na ideia antiga (e tão profundamente enraizada na sociedade ao longo dos séculos) de que mulheres nasceram para ser inimigas umas das outras, gerando assim um movimento de desconstrução que permite que as mulheres juntem suas forças em prol de um bem maior, em prol delas mesmas, independente das diferenças que possam existir e no qual todas podem se beneficiar. Assim, o feminismo contemporâneo consegue erguer sua voz e ganhar forças sem que seja necessário algum grau de superioridade de uma mulher perante

a outra, já que todas têm o poder e as ferramentas necessárias para se fazerem ouvidas. Através desse empoderamento o movimento feminista hoje consegue promover igualdade, oportunidades iguais, segurança e liberdade, retomando o poder que foi retirado e depois negado às mulheres durante os muitos séculos de dominância e opressão patriarcal.

A literatura, como sabemos, foi por muito tempo realizada pelos homens e na maioria das vezes para os homens – vale ressaltar que esses homens, em sua maioria, eram brancos, de classe média ou alta e heterossexuais – excluindo, assim, do meio literário, as minorias e, especialmente, as minorias femininas. Portanto, historicamente o resultado dessa supremacia masculina foi um modelo literário excludente, o que explica a escassez que perdurou por séculos de obras de escritores, e principalmente escritoras, vindas dessas minorias. Para contornar essa realidade e conquistar alguma visibilidade foi necessário que as mulheres utilizassem de suas lutas para questionar acerca da construção social e cultural, desconstruindo esse padrão imposto pela sociedade mundial através de suas escritas.

Com isso, emergiu uma literatura feita por mulheres e para mulheres, que acabou por se tornar importante ferramenta para a divulgação, manutenção e embasamento teórico dos movimentos feministas. É através dessa literatura feminista que muitas mulheres têm a oportunidade de marcar presença na sociedade, sejam como autoras, protagonistas ou personagens. Essa escrita literária dá voz às reivindicações, às lutas, aos ideais desses movimentos, auxiliando mulheres que anteriormente eram privadas e marginalizadas nos campos culturais e tinham suas vozes caladas pela dominância patriarcal sobre o meio artístico. É com o auxílio dela que as feministas encontraram voz e espaço para colocar suas problemáticas em pauta para o resto da sociedade – só uma mulher sabe o que ela vive ou deixa de viver por estar sempre submetida à opinião e à visão de um machista –, passando também a questionar seu papel e seu lugar não apenas nos espaços de trabalho, mas também de lazer e produção cultural.

Um homem não teria a ideia de escrever um livro sobre a situação singular que ocupam os machos na humanidade. Se quero definir-me, sou obrigada inicialmente a declarar: “sou uma mulher”. Essa verdade constitui o fundo sobre o qual se erguerá qualquer outra afirmação. Um homem não começa nunca por se apresentar como um indivíduo de determinado sexo: que seja homem é natural. É de maneira formal, nos registros dos cartórios ou nas declarações de identidade que as rubricas, masculino, feminino, aparecem como simétricas. A relação dos dois sexos não é a de duas eletricidades, de dois pólos. O homem representa a um tempo o positivo e o neutro, a ponto de dizermos “os homens” para designar os seres humanos [...]

aparece como o negativo, de modo que toda determinação lhe é imputada como limitação, sem reciprocidade. (BEAUVOIR, 1970, p. 9).

Pode-se dizer que o reconhecimento efetivo pela sociedade da literatura feminista se deu efetivamente durante a quarta onda, embora desde os anos 70 (período de grande efervescência de escritoras do gênero) as mulheres venham reivindicando seu espaço e direitos. Foram esses movimentos feministas contemporâneos que permitiram trazer à tona as problematizações que anteriormente eram silenciadas pelo contexto sócio histórico-cultural no qual a humanidade estava inserida. As reivindicações feministas não estão mais apenas retidas ao pequeno espaço de fala que era comum às mulheres – agora elas têm a voz e a liberdade necessárias para utilizarem da escrita literária como ferramenta de resistência e permanência.

Com isso, podemos interpretar a literatura feminista, sob um viés contemporâneo, como uma escrita feita não apenas com ideais artísticos e culturais, mas com ideais que representam uma forma de denúncia e acima de tudo uma forma de resistência. Ao passo que lançamos nossos olhares para o feminismo através dessa literatura, compreendemos a sua importância e passamos a ter a oportunidade de estudar e refletir sobre o assunto. Assim, evitamos de cair no senso comum que, muitas vezes, enquadra as feministas como mulheres que procuram a dominância sobre os homens. Sejam histórias ficcionais, produções textuais biográficas, ensaios ou memórias, a importância dessa literatura vai além da escrita literária: ela nos proporciona a oportunidade de fazer uma leitura atenta da vida que acontece fora dessas produções, ela nos abre a possibilidade de discutir sobre o que é ser mulher na sociedade e o que é necessário para que se possa viver sem temer ou se sentir inferiorizada.

Alguns dos principais nomes dessa vertente feminista da literatura, e que são responsáveis por empoderar e ao mesmo tempo informar (não apenas as mulheres, mas toda a sociedade) a respeito das lutas feministas e da dura realidade opressiva que muitas mulheres vivenciam diariamente, em caráter crítico-teórico são: Virginia Woolf (*Um Teto Sobre o Céu*, 1929), Simone de Beauvoir (*O Segundo Sexo*, 1949), Betty Friedan (*A Mística Feminina*, 1963), Kate Millet (*A Política Sexual*, 1970), Audre Lorde (*Sister Outsider*, 1984), Naomi Wolf (*O Mito da Beleza*, 1990), Judith Butler (*Problemas de Gênero*, 1990), Bell Hooks (*O Feminismo é Para Todo Mundo*, 2000), Roxane Gay (*Má Feminista*, 2014) e Rebecca Solnit (*Homens Explicam Tudo*

Para Mim, 2015). Já em um caráter mais voltado para a literatura romancista, mas não menos importante ou informativo, autoras como Margaret Atwood, Gioconda Beli, Isabel Allende, Angela Carter, Clarice Lispector, Karen Blixen (sob o pseudônimo de Isak Dinesen), Lygia Fagundes Telles, Laura Esquivel e Nérida Piñon ganharam destaque ao longo dos anos ao produzirem textos ficcionais que têm mulheres fortes, e muitas vezes oprimidas, em papéis de destaque.

3 A DIVISÃO POLÍTICA E SOCIAL DE GILEAD

Inicialmente, é necessário abrir um parágrafo que dê conta de contextualizar Margaret Atwood não apenas como a autora de grandes obras, ou dos romances a serem analisados a seguir, mas como também uma mulher engajada em diversas causas relativas a gênero e a política, utilizando como palco sua literatura. Nascida em 18 de novembro de 1939, no Canadá, é romancista, poetisa, crítica literária, contista e ensaísta. Mundialmente conhecida por suas histórias voltadas, na grande maioria, para o gênero de ficção especulativa ou ficção científica social – aqui ambas podem ser entendidas, conforme a própria autora afirma em entrevista dada à revista *The New Yorker* em 2017, como histórias que indicam algo do futuro, mas algo dentro do campo do plausível e que pode acontecer a qualquer momento (ATWOOD, 2017, np). Sua carreira é prolífera e conta com mais de 60 títulos, grande parte deles atravessados por perceptivas feministas, denunciando a opressão que a sociedade patriarcal impõe sobre as mulheres, e, assim, soando assustadoramente reais e possíveis segundo seus leitores e a crítica.

Devido ao diálogo constante de suas obras com a representatividade feminina, com as lutas das mulheres por seus direitos e seus lugares de fala, Atwood costuma ser classificada como uma autora feminista, embora ela seja resistente em aceitar essa classificação. No entanto, essa resistência vem mais da necessidade descrita pela própria autora em compreender melhor o que o termo feminista representa antes de adotá-lo, já que ela cresceu em um ambiente com certa igualdade de gêneros e com o entendimento de que os direitos das mulheres são na verdade direitos humanos: “Meu problema não era que as pessoas quisessem que eu usasse vestidos cor de rosa, e sim que eu queria usar os vestidos, mas minha mãe não via nenhum motivo para isso” (ATWOOD, 2017, n.p.). Assim, seu olhar político “sobre o

próximo” e o seu engajamento com as questões de gênero são constantes em toda a sua produção literária, não sendo diferente nas duas obras utilizadas na presente análise.

O *Conto da Aia*, escrito por Margaret Atwood em 1985, diretamente influenciado pela segunda onda do feminismo, pode ser lido sob a perspectiva de uma ficção especulativa de caráter distópico. O romance descreve uma sociedade religiosa autoritária (teocracia), fundamentalista e machista, liderada por uma pequena parcela masculina – os Comandantes, na qual os papéis das mulheres são estritamente estratificados, atendendo a preceitos reprodutivos e imperativos provenientes da crença da existência de um Deus maior que subjuga aqueles que considera mais fracos. Assim, nos deparamos com uma parcela feminina dividida em espécies de castas, podendo ser atribuídas aos papéis de Aias (mulheres férteis capturadas pelo regime para gerarem filhos para a elite estéril), Tias (treinadoras e guardiãs das aias, sendo também responsáveis pelos partos destas), Esposas (mulheres casadas com os Comandantes), Marthas (responsáveis pelos serviços domésticos nas casas da elite de Gilead) ou Econoesposas. Gilead representa um acúmulo de padrões sociais autoritários e machistas que, influenciados pela religião e pela política, priorizam e incentivam o poder do homem sobre as mulheres. Assim, essa divisão social não ocorre por acaso, concordante com as palavras de Eduardo Marks de Marques e Luana Krüger:

As mulheres, no entanto, são colocadas dentro de castas como uma forma de manter a ordem e a integridade do local, desse modo, nenhuma delas pode fugir do seu papel, todas acabam “ganhando” deveres que são limitadores, opressivos, onde não há espaço para manifestarem seus desejos, suas vontades, onde não conseguem sair do espaço físico e social que lhes foi imposto. (KRÜGER; MARQUES, 2018, p. 517)

Nesse universo distópico criado pela autora, o mundo foi assolado por catástrofes ambientais – como a exposição à radiação – e as taxas de fertilidade diminuiram a níveis alarmantes, o que resultou em um futuro no qual um grupo de pessoas – na grande maioria homens, especialmente nas posições de liderança – intitulados Filhos de Jacó, tomam o poder de parte dos Estados Unidos, em um golpe de estado pautado em premissas religiosas, e passam a controlar e organizar a sociedade conforme regras e leis impostas sobre o resto da sociedade. A população do que um dia foi uma democracia agora se encontra afastada de tudo que possa plantar alguma ideia capaz de abalar e subverter as estruturas de poder impostas – com isso, não existem mais jornais, livros, filmes, revistas, universidades, ou até

mesmo advogados ou muitas outras profissões, já que agora não é necessário mais aprender, se informar e não existe mais direito à defesa. Assim nasceu e se fortificou a teocrática, totalitária e opressora Gilead.

É fácil jogar a culpa dos horrores de Gilead somente nos pés dos homens [...] Mas nenhum sistema tão profundamente enraizado e altamente funcional poderia sobreviver sem ajuda. Fred e os demais Comandantes precisam que as mulheres internalizem sua doutrina para que elas policiem a si mesmas. As mesmas pessoas que sofrem com os sistemas opressores tornam-se as ferramentas mais valiosas para a aplicação das regras por aqueles no poder. *O Conto da Aia* encontra sua maior potência quando questiona as maneiras pelas quais as mulheres participam de sistemas que as exploram, agarrando-se a um poder que é, em última instância, transitório. (BASTIÉN, 2017, n.p, minha tradução)⁷.

O cenário de Gilead é o de uma sociedade erguida em uma base de opressão feminina e social: nela ser mulher é ser inferior e ter de sobreviver; com isso, observamos um corpo social abusivo, que cerceia os direitos humanos e as perspectivas de liberdade, principalmente das mulheres, e que se encontram afastadas de tudo que possa plantar alguma ideia capaz de abalar suas estruturas de poder, enfraquecê-lo. Dentro desse regime gileadeano, as mulheres tornaram-se propriedade do governo, foram submetidas às vontades de Deus e à suposta superioridade do gênero masculino – desta maneira, suas vidas passaram à insignificância da função de provedora: esposa, dona de casa, cozinheira, mãe ou “útero de duas pernas” (ATWOOD, 2017, p. 165), sendo obrigadas a deixar de lado os direitos sociais e humanos que foram conquistados por elas ao longo dos anos através de movimentos feministas, abandonando qualquer subjetividade, tornando-se instrumentos de manobra.

O que percebemos é que as mulheres, no romance, são colocadas em um espaço em que a performatividade de gênero ganha forte influência política e religiosa, de modo que se não há uma essência e, portanto, as performances de gênero são arbitrarias, no romance são totalmente controladas quando trata-se de uma mulher, ou seja, um corpo biologicamente associado a um gênero heteronormativo que impõe um modo de agir diante de determinadas situações. O que encontramos são performances prescritas, constrangedoras e mantenedoras de uma utilização do corpo que elimina toda e qualquer subjetividade do indivíduo. (KRÜGER; MARQUES, 2018, p. 517)

⁷ It's easy to rest the blame of the horrors of Gilead solely at the feet of men [...] But no system this deeply entrenched and high functioning could survive without help. Fred and other Commanders need women to internalize their doctrine so they police themselves. The very people suffering from oppressive systems become the most valuable tools of enforcement by those in power. *The Handmaid's Tale* is at its most potent when it interrogates the ways women participate in systems that exploit them, holding onto power that is ultimately transitory.

Nessa mesma perspectiva, *Os Testamentos* (2019), escrito também por Atwood, apresenta o cenário distópico de uma Gilead enfraquecida pela corrupção ativa daqueles que detêm o poder, com um hiato de cerca de 15 anos desde os acontecimentos do primeiro livro, *O Conto da Aia*. Diferentemente do livro de 1985, narrado por uma única personagem – a Aia Offred –, esse último romance da autora tem sua narração dividida entre três personagens distintas (Tia Lydia, Agnes e Daisy), que, ao longo da trama, terão seus destinos entrelaçados e suas realidades desvendadas. No entanto, ao dar às narrações as vozes de personagens femininas, a autora possibilitou uma chance da retomada de suas próprias vozes, uma forma de darem novos significados às suas existências. Por mais que em *O Conto da Aia* descobramos, no seu epílogo, que toda a narração se tratava de uma transcrição de fitas gravadas por uma Aia (Offred) – e que provavelmente foram transcritas por um homem, podendo ter sido modificada alguma coisa no discurso –, ainda assim, trata-se da voz de uma mulher que fez parte desse regime distópico e que também havia sido silenciada apenas por ser mulher. Assim como afirma Coral Ann Howells, em seu artigo “Margaret Atwood’s dystopian visions: *The Handmaid’s Tale* and *Oryx and Crake*”:

Sua narrativa tem um propósito duplo pois não só é uma contra-narrativa ao evangelho social de Gilead mas, também, sua forma particular de auto-reabilitação contra a “lavagem cerebral mortal” (frase de Cixous) do estado totalitário. Offred insiste em lembrar-se de quem ela foi e espera ser novamente, guardando seu antigo nome como seu “talismã secreto” ou como uma forma de garantir seu futuro depois de Gilead. (HOWELLS, 2006, p. 165, minha tradução)⁸

Entre a publicação das duas obras, existe o espaço de tempo de 34 anos: muitas coisas mudaram, principalmente no que diz respeito aspectos políticos, sociais e culturais. O intervalo entre as duas obras permitiu que houvesse a atribuição de diversos fatores e fatos políticos atuais à narração de *Os Testamentos*, sendo possível assim a constatação de que as distopias são perigosas e encontram-se muito próximas da nossa realidade. Como é comum na ficção especulativa de Margaret Atwood, a raiz da distopia (do problema) está no temor, na perturbação que as ponderações que cercam ambas as narrativas serem realmente possíveis de acontecer em um cenário atual, se já não estão acontecendo; e é essa proximidade

⁸ Her storytelling has a double purpose, for not only is it her counter-narrative to the social gospel of Gilead, but it is also her way to self rehabilitation against the “deadly brainwashing” (Cixous’s phrase) of the totalitarian state. Offred insists on remembering who she was and hopes to be again, treasuring her former name as her “secret talisman” or a kind of guarantee of her future life after Gilead.

com a realidade que irá fazer com que os leitores se aproximem e se identifiquem com as obras – ou as tenham e as acabem evitando –, tendo a oportunidade de ocuparem o lugar das personagens e compreender as escolhas que foram tomadas por elas.

Apesar de grande parte do público e da crítica receber a publicação desse romance como uma continuação de *O Conto da Aia* – uma resposta para todas as perguntas não respondidas com o final abrupto dele –, em momento algum isso fica explicitado. O que temos é uma história distópica narrada no mesmo cenário, na mesma sociedade autoritária e teocrática do livro anterior – apenas isso, e não uma sequência da obra que o antecedeu.

Os mais de 30 anos de distanciamento entre as duas obras abriram espaço para novos tipos de leitores, novas circunstâncias e até mesmo novos posicionamentos da mulher perante a sociedade e dentro dela. Muitas coisas foram alteradas no âmbito social e isso não poderia ser deixado de lado por Atwood ao escrever seu último livro. Frente a novas demandas sociais, como as novas abordagens feministas - trazidas pela quarta onda do feminismo – e a popularidade de suas lutas – advindas do advento da *internet* (com mulheres a cada dia mais usando suas vozes, e sendo ouvidas, para denunciar as opressões vividas diariamente por elas, como por exemplo o movimento *#MeToo*⁹), não seria expressivo o bastante uma protagonista como a Offred, que, ao ser demasiadamente oprimida pelo sistema, passa a representar a própria desesperança. Por conseguinte, temos em *Os Testamentos* uma narração plural, na qual foi dado voz a três mulheres diferentes, possibilitando que seus relatos nos colocassem a par das diferentes situações às quais a parcela feminina de Gilead estava submetida. Especialmente na narrativa da Tia Lydia, podemos conhecer dos motivos pelos quais ela agiu como agiu e nos colocar no lugar dela enquanto mulher que também sofreu e que também foi oprimida pelas mãos dos homens.

Como já mencionado, as ficções especulativas e especialmente as de caráter distópico, como no caso das duas obras aqui analisadas, têm a capacidade

⁹ Em português “#EuTambém” indica o movimento virtual e viral que, em 2017, começou a se espalhar, por meio de uma hashtag, nas mídias sociais, como uma maneira de denunciar assédios e agressões sexuais cometidas contra várias mulheres. O movimento multiplicou-se após levar à tona as acusações de abuso sexual contra Harvey Weinstein (um dos maiores executivos de Hollywood acusado de ter assediado, abusado e até estuprado dezenas de atrizes), feitas por essas atrizes na tentativa de denunciar, se solidarizar com colegas e também mostrar a dimensão dos problemas. Desde então, tornou-se uma campanha mais ampla, através da qual surgiu uma enxurrada de denúncias contra homens da alta classe do entretenimento, da mídia, da política e da tecnologia.

de nos lançar um sinal de alerta, que nos traz a capacidade de identificar a perigosa proximidade entre a sociedade distópica criada por Atwood e a realidade atual da qual nós fazemos parte. Ao mesmo tempo em que nos assustamos com tamanha semelhança, também conseguimos desvelar a complexidade que há por trás das histórias narradas. Essa similaridade, esse reconhecimento, torna-se um importante instrumento para que consigamos nos colocar no lugar de mulheres como a Tia Lydia, e, a partir daí, compreender melhor as ações e papéis assumidos por cada uma das personagens, já que, conforme afirma Ana Rüsche em sua tese “Utopia, feminismo e resignação em *The Left Hand of Darkness* e *The Handmaid’s Tale*”, “em lugar de nos oferecer um mundo alternativo, Atwood apenas tem a nos oferecer a mesma nossa história” (RÜSCHE, 2015, p. 60).

No entanto, é válido ressaltar que, apesar de serem consideradas inferiores, nem todas as mulheres em Gilead – em ambas as obras – sofriam das mesmas limitações, conforme Wendel Buchweitz afirma em sua tese de mestrado:

O fato de Tia Lydia ter uma estátua demonstra que há mulheres em Gilead que desfrutam de mais poder e privilégio do que outras, expandindo (mas, de maneira alguma, anulando) a perspectiva mais limitada descrita por uma única aia no romance anterior” (BUCHWEITZ, 2020, p. 53)

Assim como as Esposas dentro de suas opressões ainda tinham algum tipo de poder sobre as demais mulheres que viviam em suas casas, ou até mesmo ao permitirem que suas Aias tivessem relações sexuais com outros homens além dos Comandantes (seus maridos) – isso é claro com o intuito de que um filho fosse gerado. Estarmos cientes disso também nos auxilia no processo de enxergar e compreender melhor as formas de poderes existentes dentro da parcela feminina do regime e, com isso, compreender cada passo dado por essas mulheres dentro de suas perspectivas, no caminho que as guiava rumo à desestruturação do poder masculino imposto sobre elas.

3.1 As mulheres de Gilead

A absorção de contextos políticos (ocorridos na realidade fora das obras, onde a autora se manteve inserida, durante os mais de 30 anos de distanciamento entre os dois livros), tanto em *Os Testamentos*, quanto em *O Conto da Aia*, são os grandes responsáveis por culminar, em ambas as obras, um relato realístico sobre as injustiças que ainda recaem sobre os direitos e a liberdade das mulheres. Além de

questões relacionadas às mulheres e eventos passados, muito do que acontece em Gilead pode ser facilmente relacionado com acontecimentos presentes, tanto em caráter nacional (Brasil), quanto internacional. Desde o aumento da força da bancada Evangélica no Congresso brasileiro – que, mesmo laico, estabelece preceitos religiosos para instituir leis, como a que proíbe o aborto até mesmo em casos de estupro –, passando por políticos eleitos se declarando abertamente como misóginos, homofóbicos, machistas, xenófobos e a favor de métodos de tortura, chegando em país nos quais as mulheres não têm direitos de falar caso estejam na presença de um homem, além das taxas altíssimas de estupro e do aumento considerável das taxas de feminicídios; todos acontecimentos presentes que não são possíveis de desvincular das duas obras de Margaret Atwood aqui analisadas e nos trazem o alerta de perigo tão característico das obras distópicas.

O jogo temporal que Atwood aciona, no romance, elemento de crítica, enfatiza a nossa própria falta de compreensão do tempo presente. Apesar de se tratar de um mundo distópico imaginário, num tempo suspenso, a narrativa encaixada não se passa no futuro, mas ocorre simultaneamente à sua escritura. (CAMPELLO, 2003, p. 204)

O que Atwood fez de diferente em sua última obra, quando comparada ao *O Conto da Aia*, foi trazer complexidade para a história que era narrada desde a obra de 1985, permitindo ao leitor uma melhor compreensão dos papéis esperados, não dos homens – como era previsto inicialmente –, mas das mulheres dessa sociedade nem tão distópica assim, além de compreender também como elas atuavam no dia a dia, percebendo, assim, que, na maioria das vezes, tratavam-se de manobras de sobrevivência. Dessa maneira, descobrimos quais os jogos de poder haviam por trás do controle de Gilead; descobrimos também a verdadeira hierarquia existente dentro da maquinação política, especialmente o movimento hierárquico que existia entre as mulheres e que se mantinha às sombras na obra de 1985. Isso se dá, principalmente, através da narração feita pela Tia Lydia, que, cheia de nuances extremamente humanas e contraditórias, nos faz repensar a posição e as atitudes adotadas por cada uma das mulheres que fazem parte desse regime de opressão, especialmente as que se encontravam no papel de tias.

Completamente na contramão dos ideais feministas de ambas as épocas (segunda onda feministas para *O Conto da Aia* e quarta onda para *Os Testamentos*), a estruturação social imposta por Gilead (isso pode ser observado em ambos os livros) segrega a parcela feminina da sociedade, tornando ela ainda mais estratificada e

dividida em castas – sob o pretexto da superioridade masculina respaldada por leituras distorcidas de textos bíblicos –, agrupando as mulheres conforme seus graus de fertilidade (a possibilidade ou não de gerar um filho), seus *status* sociais (na maioria das vezes definido pelo casamento), os papéis que cada uma delas deveria cumprir para a manutenção do regime e as cores de suas vestimentas, que são empregadas como um lembrete da função social para os outros, mas principalmente para elas mesmas. Às tias, cabia a cor marrom; às esposas, a cor azul (conforme as características vestimentas da Virgem Maria); às Marthas, o verde; às Econoesposas, as listras; às Aias, o vermelho cor de sangue; já às Pérolas¹⁰ – garotas mais jovens que após receberem um “chamado para uma missão maior” (ATWOOD, 2019, p. 233), ingressam no processo de se tornarem Tias, e depois de um período como postulantes, tornam-se Pérolas, passando à função de recrutadoras de outras mulheres nos demais países –, coube a cor prateada.

Dentro dessas divisões impostas, as Tias são as responsáveis pelos treinamentos e ensinamentos das Aias. A elas também cabem as funções de policiar e punir (inclusive fisicamente) toda e qualquer Aia que venha a contrariar ordens, resistir aos treinamentos ou desafiar aqueles que se encontram acima delas na hierarquia social. Vestidas em suas roupas marrons, elas são as únicas com certo grau de autonomia – em comparação às demais mulheres – podendo ler, escrever e organizar como bem lhes entende a pequena parcela de poder que lhes cabe – como podemos ver mais claramente em *Os testamentos*, especialmente no que diz respeito ao controle do Ardua Hall:

No caso de Gilead, existiam muitas mulheres dispostas a servir como Tias, fosse por causa de uma crença genérica no que chamavam de ‘valores tradicionais’, ou pelos benefícios que poderiam desse modo adquirir. Quando o poder é escasso, ter um pouco dele é tentador. Havia também um induzimento negativo: mulheres sem filhos ou estéreis ou mais velhas que não eram casadas podiam se alistar para servir como Tias, assim escapar à inutilidade e conseqüente embarque para as infames Colônias, que eram compostas de populações portáteis usadas principalmente como esquadrões descartáveis de limpeza de materiais tóxicos, embora se você tivesse sorte pudesse ser destacado para tarefas menos arriscadas, como apanhar algodão e trabalhar na colheita de frutas. (ATWOOD, 2017, p. 362)

¹⁰ Essas personagens aparecem apenas em *Os Testamentos*, assim como mais detalhes das vidas das Tias, especialmente após a criação do Ardua Hall, local onde elas foram instaladas e se tornou não apenas um local para ensinar como ser uma Tia, mas também o quartel general delas, onde informações importantes sobre toda a Gilead eram mantidas em sigilo.

Os homens poderosos de Gilead sustentam a ideia de que poucas mulheres permaneceram férteis, devido a questões ambientais e sociais – embora não haja comprovações se essa infertilidade é real ou mesmo um problema do sexo feminino – e essas são as que mais sofrem no regime opressor: as Aias. Vestidas em seus longos vestidos vermelhos (adornadas apenas com suas toucas brancas que lhe cobrem os rostos), as Aias são mulheres que não pertencem mais a si mesmas, mas sim ao Estado, cujo o único motivo para permanecerem vivas está na função de gerarem filhos para os Comandantes – parcela mínima da população masculina da República de Gilead, constituída pelos membros mais altos da sociedade e que atuam como políticos e legisladores do governo – e suas Esposas. Apesar da importante função que recebem – a de procriar – elas não possuem muitos direitos e não podem nem mesmo utilizar seus nomes, passando a ser designadas conforme o Comandante a que pertencem, sendo assim despidas de qualquer individualidade.

Desse modo, homens ocupando altas posições no regime puderam escolher a dedo entre as mulheres que tinham demonstrado ser aptas reprodutivamente ao terem concebido e dado a luz uma ou mais crianças saudáveis, uma característica desejável numa era de índices de natalidade caucasianos em queda livre, um fenômeno observável não só em Gilead, mas também na maioria das sociedades caucasianas na época. (ATWOOD, 2017, p. 357)

Gilead detinha então o poder absoluto sobre o corpo das Aias: assim como na maioria dos regimes totalitários – sejam eles reais ou ficcionais –, o primeiro passo é privar o oprimido de si próprio, de sua própria existência, para então convertê-lo em um instrumento para a manutenção do poder. Ser Aia não é uma escolha feita por essas mulheres – como todo governo totalitário, não há espaço para escolhas, para o livre arbítrio, só a morte social – perdendo até mesmo o direito de utilizarem seus próprios nomes, sendo agora *Of* (de) + nome do Comandante, e que, no caso dessas mulheres, as tornam apenas patrimônio de um homem e receptáculo de vida que pode ser descartado quando não tiver mais serventia. Nas palavras de Jade Arbo e Eduardo Marks de Marques no artigo “Confinadas em si mesmas: a morte social e o isolamento do sujeito em *O Conto da Aia*, de Margaret Atwood”:

As Aias não se juntam voluntariamente a essa classe de mulheres: elas são forçosamente destituídas de suas vidas e identidades prévias para se tornarem propriedade do Estado e distribuídas a seu critério. O seu bem-estar importa apenas na medida em que estejam fortes o suficiente para executarem sua função de geradora; sua subjetividade é anulada por uniformes, por interação intersubjetiva limitada e por uma total privação da liberdade. (ARBO; MARQUES, 2019, p. 165)

As Aias, portanto, se encontram em um limbo da (ine)existência social, impossibilitadas tanto de participar daquela sociedade quanto de formar *qualquer* sociedade. Instrumentalizadas em função de sua capacidade reprodutiva em prol de um bem maior, as Aias têm seu próprio status de *pessoa revogado*. (ARBO; MARQUES, 2019, p. 165)

As baixas taxas de natalidade para a sociedade gileadiana não era apenas culpa dos desastres ambientais ocorridos pelo mundo, mas especialmente pela liberdade que foi dada às mulheres e que lhes permitiram optar por não ter filhos. Dessa maneira, mesmo a culpa de uma mulher não procriar em Gilead não ser propriamente dela, o dedo sempre lhe seria apontado e é ela quem deveria pagar pelas consequências. “[...] um homem estéril não existe, não oficialmente. Existem apenas mulheres que são fecundadas e mulheres que são estéreis, essa é a lei” (ATWOOD, 2017, p. 75)

Assim, fica claro o dever de procriar, de auxiliar nesse processo, imposto para toda a parcela feminina. Além das Tias e Aias diretamente envolvidas nesse círculo de obrigações procriadoras, as Esposas são outras peças importantes para fazer com que a engrenagem opressora de Gilead gire sem problemas. Etéreas, virtuosas e cordatas, vestidas de um inabalável azul, elas não possuem muitos direitos, apesar de ocuparem uma excelente posição social - devido apenas aos seus casamentos, uma vez que por si só não possuíam muito valor além de serem casadas com um Comandante ou qualquer outro homem com um posto social mais elevado. Assim como as demais (com exceção das Tias), elas não podem ler ou estudar; seus lugares na sociedade são os de apoiadora de seus maridos e coordenadoras de seus lares (só em suas casas elas têm alguma espécie de poder e controle, uma vez que as Marthas e as Aias lhes devem respeito, seguindo suas ordens e a auxiliando na tarefa de se tornar mãe).

No entanto, nem toda Esposa é estéril, então as que são capazes de gerar seus próprios filhos ficam livres da necessidade de ter uma Aia em casa, e assim evitam a disputa socialmente ignorada que há pela posição de mãe, já que uma pessoa que não pode dar filhos ao seu marido é uma mulher fracassada, conforme as palavras de Tia Lydia:

Não é com o marido que vocês precisam ter cuidado [...] é com as Esposas. Vocês deveriam tentar imaginar o que devem estar sentindo. É claro que se ressentem com vocês. É muito natural. Tentem ser solidárias [...] Vocês têm de se dar conta de que elas são mulheres derrotadas. Não conseguiram. (ATWOOD, 2017, p. 59)

Essa rivalidade entre Esposas e Aias é muito comum: uma Esposa sem filhos e ressentida pode ser extremamente perigosa para uma Aia, sendo capaz de qualquer coisa para conseguir um filho – como promover encontros de suas Aias com outros homens, quando há suspeita de que o seu marido não pode ter filhos, cometer crimes e culpar uma Aia ou até mesmo uma Martha, entre outras coisas.

Nesse ambiente servil e doméstico, encontramos as Marthas: mais velhas e, por isso, fora da idade fértil, são as empregadas domésticas que cuidam dos serviços das casas. Antes do golpe, eram médicas, advogadas, cientistas, professoras; agora não são nem mães, nem objetos de procriação, nem úteis nem inúteis o bastante – assim são apenas mantidas longe das Colônias (depósitos de lixo tóxico para onde são enviadas as “não mulheres” que não têm mais utilidade para Gilead, ou são consideradas perigosas demais para viver em sociedade e são obrigadas a trabalhar até a morte) por suas habilidades domésticas e tenderem à obediência – uma vez que temem ser consideradas inúteis e serem jogadas à morte no lixão. Assim, elas acabam se tornando quase invisíveis entre as outras mulheres e o resto da sociedade. Passando a imagem de domesticadas elas conseguem manter uma espécie de rede de informações pelas casas de Gilead, tendo assim uma outra ferramenta de sobrevivência e também de entretenimento.

Ela está com seu vestido habitual de Martha, que é verde desbotado como um traje cirúrgico dos tempos anteriores. [...] o vestido comprido cobrindo as formas, mas com um avental de peitilho por cima e sem a touca com abas brancas e o véu. Ela põe o véu para sair, mas ninguém se importa muito com quem vê o rosto de uma Martha. [...] As Marthas sabem de coisas, conversam entre si, transmitindo as notícias não oficiais de casa em casa. (ATWOOD, 2017, p. 18 e 19)

Já as Pérolas, como dito anteriormente, fazem parte de uma etapa no processo de formação das Tias – Tias essas que foram forjadas nesse modelo, muitas vezes obrigadas a exercer essa função, vindas de uma democracia na qual exerciam importantes cargos para a sociedade. Pérolas são meninas nascidas, ou que cresceram em Gilead, que foram recrutadas ou se ofereceram para a função – na tentativa de se livrarem de seus futuros casamentos – e que, após um período como postulantes e uma longa preparação (que inclui aprender a ler, a escrever, a dominar as técnicas de treinamentos das Aias e inclusive a aprender a tecer a teia de segredos e intrigas mantidos por todos), passam a usar seus vestidos prateados e colares de pérolas enquanto recrutam outras jovens fora dos domínios do regime. Elas exercem

para Gilead o papel de relações internacionais, missionárias espalhando a mensagem e espionando os inimigos; sendo assim, elas só podem ser efetivadas como Tias após trazerem, de suas excursões de recrutamento fora das fronteiras, uma jovem imigrante convertida; como Tias oficiais, elas passam a ter uma função dentro da instituição do Ardua Hall¹¹ e também a serem mais bem respeitadas diante toda a sociedade.

- Elas são observadoras, bem treinadas e obedientes – falei.
As Pérolas tinha sido ideia minha, originalmente – outras religiões tinham missionários, então porque não a nossa? E outros missionários haviam conseguido converter pessoas, então por que não os nossos? E outros missionários haviam recolhido informação a ser utilizada em espionagem, então porque não os nossos? (ATWOOD, 2019, p. 74)

Essa divisão social de Gilead, que sistematicamente favorece os homens, não é apenas uma consequência do patriarcado, ela o reafirma e o exemplifica. Em cada categoria, encontramos uma função socialmente atribuída às mulheres, dentro e fora das obras; com isso, a autora traz, em cada uma das mulheres, alguma das condições historicamente esperadas e necessárias para que sejam reconhecidas como mulheres, cabendo a elas subverter essa visão, uma vez que o regime depende delas para se manter.

De todas essas divisões femininas do regime, as cinco aqui citadas são as de maior destaque e importância em ambas as obras literárias. São principalmente através delas que podemos ter uma certa noção das condições as quais as mulheres eram submetidas, os papéis que deveriam cumprir e as tramas ocultas que precisavam tecer. É a partir dessas personagens que conseguiremos questionar quais são os limites aceitos ou não para garantir a sobrevivência, até que ponto uma dessas mulheres pode ir para sobreviver e quem sabe conquistar, se rebelar ou derrotar aqueles que a obrigaram a fazer as escolhas que fez e agir da maneira como agiu. Mulheres como a Tia Lydia podem ser consideradas tanto vilãs quanto heroínas, depende da nossa posição enquanto leitores perante suas atitudes e seus históricos dentro da narração. Cabe a nós analisarmos seus atos, suas escolhas e seus caracteres para então compreender ou questionar se elas aceitaram os papéis que lhes

¹¹ Aparece apenas em Os Testamentos. Designa um local (uma possível Universidade dos tempos pré-Gilead), no qual as Tias vivem e tem total comando, sendo proibida a entrada de homens sem autorização das Fundadoras (Tia Lydia, Tia Vidala, Tia Elizabeth e Tia Helena).

foram impostos pela sociedade de Gilead por simpatizar com a causa ou apenas como um caminho rumo à sobrevivência – e, quem sabe, até mesmo à vingança.

3.2 Uma questão de sobrevivência

Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino (BEAUVOIR, 2016, p. 11).

Eu não pretendia ser eliminada sem luta. [...] Eu precisava retornar à garota acintosa de classe baixa, à burra de carga determinada, à prodígio intelectual, à alpinista estratégica que me alçara ao alto nível social do qual eu acabava de ser destituída. Eu precisava comer pelas beiradas, uma vez que eu tivesse descoberto onde elas estavam. (ATWOOD, 2019, P. 131)

Assim como nem todas as mulheres podem ser divididas em pequenas caixinhas, ou castas, nas quais elas devem agir conforme o esperado pela sociedade, nem todas as mulheres reagem da mesma maneira perante o medo e o perigo. Algumas delas vão escolher a obediência, outras, a resistência, e outras ainda vão procurar se adaptar ao meio – mesmo que de maneira mais teatral ou até mesmo falsa – com a intenção de encontrar brechas e oportunidades para infiltrar-se e depois conquistar. Conforme as palavras de Offred, em *O Conto da Aia*: “A humanidade é tão adaptável, diria minha mãe. É verdadeiramente espantoso as coisas que as pessoas conseguem se habituar, desde que existam algumas compensações” (ATWOOD, 2017, p. 320).

Embora para Gilead todo o papel feminino da sociedade se resumisse a ser mãe e ser obediente (temente) a Deus, e especialmente aos homens que estavam no comando, nem toda mulher nasce para ser mãe e nem toda a mulher nasce para obedecer/temer. Com isso, podemos observar as várias mulheres de Gilead que se dispuseram a ir contra essas incumbências impostas, mesmo que em maior ou menor grau de oposição – como a Aia que gravou no armário: *Nolite te bastardes carborundorum*¹² (ATWOOD, 2017, p. 65), mesmo declarando diretamente sua rebeldia ou mostrando-se obediente até o final e aceitando o terrível fim que mereciam em prol de algo maior – como, por exemplo, toda a teia que Tia Lydia teceu na esperança de derrubar o regime.

¹² “Não deixe que os bastardos esmaguem você”.

A inferioridade feminina é um conceito social e construído a partir de ficções e preceitos socialmente construídos; uma mulher não nasce inferior a um homem apenas por ter nascido mulher, como vemos em Beauvoir (1949), contemporaneamente em Butler (2018), e em questões que envolvem a discussão sobre gênero; a inferioridade ou a superioridade de um gênero nada mais são do que uma construção social. Para as sociedades, o corpo é uma fábrica, especialmente o da mulher, e, dessa maneira, esse corpo – essa mulher – deve ser controlada e gerida de maneira a produzir (filhos), garantir o sucesso e a calma de seus donos (maridos), conforme afirma Foucault (1975): “em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações” (FOUCAULT, 2016, p. 134). Um corpo submetido à clausura é um corpo controlável, disciplinado e obediente; como objeto do poder, ele sofre as transformações necessárias, sendo manipulado, treinado, adestrado, se tornando ferramenta (FOUCAULT, 2016).

Era através do controle dos corpos que os homens de Gilead exerciam uma suposta dominância sobre as mulheres, submetendo-as aos modelos por eles considerados ideais e que diziam respeito à feminilidade, à obediência, à servidão e aos padrões de comportamento a serem seguidos; as mulheres gileadeanas encontravam-se submetidas à categorização imposta pelos homens, com seus modelos de feminilidade, obediência, servidão e padrões de comportamento que deveriam ser seguidos. Não havia muitos outros espaços os quais esses corpos femininos pudessem ocupar além dos quais lhes eram impostos. Dessa maneira, restavam poucas opções além de obedecer ou então se rebelar/resistir e, na grande maioria das vezes, ter de lidar com as consequências (punições) que a ação de desobedecer implicava.

Offred optou por resistir, se a tomarmos como a Aia mãe da Bebê Nicole de *Os Testamentos*, que, não apenas conseguiu tirar sua filha de Gilead, como posteriormente conseguiu fugir. Já Agnes optou por resistir ao futuro que lhe era imposto – o casamento com o Comandante Judd –, mas aceitou obedecer a um outro chamado e tornou-se uma Pérola, embora nos momentos finais da obra de 2019 tenha se tornado peça chave do movimento de resistência. Serena, por outro lado, manteve-se desde o início obediente e fiel ao seu marido, mas mesmo assim não hesitou em agir fora do que era esperado em prol de seu próprio benefício – como quando ajudou

Offred a engravidar, marcando um encontro dela com seu Anjo e, assim, conseguindo o filho que ela tanto queria. Moira, a amiga de Offred – desde antes de Gilead –, tanto resistiu que acabou sendo enviada para a Casa de Jezebel/Jezebel's¹³. Enquanto Tia Lydia – após longos períodos de torturas que a fizeram compreender a escolha que deveria fazer – aceitou, assim, a colocação como uma das quatro Tias fundadoras, passando, então, a ocupar uma posição aparente de completa obediência (uma aliada ajudando a criar o processo de treinamento das Aias e também muitas das leis que regem sobre a maioria das mulheres, como podemos ver em *O Conto da Aia*), que cairá por terra no livro publicado em 2019, quando sua real relação com o regime é desvelada e a sua verdadeira postura de inimiga de Gilead nos é apresentada.

Difícilmente alguém que leu a obra de Atwood publicada em 1985 conseguirá sentir algum tipo de empatia pela personagem da Tia Lydia: uma mulher cruel e temente a Deus, que não mediu esforços para manter seu rebanho de Aias sob seu controle; possuía nervos de aço capazes de arrancar da terra qualquer semente ruim que poderia vir a germinar qualquer tipo de desobediência ou resistência ao regime. “Lembrem-se, dizia Tia Lydia. Para nossos objetivos seus pés e suas mãos não são essenciais (ATWOOD, 2016, P. 112)”. A imagem que tínhamos dessa mulher, e que nos era narrada pela Aia Offred, era a mais terrível possível, uma das poucas mulheres com algum grau de respeito dentro de Gilead, e que, mesmo sendo mulher, era não apenas capaz de aceitar a opressão e superioridade masculina como também oprimia as demais mulheres que estavam abaixo de si e sob o seu comando. Como seria possível simpatizar com uma mulher que oprime outras mulheres?

No entanto, ao lermos *Os Testamentos*, nos deparamos com um outro ponto de vista que não nos foi dado anteriormente. Tia Lydia tem agora a oportunidade de contar a sua versão: ela também foi pega de surpresa pelo golpe fundamentalista dado pelos Filhos de Jacó, e a sua metamorfose de antagonista a protagonista (ou até de uma maneira mais dramática: heroína ou salvadora) é o ponto chave para o desenvolvimento da narração e consequentemente a queda do regime. Quando o golpe aconteceu, Tia Lydia era uma juíza cuja carreira havia sido dedicada à defesa de mulheres que sofreram algum tipo de violência – aí está a maior ambiguidade da

¹³ Nome dado ao bordel secreto de Gilead onde certas mulheres são enviadas para trabalhar como prostitutas. As mulheres enviadas para lá são geralmente mulheres rebeldes as quais é oferecida a escolha entre virarem prostitutas ou morrerem nas Colônias.

mais cruel “vilã” de Gilead: sua bússola moral que antes parecia ter perdido o foco e apontar apenas para o crescimento do regime a qualquer custo, agora, ainda que quebrada, mostra o verdadeiro caminho para o qual sempre apontou, o caminho da sobrevivência – e também a busca por vingar-se por tudo que sofreu, pela rachadura que foi feita em seu caráter e orgulho, por tirarem de si a posse que tinha sobre o próprio corpo, e por terem tentado transformá-la em uma pequena peça de uma grande engrenagem que girava no sentido oposto a tudo que sempre protegeu em sua vida pré-Gilead.

A vida que levei. A vida – pelo que digo a mim mesma – que não tive escolha senão levar. Houve época, antes do advento do regime atual, em que defender a minha própria vida nem me passava pela cabeça. [...] Eu agia em prol de um mundo melhor conforme minha visão desse “melhor”, dentro dos limites próprios da minha profissão. [...] Presumia que estava vivendo de forma virtuosa; presumi até que minha virtude merecia moderados aplausos. Ainda que eu tinha vindo a perceber o quanto estava errada a respeito disso, e de muitas outras coisas, no dia em que fui presa. (ATWOOD, 2019, p. 44)

Assim, ela encontrou-se obrigada a se tornar aquilo o que sempre condenou em sua outra vida (sua vida antes de golpe), escolhendo o caminho mais difícil, tornando-se não uma engrenagem qualquer, mas sim um pilar vital para a sustentação de Gilead, e a partir daí como ela mesma afirma: “Quem espera sempre alcança. Aqui se faz aqui se paga. A paciência vale ouro. A mim pertence a vingança” (ATWOOD, 2019, p. 271).

Se eu chorei? Sim: lágrimas escorreram dos meus dois olhos visíveis, meus olhos humanos úmidos e chorosos. Mas eu tinha um terceiro olho, bem no meio da testa. Eu o sentia: ele era frio feito pedra. Este não chorava: via tudo. E por trás dele, alguém pensava: *vocês vão me pagar por isso. Não me importa quanto tempo leve nem quantos sapos eu tenha que engolir, mas eu vou me vingar.* (ATWOOD, 2019, p. 165 e 166)

A revelação da verdadeira postura, e também caráter, que a personagem mantinha perante as escolhas que fez e a situação na qual ela se encontrava, é o grande destaque dessa obra de Atwood. Embora seja difícil lidar com o ambíguo sentimento de empatia que passamos a ter pela “vilã”, conseguimos compreender as presentes nuances e escolhas inseridas na dicotomia entre o bem e o mal, uma vez que sempre existem motivos por trás de nossas escolhas e atitudes, e que, na grande maioria dos casos, é importante que lembremos quem é o verdadeiro inimigo, que no presente caso não se tratava de uma mulher que lhe foi tirado tudo e que foi colocada entre a morte e a quebra da sua própria moral, mas sim de uma sociedade que a

considerava inferior – que considerava todas as mulheres inferiores – e que era capaz de qualquer barbárie em nome de um Deus e pela busca da vitória e ascensão.

Claro que, por mais que compreendamos que Tia Lydia fez tudo o que fez como uma estratégia de sobrevivência, não podemos fechar nossos olhos e encarar tudo apenas como simples meios para um fim, transformando a personagem em uma grande heroína e salvadora de todas as mulheres de Gilead. Enquanto parte ativa e tirana do comando daquela teocracia, até mesmo enquanto planejava e executava sua vingança, ela tinha total consciência de todo o mal que fez, de todas as coisas horríveis que praticou contra suas Aias. No entanto, o ponto importante está na sua consciência a respeito disso e no seu entendimento de que era preferível ela no comando, fazendo o que fazia, com uma espécie de boa intenção por trás de tudo, do que uma Tia Vidala, que acreditava que todo o mal praticado contra as mulheres era feito em prol de um bem maior, para o bem daquele regime. “Eu também tinha ótimas intenções, conforme às vezes resmungo baixinho. Eu queria o melhor, ou melhor disponível, o que não é a mesma coisa. Ainda assim, pense só em quanto poderia ter sido pior se não fosse por mim” (ATWOOD, 2019, p. 125).

Ou será que vou ser arrastada a julgamento feito um monstro, depois executada por um pelotão e pendurada num poste para apreciação do público? Será que vou ser esquartejada por uma turba e minha cabeça vai ser espetada numa estaca para desfilar pelas ruas, sob risos e chacota? Sei que inspirei raiva suficiente para isso. (ATWOOD, 2019, p. 40)

Tia Lydia não pode ser considerada uma boa pessoa; no entanto, a postura que tomou racionalmente perante a posição que lhe foi imposta – quando ela poderia ter simplesmente aceitado sua insignificância perante os Filhos de Jacó - denota um certo sentimento de justiça e também de ética. Sendo assim, se a personagem em questão não é boa, mas também não podemos considerá-la intrinsecamente má, cabe então a ela o papel de uma espécie de anti-heroína, já que não se ajusta aos modelos tradicionais de bem e mal. Pelo senso comum, ela fez o que deveria ser feito, pode não ter sido na tentativa de livrar todas as mulheres de Gilead da realidade opressora que as cercavam, pode ter sido apenas num movimento egoísta de vingança, mas, por mais poder que ela tivesse ganho dentro do regime, ela ainda era uma mulher inferiorizada, que teve seu passado destruído, sua individualidade arrancada e sua existência passou a ser propriedade de alguns poucos homens no poder. O que Tia Lydia sofreu após o golpe a moldou perante essa sociedade da qual ela foi forçada a

fazer parte. Mulheres como as Esposas não passaram por torturas ou testes: a diferença entre ela e as demais mulheres foi que ela compreendeu o que precisava fazer se quisesse permanecer viva e ainda algum dia colaborar para um ponto final nessa terrível história.

Em primeiro lugar, o regime precisa de mim. Eu controlo o lado feminino do empreendimento deles com um punho de ferro dentro de uma luva de couro sobre uma luva de tricô, e mantenho tudo em ordem [...]. Em segundo, sei demais sobre os líderes – sujeira demais – e eles não sabem o que eu posso ter feito a partir disso em matéria de documentação. [...] Em terceiro lugar, eu sou discreta. Cada um destes homens eminentes sempre sentiu que seus segredos estão a salvo comigo; mas – conforme deixei veladamente claro – isso vale desde que eu esteja a salvo também. (ATWOOD, 2019, p. 72)

Ser fiel ao regime possibilitou à Tia Lydia a chance de se aproveitar dos espólios que lhe eram oferecidos. Como escreve Buchweitz: “o governo gileadeano recompensava e dava mais poder a quem mais lhe servia” (BUCHWEITZ, 2020, p. 53). Em um processo de busca pela sobrevivência, a antiga juíza da vara da família designou a si própria um papel que mesclava uma espiã e uma carrasca, não se permitindo ser reduzida à inferioridade que lhe era imposta, não permitindo que alguns poucos homens no poder ditassem totalmente sua vida, seu futuro. Ela iria, sim, fazer o que era esperado de seu papel como Tia Fundadora, mas não apenas resumindo-se a isso. Atwood não apenas procurou humanizar uma vilã, ou uma anti-heroína, mas optou por criar uma personagem complexa, cheia de problemáticas morais, que seria capaz de ir além da sua própria moral para conseguir o que queria.

Para os homens de Gilead, a ideia apresentada, ou melhor, a regra imposta é a de que a mulher aprenda em silêncio com toda a sujeição, aceitando os papéis que lhes são impostos, sem questionar, sem nem pensar sobre o assunto – até mesmo os pensamentos são proibidos, especialmente para seres considerados tão inferiores como as mulheres. O que há, portanto, por trás de toda a máscara de sociedade perfeita, é uma série de violações aos direitos das mulheres, aos direitos de personalidade, liberdade e escolhas, transformando-as em propriedades dos homens, sejam para procriar (como as Aias e Esposas férteis) ou como instrumento para controle (como as Tias).

Sendo assim, ao dar voz à Tia Lydia, Margaret Atwood não apenas concede à personagem uma espécie de retomada do controle de seu próprio corpo, seu próprio ser, como também nos permite compreender, nos permite ter uma visão mais ampla do arco da história dessa controversa personagem, imprimindo certa

compaixão ao procurar o bem numa personagem que, antes, encarávamos como alguém extremamente cruel e incapaz de se compadecer das situações as quais as mulheres que estavam sob seu comandado eram submetidas. Uma mulher inteligente, bem instruída, estratégica, que soube usar da misoginia dos líderes a seu favor, mas acima de tudo humana, passível de erros e complexa o bastante para ser capaz de decidir de forma cruel o destino de várias mulheres e, ainda assim, arquitetar um golpe sobre o regime imposto a ela.

Não apenas para Tia Lydia mas para todas as mulheres de ambas as obras, fazer parte de uma sociedade machista, viver diariamente sob regras, opressões, violências, preconceitos e inferiorizações é mais que uma questão de sobrevivência. Seja resistindo, obedecendo ou vingando-se, a cada uma dessas mulheres restou apenas o direito de decidir como irão sobreviver: a algumas coube a resignação; a outras, foi preferível a morte, uma vez que a sobrevivência não indica vida, mas sim apenas mais um dia sem que a morte batesse à porta.

Os Testamentos nos permitiram uma nova percepção sobre a realidade na qual as mulheres de Gilead viviam. Enquanto em *O Conto da Aia* tínhamos apenas o relato imparcial da Aia Offred, com o livro publicado em 2019 pudemos conhecer diferentes relatos, de diferentes mulheres, que estavam inseridas em diferentes contextos, mas ainda assim faziam parte daquela opressora realidade. Assim, nos foi possível levantar questionamentos a respeito das escolhas feitas pelas personagens, especialmente no que diz respeito à Tia Lydia, por que fizeram o que fizeram enquanto parte oprimida – e ao mesmo tempo opressora, de certa forma, como no caso das Tias e das Esposas – da teocracia em questão.

Como é que eu pude ser tão má, tão cruel, tão burra?, você vai me perguntar. Você pessoalmente nunca teria feito as coisas daquele jeito! Mas você pessoalmente nunca precisou fazê-las. (ATWOOD, 2019, P. 431)

A representação da mulher em ambas as obras mostra, como dito anteriormente, que, por mais que tenham sido escritas como distopias, elas não estão em total dissonância com a realidade. Sendo assim, muito além de um relato de esperança, *Os Testamentos* é um relato de empatia, pois permite nos colocarmos no lugar de outras mulheres, dialogar com elas, e, a partir daí, nos questionarmos o que nós, enquanto leitores, faríamos se estivéssemos no lugar dessas mulheres. Resistiríamos? Obedeceríamos? Seríamos oprimidos(as) ou estaríamos ao lado dos opressores?

Como pode um regime que se coloca como um patriarcado depender tanto de uma(s) mulher(es)? Afinal, não só as Tias são importantes, mas as aias também – embora estas não tenham poder algum. Sem as aias, não haveria reprodução, e, portanto, Gilead duraria, no máximo, duas ou três gerações. Dessa forma, é possível conjecturar que o sistema gileadeano é dependente das mulheres em vários níveis. (BUCHWEITZ, 2020, p.54)

Aliados ao questionamento sugerido acima por Buchweitz, passamos a ponderar sobre os papéis de cada mulher nessa sociedade, especialmente da Tia Lydia, vindo à tona um fato importante para essa análise: a dependência do Governo, dos homens de Gilead, para com essas mulheres. Personagens como as das Tias têm o poder de comandar grande parte da parcela feminina do regime, as Esposas conseguem manipular suas Aias para que consigam gerar seus filhos, enquanto que as Marthas servem de fonte de informação entre as casas, e as Aias perpetuam a espécie – sendo responsáveis pelas gerações futuras dessa sociedade. Assim, levantamos mais um questionamento acerca da realidade feminina em Gilead: poderia haver dentro dessa sociedade uma estrutura matriarcal, mesmo que ilusória, ao invés de uma patriarcal?

4 AS MULHERES VESTEM RESISTÊNCIA

Há sempre a necessidade de se levar em conta a problemática existente em torno de relatos parciais, nos quais apenas um lado da história é ouvido, e também a dificuldade que pontos de vistas femininos (principalmente enquanto vítimas) encontram para validar seus argumentos – uma vez que existe a tendência a ouvir primeiro o opressor e tomar a sua fala como verdade absoluta até que a vítima prove o contrário –, ainda mais quando os utilizamos esses tipos de relatos como base para um estudo ou pesquisa. A narrativa de *O Conto da Aia* é um desses casos, especialmente ao passo que, no final do livro – no seu último capítulo intitulado “Notas Históricas” –, através de uma transcrição parcial das atas do Décimo Segundo Simpósio sobre Estudos Gileadeanos, nos deparamos com a afirmativa de que tudo que fora anteriormente contado partiu da transcrição de fitas encontradas por pesquisadores e que por eles foram organizadas de modo a construírem uma nativa coerente e linear. Se uma história narrada por uma única personagem já abre espaço para questionamentos, uma que acabou por passar pelo filtro de estudiosos (que vale

aqui ressaltar: estudiosos homens) deixa muitos espaços para dúvidas e questionamentos.

As fitas estavam dispostas sem nenhuma ordem particular, estando soltas no fundo da caixa; tampouco eram numeradas. Desse modo coube ao professor Wade e a mim organizar os blocos de narrativas na ordem em que pareciam seguir; mas, como já disse em outra ocasião, todas as organizações desse tipo são baseadas em um pouco de adivinhação e suposição, e devem ser consideradas como sendo aproximadas. (ATWOOD, 2017, p. 355 e 356)

Outro fato bastante relevante e que não devemos descartar era o costume que havia em Gilead de apagar ou alterar muitos de seus registros, tornando tudo que vinha do regime ainda menos confiável e, muitas das vezes, impossíveis de localizar em tempo, espaço e materialidade, tanto antes, durante ou depois de sua queda. Muitos fatos e informações importantes podem ser perdidos ou modificados, ao passo que não se é possível datar exatamente a origem ou comprovar a total veracidade contida em relatos feitos por terceiros, ainda mais quando estes já não se encontram mais vivos para garantir a autenticidade dos fatos. Precisamos estar conscientes dessas problemáticas, assim como no 12º Simpósio existe a consciência da dificuldade por trás de datar e validar as informações encontradas sobre Gilead, e essa mesma consciência se fazia presente durante o evento seguinte – o Décimo Terceiro Simpósio sobre Estudos Gileadeanos, que corresponde ao último capítulo de *Os Testamentos*:

O Buraco Negro Digital do século XXI, que ocasionou o desaparecimento de tanta informação devido à rápida deterioração dos dados armazenados – aliado à sabotagem de um grande número de prédios de servidores e bibliotecas pelos agentes de Gilead no intuito de obliterar registros que pudessem entrar em conflito com os do seu país, assim como as revoltas populistas contra a vigilância digital repressora em diversos países –, implica até hoje a impossibilidade de datarmos com precisão muitos materiais de Gilead. (ATWOOD, 2019, p. 437)

No entanto, o que não podemos é, para o fim da análise problematizar a narração ao ponto de desvalidá-la: o que devemos fazer é inquiri-la a ponto de responder nossos questionamentos, validando as leituras que tiramos a partir dessas narrativas. Do mesmo modo que possuímos a consciência quanto à validade da narração de Offred em *O Conto da Aia*, também a temos em relação à autenticidade do Manuscrito – mantido escondido, no Ardua Hall, pela Tia Lydia e que, ao que tudo indica, fora escrito por ela, por Agnes e por Nicole –, mas essas dúvidas não podem e não devem nos impedir de fazer uma espécie de pacto ficcional, tomando-as como

verdades capazes de serem analisadas e discutidas. Isto posto, podemos passar para a problematização e então à compreensão do verdadeiro papel que as mulheres exerceram dentro do regime gileadeano.

O principal questionamento que deve ser levantado é o de como uma sociedade que se apresenta ao resto do mundo como um patriarcado, sob o comando de Deus e dos Filhos de Jacó, pode depender tanto e em tantos aspectos das mesmas mulheres que subjagam. Afinal, mesmo divididas em categorias/castas – Tias (e Pérolas), Aias, Esposas, Marthas, Econoesposas, Não-Mulheres –, tendo suas liberdades e individualidade usurpadas, essas mulheres ainda são extremamente necessárias para a manutenção e planejamento de um futuro para Gilead. Sejam as Aias os úteros responsáveis pelas gerações futuras, sejam as Tias as encarregadas de doutrinar as Aias, sejam as Esposas ou as Marthas as responsáveis pelos lares e por cuidar das crianças que foram geradas dentro daquela realidade ou tomadas pelo regime – o futuro está nas mãos dessas mulheres, e os homens precisam delas.

Por mais que a figura masculina exerça controle de todo o regime, não são os homens quem efetivamente trabalham e dão suas vidas por Gilead. Eles são apenas os responsáveis por ditar as regras, por manterem as mulheres desunidas, dividindo-as e fazendo com que oprimam umas às outras, e, dessa forma, aproveitando-se das circunstâncias para conseguirem o que querem – desde o sexo às escondidas com suas Aias, ou na casa de Jezebel, até a colheita dos louros por manterem a ordem dentro do regime. Como afirma Tia Lydia, as mulheres devem aprender a manipulá-los, utilizar das ferramentas que são disponibilizadas por eles, para controlá-los (ATWOOD, 2017, p. 174), é isso que é esperado delas.

4.1 As Tias vestem poder

Meu estado era de desordem mental [...] havia uma roupa nova à minha espera. Não era exatamente uma túnica e não exatamente feita de pano de saco marrom, mas algo nessa linha. Eu já a vira antes, no estádio, vestindo as fuziladoras do pelotão. Senti um calafrio. Eu a vesti. Que mais eu poderia ter feito? (ATWOOD. 2019, p. 167)

A divisão social estabelecida pelo regime de Gilead – como já antes mencionado – favorece o homem sistematicamente em detrimento da mulher, uma vez que são os homens que ocupam os papéis de principal destaque e importância dentro do governo. Com isso, é muito comum racionalizar que são eles os

responsáveis por oprimir e manter a ascensão de Gilead sobre o resto da população, tomando então as narrativas das obras aqui analisadas como correspondentes a um sistema que além de hierárquico, onde os mais ricos e poderosos dominam, também é patriarcal, como afirma Pedro Felipe Martins Pone (2014):

Sendo assim, temos um quadro aparentemente alarmante, no qual as liberdades individuais foram cerceadas, mas não de maneira completa, pois, mesmo num Estado de total controle, existem grupos na sociedade de Gilead que desfrutam de certos privilégios. Contudo, é possível, ainda assim, mapear uma orientação hierarquizada, primeiro pela classe social – camadas altas – e, em seguida, pelo gênero – homens – da forma como esses privilégios eram distribuídos. (PONE, 2014, p. 227)

Entretanto, sabemos que, por mais que tenham sido impostas posições de submissão às mulheres, elas não são de todo submissas e nem cegamente fiéis ao regime: dentro das condições em que se encontram, muitas delas procuram pequenas vantagens capazes de favorecê-las de alguma forma e lhes darem algum tipo de poder, por menor que seja, mas ainda sim capazes de mantê-las a salvo e auxiliá-las em possíveis ascensões. São as próprias mulheres que nos fazem questionar o inicial consenso de Gilead como um patriarcado e começar a ver esse regime como sendo uma espécie de matriarcado (enquanto uma sociedade centrada, mesmo que indiretamente, na figura da mãe/mulher, tendo o pai/homem um papel secundário, deixando assim ao feminino o papel de manutenção do grupo, como vimos anteriormente sob o conceito de matrifocalidade). Trata-se uma nova vertente de matriarcado, na qual essas mesmas mulheres oprimidas são as responsáveis não só pela manutenção do regime, como também por qualquer visão de futuro dentro dele – como fica claro em O Conto da Aia -, e posteriormente pela derrocada e queda do mesmo – como vemos ao final de Os Testamentos.

A estrutura de Gilead não pode e nunca foi assegurada apenas pela compleição masculina, mas sim pela presença e influência constante das mulheres. A divisão dessas mulheres em categorias não gerou revolta ou uma sororidade complacente – especialmente entre aquelas que participaram da idealização do regime, que estiveram lá desde o início –, pelo contrário, ela acentuou uma rivalidade pré-existente e permitiu que essas mulheres usassem de suas posições para exercer algum tipo de poder, por menor ou em menor instância que fosse, e assim não apenas se sobreporem às outras mulheres, mas de modo a se colocarem à frente dos homens, enquanto esses as tinham como inofensivas, fiéis ou incapazes de revolta.

É fácil pôr a culpa dos horrores de Gilead somente nos pés de homens como o Comandante Fred Waterford [...], mas nenhum sistema tão profundamente enraizado e altamente funcional poderia sobreviver sem ajuda. Fred e os demais Comandantes precisam de mulheres para internalizarem a sua doutrina para que elas vigiem umas às outras. As mesmas pessoas que sofrem com sistemas opressores tornam-se as ferramentas mais valiosas de sua execução por aqueles que estão no poder. *O Conto da Aia* atinge seu pico de potência quando questiona as maneiras como as mulheres participam em sistemas que as exploram, agarrando-se a um poder que, em última instância, é transitório. (BASTIÉN, 2017)¹⁴

Os homens de uma forma geral costumam tender ao consenso de que possuem o poder e a dominância sobre o sexo feminino apenas por se considerarem superiores às mulheres, nas mais diversas esferas humanas e sociais. Todavia, eles acabam deixando-se levar por pequenos gestos de vaidade, abrindo espaço para disputas internas por poder dentro da própria classe e, com isso, acabam por não notar os pequenos desvios feitos pelas mulheres, conforme suas posições sociais as permitem, de modo a utilizar-se dessas vaidades masculinas como manobras de controle. Como afirma Tia Lydia:

Homens são máquinas movidas a sexo, dizia Tia Lydia, e não muito mais. Eles querem apenas uma coisa. Vocês têm que aprender a manipulá-los, para o bem de si mesmas. Levá-los pelo nariz para onde quiserem: isso é uma metáfora. É a maneira como funciona a natureza. É o plano de Deus. É a maneira como são as coisas. (ATWOOD, 2017, p. 174)

Para Gilead, a principal função das mulheres é garantir o futuro do regime, tão logo elas se veem obrigadas a garantir isso por seus próprios meios e passam a usar dessas vaidades masculinas, aqui com o melhor sentido de vulnerabilidades, como ferramentas para que elas possam possibilitar para si próprias uma vida menos precária dentro da realidade em que se encontram. Se, em *O Conto da Aia*, por mais que a narrativa seja feita apenas por uma personagem – a Aia Offred –, já encontramos indícios dessa consciência de poder por parte das mulheres, de como melhor usufruir dele, em *Os Testamentos* isso fica ainda mais claro: ao dar voz a outras personagens, especialmente à Tia Lydia, Atwood nos presenteou com novas nuances e perspectivas capazes de nos abrir os olhos perante a verdade velada no

¹⁴ It's easy to rest the blame of the horrors of Gilead solely at the feet of men like Commander Fred Waterford [...] But no system this deeply entrenched and high functioning could survive without help. Fred and other Commanders need women to internalize their doctrine so they police themselves. The very people suffering from oppressive systems become the most valuable tools of enforcement by those in power. *The Handmaid's Tale* is at its most potent when it interrogates the ways women participate in systems that exploit them, holding onto power that is ultimately transitory.

romance de 1985, o que nos permitiu compreender melhor cada passo dado pelas mulheres dentro de ambas as obras.

O livro publicado em 2019, além de trazer três vozes narrativas, que nos permitem conhecer diferentes perspectivas da mesma realidade, nos surpreende ao dar novos olhos sob a perspectiva feminina no regime. Na Gilead de *O Conto da Aia*, dificilmente poderíamos imaginar que algum dia ergueriam uma estátua em homenagem a uma mulher, de uma Tia, assim como nunca poderíamos imaginar que esta mesma mulher seria uma das principais colaboradoras da rede de informações do Mayday, além de trair e colaborar diretamente com a queda do sistema gileadeano. Ao pararmos para ouvir o outro lado da história, descobrimos não apenas mais sobre as Tias, sobre suas importâncias e papéis dentro do governo, mas também sobre uma nova visão do poder feminino ali presente, que até então desconhecíamos ou era tão sutil que parecia não afetar o desenrolar dos fatos.

Durante todo o romance narrado por Offred, somos induzidos a enxergar as Tias sob o véu de uma Aia que não é apenas controlada, mas também oprimida, por aquela classe de mulheres. Para Offred, e conseqüentemente para os seus leitores, as Tias são mulheres cruéis, opressoras, fiéis à Gilead, capazes de fazer qualquer coisa a mando dos Filhos de Jacó, devendo todas as mulheres temê-las. Assim é Tia Lydia, a líder delas: “Lembrem-se, dizia Tia Lydia. Para nossos objetivos seus pés e suas mãos não são essenciais” (ATWOOD, 2017, p. 112). Já na obra narrada por Tia Lydia, Agnes e Nicole, abandonamos a visão mais restritiva da história e adotamos uma nova perspectiva que nos é desvelada: passamos então a ver essas mesmas terríveis Tias como personagens bem diferentes – elas não estão mais necessariamente sob um pedestal intocável de servidão à Gilead, elas são tão humanas quanto qualquer uma das outras mulheres, sendo, assim, passíveis não apenas de benevolência, mas até mesmo de infidelidade ao regime.

Vestidas de marrom dos pés à cabeça (cor a elas designadas), dentro da estratificação social feminina imposta pelo regime gileadeano que nos é apresentado em *O Conto da Aia*, as Tias – como já mencionado antes no texto – são as mulheres, geralmente mais velhas e que não podem gerar filhos, responsáveis por gerir o Centro Vermelho (local criado para abrigar as Aias enquanto elas ainda estão passando pelo processo de treinamento) e, com isso, inserir e doutrinar as mulheres designadas ao papel de Aias, para que possam, além de cumprir o papel que é delas esperado (o de

gerar filhos para Gilead), manterem-se fiéis e submissas às vontades do comando de Gilead. Dentro daquele espaço, as leis eram por elas ditadas; ali elas tinham o controle absoluto sobre as demais, como numa espécie de prisão: “pense nisso como servir ao exército, dizia Tia Lydia” (ATWOOD, 2017, p. 15).

Em um primeiro momento, ao acompanharmos o relato da Offred em *O Conto da Aia*, observamos nas Tias a personificação da verdade, da crueldade, do caráter, da crença em Gilead, da fé, da submissão à parcela masculina, da severidade, da abnegação em prol de um bem maior, da virtuosidade, da moral e, principalmente, da lealdade. Essas mulheres foram as escolhidas para comandar, ensinar e vigiar as Aias – os “úteros com pernas” (ATWOOD, 2017, p. 165) necessários para garantir uma geração futura de gileadeanos. As Tias devem ser os maiores exemplos da moral imposta e prevista pelo regime, cuja não apenas as Aias, mas todas as mulheres deveriam seguir. A palavra de uma Tia é lei para as Aias: é incontestável e deve ser seguida à risca. Não apenas as mulheres são crentes da fé e servidão existentes por trás dos discursos das dessas fiéis mulheres, mas os homens creem com ainda mais afinco, uma vez lhes concederam poder suficiente para controlar a parcela feminina mais útil e tratá-las da maneira mais cruel que lhes fosse possível. Além disso, as Tias também estavam inseridas na cultura das outras mulheres de muitas outras maneiras, mas falaremos disso mais adiante no texto.

As Tias estavam enraizadas na cultura das mulheres gileadeanas, não por elas também serem mulheres, mas por terem alguma forma de controle mais acentuado sobre as outras, tornando-se, acima de tudo, temidas e, em consequência, respeitadas. Nas palavras do pesquisador Amin Malak (2001), essas mulheres descritas pela Aia no romance de 1985 representam:

“uma elite cruel de colaboradoras que conduzem palestras sobre tortura, estão entre as mais fiéis apoiadoras do estado-igreja; essas renegadas se transformam em zelosas convertidas, apropriando-se dos valores masculinos às custas de seus instintos femininos” (MALAK, 2001, p. 6-7, minha tradução)¹⁵.

Sendo elas as principais responsáveis por moldar o novo caráter esperado das mulheres que estão sob seu comando, precisam evocar em seus discursos os

¹⁵ A vicious élite of collaborators who conduct torture lectures, are among the church-state's staunchest supporters; these renegades turn into zealous converts, appropriating male values at the expense of their feminine instincts.

sacrifícios feitos por elas e a justificativa de que tudo o que fazem, por pior que possa parecer, são para o bem geral, como observamos através das palavras de Offred: “Estou dando tudo de mim, fazendo o melhor possível, dizia ela. Estou tentando dar a vocês a melhor oportunidade que podem ter. [...] Não pensem que é fácil para mim tão pouco, dizia Tia Lydia” (ATWOOD, 2017, p. 69 e 70).

Dentro do centro de treinamento, do Centro Vermelho, essas severas mulheres parecem exercer a função de propagadoras das palavras e da fé cega de Gilead. Não existem fissuras aparentes nas figuras projetadas pelos homens, não há espaço para que as mulheres ali doutrinadas percebam qualquer falha de caráter que possa vir a existir. Tudo leva a crer que não existem falhas nas suas mais devotadas seguidoras. Aos olhos de quem é oprimido, o opressor sempre parece mais cruel, pois a ele só é dada a versão maquiada da história. Não existem motivos para que a Offred, ou qualquer outra Aia, duvide da lealdade que as Tias apresentam em seus discursos inflamados – especialmente no que diz respeito à Tia Lydia –, discursos que sugerem a real crença de que a supremacia imposta representa o melhor caminho a ser seguido e que este deve ser feito sem questionamentos, sem dúvidas. Por pior que tudo possa parecer, por mais dolorosos que venham a ser os castigos, por mais desvalorizadas e escravizadas as demais mulheres sejam, todo o sofrimento é pago em prol dos louros que serão colhidos no futuro. Nenhuma dor é em vão quando se é sentida, ou infligida, em nome de Deus e de Gilead: “estar onde estou não é uma prisão e sim um privilégio, como dizia Tia Lydia” (ATWOOD, 2017, p. 16).

Para se ter uma ideia, dentro do Centro, é comum que as Aias sejam submetidas a um certo tipo de confissão – que as Tias chamam de Testemunho. Durante esse processo, como afirma Offred, “é mais seguro inventar coisas do que dizer que você não tem nada a revelar” (ATWOOD, 2017, p. 88). Para Gilead, toda mulher é uma pecadora em potencial, uma mulher sem pecados não pode ser subjugada, com isso, essas confissões forçadas, e muitas vezes humilhantes a ponto de tornarem-se torturas físicas, funcionam não apenas como uma maneira de expurgar antigos demônios que possam vir a se manifestar no futuro – e de alguma forma atrapalhar o processo de doutrinação –, mas também como um artifício de convencimento, fazendo com que as próprias Aias se sintam na obrigação de dar seus testemunhos como prova de uma obediência e assim sentirem-se como parte efetiva do movimento de fé no bem maior. Assim, os Testemunhos evocados pelas Tias

funcionam como um meio para que as Aias passem a odiar a si próprias, e umas às outras, passando então a desprezarem as mulheres que eram antes de Gilead, quando ainda viviam no pecado. Esses relatos estão longe de representar um desabafo, pois são, na verdade, uma das situações mais torturantes e odiosas passadas dentro daquele ambiente, conforme podemos ler nos trechos a seguir:

É Janine contando como foi currada por uma gangue aos catorze anos e fez um aborto. Ela contou a mesma história na semana passada. Parecia quase orgulhosa do ocorrido.

[...]

Mas de quem foi a culpa? diz Tia Helena, levantando um dedo roliço.

Dela, foi dela, foi dela, foi dela, entoamos em uníssono.

Quem os seduziu? Tia Helena sorriu radiante, satisfeita conosco.

Ela seduziu. *Ela* seduziu. *Ela* seduziu.

Por que Deus permitiu que uma coisa tão terrível acontecesse?

Para lhe ensinar uma *lição*. [...]

Eu costumava me ter em boa conta. Naquele momento eu não me tinha.

Aquilo foi na semana passada. Nesta semana Janine não espera que comecemos com as zombarias. Foi minha culpa, diz ela. Foi minha própria culpa. eu os incitei, os seduzi. Mereci o sofrimento.

Muito bem Janine, diz Tia Lydia. Você é um exemplo. (ATWOOD, 2017, p. 88)

Talvez seja meio incompreensível como, mesmo apesar de tudo, seja possível que haja mulheres capazes de serem devotadas a um regime que tirou tudo do sexo feminino, que o reduziu a categorias, vestimentas e funções específicas, tirando direitos, individualidades e liberdades. Entretanto, até o presente momento da visão de Gilead, que nos é dada através dos olhos da Offred, tudo que temos são sim mulheres antifeministas, Tias, que, parecendo tão fiéis e crédulas, mostram-se capazes de tudo, inclusive subjugar outras mulheres, em prol da crença no poder maior e divino que governa a todos os gileadeanos.

Para as gerações que vierem depois, dizia Tia Lydia, será tão melhor. As mulheres viverão juntas em harmonia, todas numa única família, vocês serão como filhas para elas, e quando o nível da população voltar a subir de acordo com as expectativas, não precisaremos transferir vocês de uma casa para outra porque haverá mulheres suficientes, poderão existir verdadeiros laços de afeto, dizia ela [...] Mulheres unidas para um fim comum! (ATWOOD, 2017, p. 195)

O discurso inflamado, não apenas de Tia Lydia, mas no contexto geral de toda a categoria das Tias, corrobora com a visão de futuro que Gilead, como

supremacia masculina, costumava desenhar para seu povo, uma visão de uma Gilead utópica, perfeita, onde todos e todas poderiam viver em harmonia, compartilhando dos louros colhidos e cuidando para que as árvores se mantenham saudáveis e dando bons frutos. Em um sistema totalitarista como este, aqueles que possuem alguma parcela de poder, por menor que seja, nunca irão demonstrar fraquezas ou uma visão pessimista de futuro; eles podem até mesmo não acreditar totalmente nas palavras que proferem, podem até ter consciência de que suas metas são falhas, que seus métodos são cruéis, mas a imagem que transmitem para aqueles que estão abaixo deles, dominados por eles, é sempre a da perfeição, da devoção máxima e da esperança de dias ainda melhores. Assim como o presente jamais será tido como ruim, ele é apenas o caminho mais longo e ainda não desbravado, “costumeiro, dizia Tia Lydia, é aquilo a que vocês estão habituadas. Isso pode não parecer costumeiro agora, mas depois de algum tempo será. Irá se tornar costumeiro” (ATWOOD, 2017, p. 46).

No que diz respeito à dominância das Tias, no romance narrado por Offred, é necessário frisar que a função de educadoras concedida a elas lhes permitiu não apenas disciplinar as Aias, mas seus corpos, seus gestos e suas vidas. Nas mãos das Tias, as Aias tornaram-se um corpo fértil a ser moldado, controlado, adestrado e doutrinado de modo a suas existências sejam aprimoradas em prol da procriação e apenas isso. A carga opressiva imposta acaba indo muito além da aceitação e perpassa pela violência não apenas física, mas também psicológica: mulheres como a nossa narradora não possuem mais controle algum sobre si próprias, sobre seus corpos, seus atos, sobre seus direitos de existir enquanto seres humanos livres. No Centro Vermelho, a violência aplicada ao corpo não basta, não é assustadora o bastante – uma vez que dores físicas passam e ferimentos cicatrizam –, é necessário destruir as noções de posse e direito sobre os próprios corpos, tornar os receptáculos vazios e então preenchê-los com o que é esperado, adaptá-los aos novos moldes.

Existe mais de um tipo de liberdade, dizia Tia Lydia. Liberdade para, a faculdade de fazer ou não fazer qualquer coisa, e liberdade de, que significa estar livre de alguma coisa. Nos tempos da anarquia, era liberdade para. Agora a vocês está sendo concedida a liberdade de. Não a subestimem [...] Éramos uma sociedade que estava morrendo, dizia Tia Lydia, de um excesso de escolhas (ATWOOD, 2017, p. 36).

Assim, a única maneira possível e aceitável neste momento é a de compreender ou caracterizar as Tias de *O Conto da Aia* como defensoras e porta-

vozes de um sistema opressor, que escraviza mulheres em prol de uma visão distorcida que esse mesmo sistema possui para aquela comunidade. É sim um ponto de vista reduzido, por ser visto de apenas uma única perspectiva – como dito anteriormente -, mas é ele que nos permite questionar, e até mesmo nos indignarmos, com a ideia de mesmo diante de toda a barbárie imposta pelos filhos de Jacó, existirem mulheres capazes de segui-los, concordar com suas tão distorcidas e opressoras ideias, passando, assim, a, não apenas doutrinar suas iguais, mas castigá-las, subjugar-las em prol de palavras que também as oprimem e as desvalorizam enquanto mulheres, enquanto seres humanos.

Não apenas dentro do universo distópico criado por Margaret Atwood, mas também no mundo real, na realidade na qual estamos inseridos, as mulheres são criadas de modo a se odiarem: o sistema fabrica essa ideia de competição feminina de modo a evitar que laços sejam criados, que as relações criadas entre as mulheres possam se tornar fortes o bastante para desajustar a perspectiva de poder masculino. Mulheres desunidas se ajustam aos moldes com maior facilidade, e a autora soube muito bem utilizar dessa perspectiva para respaldar a necessidade que os poderosos homens gileadeanos viam em manter as mulheres afastadas, seja dando a elas um pouco de poder sobre as outras – como no caso das Tias –, como submetendo-as às mãos semelhantes às suas – como fizeram com as Aias. Por este motivo, torna-se tão difícil para Offred, e consequentemente para os seus leitores, afastar-se da visão perversa criada para as Tias. É extremamente complexa a tarefa de encontrar alguma espécie de reconhecimento ou empatia por mulheres, que mesmo estando inseridas no mesmo ambiente de desigualdade e opressão – ambiente este que também roubou delas suas identidades, individualidades e liberdades –, são capazes de compactuar com as vontades dos opressores e, ainda pior, colocarem-se também na posição de opressoras.

Existiam muitas mulheres dispostas a servir como Tias, fosse por causa de uma crença genuína no que chamavam de 'valores tradicionais', ou pelos benefícios que poderiam desse modo adquirir. Quando o poder é escasso, ter um pouco dele é tentador. (ATWOOD, 2017, p. 362)

No entanto, essa visão primária sobre as Tias cai por terra quando voltamos nossas atenções ao romance publicado pela mesma autora em 2019, quando a problemática em torno de ouvir apenas uma versão da história nos é afastada. Com o novo olhar lançado sobre Gilead em *Os Testamentos*, essas fervorosas seguidoras

não podem mais serem vistas apenas sob esse aspecto de fé cega e desmedida; suas crueldades não podem ser tomadas tão-somente como sendo um arranjo para manter a ordem e garantir o sucesso da estrutura de poder imposta pelos Filhos de Jacó. Muitas dessas mulheres representam, acima de tudo, a vontade de sobreviver, de se manterem vivas, bem como a oportunidade de utilizar o pouco poder que lhes é concedido em prol delas mesmas, da liberdade e da justiça.

Elas ainda vestem marrom, mas, ao mesmo tempo, vestem muito além de posição imposta, muito além da servidão a Gilead, elas vestem o poder, a posição que antes não nos havia sido revelada. As Tias ainda são as responsáveis pelo treinamento das Aias, no entanto, agora temos um novo olhar sobre elas e percebemos que elas não se resumem só a essa função de cuidadoras ou doutradoras. Responsáveis pelo Ardua Hall, local onde vivem e treinam não apenas as Aias, mas também as outras mulheres postulantes a Tias e que se tornarão Pérolas – falaremos melhor sobre isso mais à frente no texto -, descobrimos que elas não apenas têm acesso à leitura e à escrita, como também a uma das poucas bibliotecas restantes, e é lá que são guardados os registros das linhagens de Gilead – fatos esses que serão de extrema importância na arquitetura do plano que possibilitou a queda do regime, e que nos permitiram ter acesso a outras vozes narrativas como a da Tia Lydia. No Ardua Hall descobrimos o mais valioso poder das Tias, o poder da informação, apesar de que apenas as Tias seniores tivessem acesso à grande parte dos conteúdos que estavam mantidos entre aquelas paredes.

Os homens, portanto, tinham a força bélica e o poder relativo da “palavra final”. No entanto, estava nas mãos das mulheres os textos sagrados, a literatura, e as linhas genealógicas de todos em Gilead. Além disso, muitas outras decisões eram tomadas pelas mulheres ou passavam por elas. (BUCHWEITZ, 2020, p. 54)

Escrevo essas palavras no meu gabinete particular dentro da biblioteca do Ardua Hall [...] Com o passar dos anos enterrei muitos ossos; agora minha vontade é de exumá-los – nem que seja só para te edificar, meu leitor desconhecido. Se você estiver lendo isso, pelo menos este manuscrito terá sobrevivido. [...]

Apesar dessas precauções, estou ciente do risco que eu corro: escrever pode ser perigoso. (ATWOOD, 2019, p. 12 e 13)

“Apenas os mortos têm permissão para ter estátuas, mas ganhei uma ainda em vida. Eu já estou petrificada.” (ATWOOD, 2019, p. 11). Com essa anotação feita por uma Tia – que mais adiante no romance descobriremos ser a Tia Lydia –, Atwood abre a narração sob um novo olhar sobre a República Gileadiana. Essa nova

perspectiva não apenas nos apresenta três diferentes narradoras – como já dito anteriormente – mas também denota novas nuances, antes desconhecidas, sobre essas mulheres que fizeram parte do processo de criação de Gilead desde o princípio. Se durante a leitura de *O Conto da Aia* nunca nos passou pela cabeça a hipótese de uma mulher ganhar uma estátua, em *Os Testamentos* nos surpreenderemos ao finalmente compreender que isso não é apenas possível, como esperado. Ao contrário do que muito se pensa a respeito da posição da mulher na sociedade patriarcal, sob o ponto de vista da categoria de gênero, de que a mulher não é determinada por ela mesma, mas pelo olhar do homem, não podendo ser considerada um ser autônomo (BEAUVOIR, 1970), as obras de Margaret Atwood nos levam a perceber que, com um olhar mais aprofundado sobre os movimentos feitos pelas mulheres gileadeanas – sejam esses movimentos contra ou à favor do fluxo imposto pelo sistema –, nem toda a parcela feminina dessa sociedade é destituída de poder ou dependente das figuras masculinas, e não se encontra fielmente disposta a obedecer a tudo que lhe é imposto ou se mantém passiva perante a posição de inessencial que lhes submetem.

Tia Lydia, Tia Vidala, Tia Elizabeth, Tia Helena e Ardua Hall. Quatro importantes personagens responsáveis por compor um novo cenário – ou um cenário já antes existente, mas que esteve ocultado pela narração de Offred – capaz de abrir novos horizontes no que diz respeito ao papel dessas mulheres, e dessa instituição formada por elas, na construção, manutenção e queda da República:

Em *Os Testamentos*, há uma outra luz acerca do papel das Tias em Gilead, principalmente o de Tia Lydia. Se em *O Conto da Aia*, ela era vista pelas outras aias como um carrasco, em *Os Testamentos* Tia Lydia não deixou de ser o carrasco, mas tornou-se também a personificação de uma esperança de salvação. Ela tornou-se a esperança de fuga para muitas aias que fugiam com ajuda do Mayday que, por sua vez, contava com as informações privilegiadas de Tia Lydia. (BUCHWEITZ, 2020, p. 55)

O romance publicado por Atwood em 2019 de forma alguma isenta as Tias de todas as barbáries cometidas, transformando-as em santas injustiçadas; o que a autora fez na construção da obra foi trazer um *background* até então desconhecido ao público, e é através desse pano de fundo que podemos compreender melhor qual o verdadeiro papel delas na trama. Mesmo no que diz respeito ao papel das Tias Fundadoras (Lydia, Vidala, Elizabeth e Helena) há pontos diferentes a serem discutidos, há níveis diferentes de comprometimento, fé e poder: enquanto Tia Vidala esteve lá desde o início do planejamento e criação de Gilead, sempre se mantendo

fiel e crente – tendo escolhido fazer parte do regime –, foi Tia Lydia quem ganhou uma estátua em sua homenagem – mesmo mostrando certa vaidade, indisciplina e tendo sido arrancada de sua vida e jogada nessa nova realidade –; já Tia Elizabeth e Tia Helena transitavam entre as duas, servindo de peão no jogo de poder – de quem merece ou manda mais – promovido por elas.

Apesar de nossa fingida harmonia, ou até fingida colegialidade, a hostilidade subjacente já estava se criando. Se aqui é um galinheiro, pensei, quero ser a galinha-alfa. Para isso preciso estabelecer minha hierarquia dentro do galinheiro. Eu já fizera uma inimiga em Vidala. Ela se via como a líder natural, mas essa ideia havia saído de cogitação. Ela haveria de se por a mim de todo o jeito. (ATWOOD, 2019, p. 195)

Por muito tempo durante a leitura de *O Conto da Aia*, e até mesmo das *Notas Históricas* que aparecem ao final do romance, manteve-se a convenção de que a verdadeira Tia, a genuína e que esteve presente desde a concepção de Gilead, era a Tia Lydia, tendo em vista que durante toda a narração de Offred era ela quem estava em destaque no comando das Aias, no controle do Centro Vermelho, parecendo sempre a mais temida e respeitada. No entanto, por mais que, em *Os Testamentos*, descobramos que fora ela a única mulher a ter direito a uma estátua em Gilead, também tomamos a consciência de que a Tia Vidala fora a única das Tias que esteve lá desde o início, e, com a chegada da outra, viu-se deixada de lado, inevitavelmente sentindo-se, então, numa posição desvalorizada, já que Tia Lydia acabou por usurpar para si a posição de destaque e poder que de direito deveria ser concedida a outra.

Na minha própria época sou uma lenda, viva porém mais do que viva, morta porém mais do que morta. [...] Sou o bicho-papão que as Marthas usam para assustar crianças pequenas: *Se você não se comportar, a Tia Lydia vai vir te pegar!* Também sou o modelo de perfeição moral a ser imitado – *O que a Tia Lydia gostaria que você fizesse?* – e uma juíza ou arbitra na inquisição nebulosa da imaginação – *O que a Tia Lydia diria de uma coisa dessas?* Estou inchada de poder. (ATWOOD, 2019, p. 40)

Esses sentimentos de exclusão e injustiça que perpassam a relação da Tia Vidala com a Tia Lydia não permitem que a primeira veja a segunda com bons olhos, com olhos de credulidade e muito menos de admiração. Para Vidala a outra Tia representa um sinal de alerta, de perigo, alguém que precisa ser vigiada, que precisa ser desacreditada, que não representa os verdadeiros ideais gileadeanos, não da forma como ela própria representaria. Um dos principais fatores que corroboram para essa constante inimizade entre as duas é a estátua erguida em nome da Tia Lydia – a obra erguida para a outra no jardim do Ardua Hall não representa apenas a

iniquidade com que ela fora tirada de seu posto de direito, mas a adoração a uma falsa moral, uma falsa divindade que nem ao menos merece essa posição de destaque que lhe foi concedida, o poder que injustamente lhe foi dado.

- Nesse momento eu gostaria de lhe comunicar que sua estátua tem sido citada como motivo de preocupação – disse ela.
- É mesmo? – perguntei. – Como assim?
- As oferendas. As laranjas. Os ovos. Tia Elizabeth crê que esse excesso de atenção é perigosamente próximo da adoração. E isso seria idolatria – ajuntou ela. – Que é um pecado grave. (ATWOOD, 2019, p. 198)

No quarto dia, o que assoma no campo de visão da câmera bem no romper da alvorada senão o nariz grande e vermelho da Tia Vidala [...] A segunda câmera forneceu uma tomada mais ampla: ela usava luvas – astuto de sua parte – e do bolso ela retirou um ovo, seguido de uma laranja. Tendo olhada ao seu redor para garantir que ninguém a observava, depositou essas oferendas votivas aos meus pés, juntamente com um bebezinho de plástico. Então, no chão, ao lado da estátua, ela deixou cair um lençinho bordado com lilases: um conhecidíssimo acessório meu. [...] Era a própria Vidala que plantava a prova contra mim. [...] Qualquer passo em falso por parte da minha rival era uma dádiva do destino. (ATWOOD, 2019, p. 228 e 229)

No jogo de poder criado entre as duas, observamos o quanto o acesso às informações as torna não apenas úteis para o regime, mas perigosas. Tia Lydia tem consciência do papel conspiratório contra si que a outra desempenha dentro do Ardua Hall, e também de Gilead, e quanto isso pode vir a atrapalhar seus planos; no entanto, livrar-se de Vidala seria um erro capaz de entregá-la aos lobos, como ela mesma conclui ao afirmar que deve manter os inimigos ainda mais perto, uma vez que sabe que não possui amigos (ATWOOD, 2019, p. 200). Por outro lado, mesmo não tendo provas concretas a respeito da infidelidade de Tia Lydia para com o regime, Tia Vidala está correta em duvidar e em tentar desmascará-la.

Nessa relação entre as duas Tias, existem dois pesos e duas medidas que precisam ficar bem claros para nós, para que compreendamos os papéis que ambas desempenham em Gilead. Na posição de quem esteve desde o início de tudo, Tia Vidala é a mais crente e fiel das Tias, é a mulher que não apenas desempenha o papel de carrasca, que condiciona e até mesmo tortura outras mulheres de modo a moldá-las aos princípios de Gilead, como ela é a mulher que escolheu estar lá, não teve que passar pelas mesmas provações que as demais, ela era uma Tia porque queria ser uma Tia, porque concordava com tudo que era infligido às outras e a si própria. Por outro lado, Tia Lydia não se tornou uma tia porque quis – como já mencionado anteriormente, ela também fora arrancada de sua realidade, destituída de si própria e jogada aos lobos nessa realidade distópica e opressora –, mas sim porque ou era isso

ou a morte, não havia um meio termo, uma solução menos extremista; com isso, todo o poder que ela tomou para si não foi no sentido de tornar-se um exemplo a ser seguido, mas sim como uma ferramenta de autodefesa, um caminho mais longo a ser seguido, que, no entanto, era o mais certo de levá-la ao local desejado, o que a levaria a destruir Gilead de dentro.

Mesmo que, de perspectivas diferentes, elas ainda façam parte do mesmo quadro de poder, constituem, para as demais mulheres, a mesma figura a ser não apenas respeitada, mas temida, enquanto que, para os homens, elas representam a mesma ferramenta a ser usada para moldar a parcela feminina que tanto lhes é útil. Assim como era no Centro Vermelho, dentro do Ardua Hall as Tias representam a lei, elas tinham “carta branca” (ATWOOD, 2019, p. 195) para possuir o controle absoluto, não apenas sobre tudo que acontece entre suas paredes, mas também sobre aspectos que envolvem os arquivos genealógicos de Gilead. Assim conseguem manipular situações de modo a lhes darem ainda mais poder ou novas ferramentas a serem utilizadas em favor de suas metas. A exemplo disso, temos a criação das Pérolas e a acolhida de Agnes Jemina e Becka como postulantes à Tias que tentavam escapar de casamentos desastrosos – ambas realizações da Tia Lydia.

Dentro dele, o comando deve ser das mulheres. Exceto em casos de extrema necessidade, os homens não devem penetrar nos limites de nossas instalações, nem questionar nossos métodos. Seremos julgadas unicamente pelos nossos resultados. (ATWOOD, 2019, p. 194)

O principal erro dos homens, especialmente do Comandante Judd – que fora o responsável por designar os papéis às Tias Seniores –, foi conceder a essas mulheres, além do poder de controlar as Aias, o acesso à informação, a escrita e à leitura, inclusive a liberdade para usarem essas ferramentas de poder como melhor lhes servisse. Na tentativa de se livrarem da tarefa dispendiosa e exaustiva de ocuparem-se do resto da parcela feminina de Gilead, eles acabaram por abrir uma porta para um caminho sem volta, um caminho que os levaria à queda: abriram mão de um poder que nas mãos de uma mulher ambiciosa como a Tia Lydia, tornou-se ainda maior, ramificado, ao ponto de ser indetectável e letal.

Tia Lydia soube dissolver esse poder e essa liberdade que lhe foram concedidos, mesmo que inconscientemente, em pequenas sutilezas que, aos olhos dos Comandantes, e também das outras Tias – à exceção de Tia Vidala, que, como

sabemos, via sempre com olhos duvidosos as decisões de Lydia -, nada mais eram que novos artifícios criados em prol de sua fé em Gilead, em prol do crescimento e perpetuação do regime dentro e fora de suas fronteiras.

As Pérolas tinham sido ideia minha [...] Oficialmente, as Pérolas só se reportam a mim, pois seria malvisto um Comandante se envolver nos detalhes do que é essencialmente um trabalho de mulher; embora, é claro, eu precise informar a ele tudo que eu julgue ou necessário, ou inevitável. Se eu o informar de mais, eu perderia o controle; se eu o informar de menos, suspeitariam de mim. [...] Minha iniciativa das Pérolas chegou num momento crucial para ele. (ATWOOD, 2019, p. 74)

Trajadas em seus vestidos cor de prata e na posse de seus característicos colares de pérolas, as jovens iniciantes – que almejavam a carreira de Tia ou apenas viam na função uma maneira de viver a fé sem os desgastes que as demais mulheres sofriam dentro do regime – acabaram por servir não apenas como enviadas de Gilead, divulgando suas palavras e recrutando outras jovens como acreditavam ser seu maior propósito, mas sim como enviadas da Tia Lydia, como peças importantes para a destruição daquilo que acreditavam defender. Se, para o regime e para si próprias, elas serviam como ferramentas de grande valor para o crescimento de Gilead dentro e fora de suas fronteiras, para a Tia Senior essas jovens representavam panos quentes na sua relação de fé com o regime e, acima de tudo, uma maneira de trocar informações com o exterior (especialmente com o Mayday), colocando seus planos de vingança em prática sem que os Comandantes ou alguém de dentro de Gilead (inclusive as próprias Pérolas e Tias) desconfiassem.

Através das Pérolas, Tia Lydia conseguia enviar importantes documentos e informações sobre Gilead para o lado de fora, assim como também conseguia o movimento inverso, através de micropontos escondidos nos panfletos que as jovens postulantes entregavam ou traziam de volta, ao mesmo tempo que as utilizava como uma medida cautelar para trazer informações e novas pessoas para o regime, fazendo com que os Comandantes e demais gileadeanos ainda a vissem como alguém fiel e necessária para o crescimento e manutenção daquela realidade. Manter-se útil e dentro do papel era um mal necessário para manter-se viva. Foi graças a sua criação, às suas preciosas Pérolas, que a bebê Nicole – já uma adolescente – pôde voltar para Gilead, mesmo que com a mesma função que os Filhos de Jacó esperavam dar a ela.

- Mas, mudando de assunto, venho informar que a Bebê Nicole acaba de ser importada com segurança para Gilead.
- Ah, que bela jogada! Muito bem! – disse ele.
- As minhas Pérolas foram da maior eficiência. – falei.

[...]

Mais uma vez, excelente, Tia Lydia. Você de fato é uma joia. (ATWOOD, 2019, p. 300 e 301)

Trazer Nicole para dentro de Gilead foi, ao mesmo tempo, uma manobra em prol da visão que o regime possuía da Lydia enquanto Tia devota e servil, como também a peça-chave para que ela pudesse dar seguimento aos seus planos. Entretanto, ela tinha plena consciência dos riscos que estava correndo, uma vez que dependia de que as peças se movessem no tabuleiro da maneira como havia planejado, nas suas palavras: “estou sob o fio da espada” (ATWOOD, 2019, p. 337). Seu plano era perigoso demais, já que dependia de pessoas que não tinham conhecimento dos reais intuitos por trás das ações que iriam executar. Havia sim muito poder em suas mãos, mas não dependia só de si, precisava não apenas que algumas partes envolvidas se mantivessem no escuro, como também que as demais compreendessem e aceitassem seus verdadeiros papéis no jogo, aceitassem o real propósito por trás de tudo.

Assim, além das Pérolas e de Nicole – que entrou em Gilead não apenas como uma dessas devotas jovens, mas graças a elas – outros dois elementos de extrema importância para o desenrolar da história foram Agnes e Becka. Vale ressaltar que ambas só puderam ser resgatadas de seus destinos e cumprir seus papéis – mesmo que, em princípio, desconhecessem completamente quais eram - graças à influência de Tia Lydia. Tanto Agnes quanto Becka eram garotas que cresceram dentro de Gilead, filhas de homens importantes dentro do regime (a primeira filha de um Comandante e a segunda de um dentista). Elas viveram suas vidas representando os papéis que lhes foram impostos, respeitando e sendo fiéis à realidade e às histórias que as cercavam. A essas meninas era reservado o futuro do que o regime, e suas famílias, consideravam um bom casamento (que provavelmente deveria ocorrer com um Comandante viúvo ou com filhos de homens que também fossem considerados importantes ou à altura do futuro das meninas e de Gilead), com filhos (fossem eles gerados por elas ou por suas futuras Aias). No entanto, não era o que elas próprias desejavam para si, já que casamento estava fora de cogitação (seja por traumas sofridos, como no caso de Becka, que era aliciada pelo pai, ou da Agnes, que era completamente avessa a ideia de se casar) e afirmavam-se capazes de fazer qualquer coisa para que conseguissem afastar-se desse destino. Tia Lydia soube aproveitar-se muito bem dessa situação.

Mesmo tendo seus futuros planejados pelo regime, na posição de *status* em que elas se encontravam (filhas do alto escalão de Gilead), essas jovens garotas ainda possuíam a vantagem de ter a chance de mudar seus destinos, ao contrário das Aias, por exemplo. Elas possuíam acesso a outros níveis de poder e também tinham a quem recorrer, coisas que outras mulheres fora do círculo mais alto do regime jamais teriam acesso. Por mais que inicialmente não soubessem das verdadeiras intensões por trás da ajuda que receberam – assim como também não sabiam que Agnes era na verdade irmã da Bebê Nicole –, elas ainda se encontravam na posição elevada de poder argumentar que receberam “o chamado para uma missão maior” (ATWOOD, 2019, p. 233) e, ao aceitarem o destino de postulantes a Tias/Pérolas, puderam mudar seus papéis dentro do regime, coisas que, ao lermos *O Conto da Aia*, jamais acharíamos possíveis de acontecer.

4.2 As Aias vestem silêncio

Alma. Janine. Dolores. Moira. June. (ATWOOD, 2017, p. 12)

Como já sabemos, a divisão política e social de Gilead procurava favorecer os homens e desumanizar as mulheres, submetendo-as às divisões e categorizações já conhecidas por nós, que acabavam por subverter a possibilidade de individualidade e as transformaram em instrumentos massificados de corpos, cujas suas funções serviam única e exclusivamente aos propósitos e aos homens que governavam tudo. Tias, Aias, Esposas, Marthas, entre outras, todas essas mulheres representam as classes mais desfavorecidas, as mais fracas, as menos preocupantes ou perigosas. Para Os Filhos de Jacó, essas mulheres – que eles acreditavam estar sob seu controle – não representavam nenhum perigo real; dessa forma, por mais problemas que elas pudessem vir a gerar para o regime, ainda sim elas seriam controladas e neutralizadas. No entanto, ao acreditarem que o caráter de submissão e inferioridade que foi imposto a essas mulheres os manteria em total posição de poder e controle, eles abriram espaço para que essas mesmas mulheres tomassem conhecimento de suas devidas importâncias para Gilead e assim assumissem para si novos papéis, sem deixar de lado os que lhes foram impostos.

Tento não pensar demais. Como outras coisas agora, os pensamentos devem ser racionados. Há muita coisa em que não é produtivo pensar. Pensar pode prejudicar suas chances, e eu pretendo durar. [...] Não é de fugas que eles têm medo. Não iríamos muito longe. São daquelas outras fugas, aquelas que você pode abrir em si mesma, se tiver um instrumento cortante. (ATWOOD, 2017, p. 16)

Tanto a Gilead de *O Conto da Aia* quanto a de *Os Testamentos* possuem a mesma categorização imposta às mulheres, conforme já foi antes comentado, tendo cada uma dessas divisões sua função específica e lugar específico dentro da hierarquia do regime. As Aias, por sua vez, cobertas por seus vestidos vermelhos, estão estritamente ligadas à reprodução, e devem não apenas obediência às Tias, mas também aos seus futuros Comandantes e Esposas. Essas mulheres receberam essa designação como uma referência ao episódio bíblico em que Raquel, incapaz de engravidar e dar um herdeiro ao seu marido Jacó, se vê na obrigação de entregar sua aia (dama de companhia) para que ele a fecunde, conforme a citação: “e ela lhe disse: Eia aqui a minha serva, Bilha; Entra nela para que tenha filhos, sobre os meus joelhos, e eu, assim, receba filhos por ela” (GÊNESIS, 30:1-3 Apud ATWOOD, 2017, p. 5). Desta forma, as Aias dos romances de Margaret são mulheres férteis que, após o doutrinamento passado pelas Tias, são forçosamente designadas a um dos Comandantes, dos filhos de Jacó, que fazem parte do alto escalão de comando de Gilead, e têm como obrigação gerar filhos saudáveis para ele e sua Esposa – e consequentemente para toda a sociedade que permeia o regime, já que as crianças pertencem a ele. O processo de procriação acontece através de cerimônias – que podem muito bem ser consideradas uma forma de estupro, uma vez que essas mulheres não participam por vontade própria, já que foram obrigadas a assumirem esse papel - realizadas no dia fértil de cada Aia, nas quais elas se deitam sobre os colos das Esposas que seguram suas mãos enquanto são penetradas pelos Comandantes.

Eu me levanto da cadeira, avanço meus pés para a luz do sol, até os sapatos vermelhos, sem saltos para poupar a coluna e não para dançar. As luvas vermelhas estão sobre a cama. Pego-as, enfio-as em minhas mãos, dedo por dedo. Tudo, exceto a touca de grandes abas ao redor de minha cabeça, é vermelho: da cor do sangue, que nos define. (ATWOOD, 2017, p. 16)

Se mulheres como as Tias, especialmente a Tia Lydia, souberam como tirar algum tipo de vantagem das condições que lhes foram impostas, com as Aias não foi muito diferente: em *O Conto da Aia*, Offred nos mostrou que, mais do que aceitar o que lhe cabia, ela precisou compreender o que estava verdadeiramente por trás da

sua posição social e, a partir daí, calcular suas ações de modo a sobreviver. O que distancia Offred de Tia Lydia, além da submissão da primeira à segunda, é o fato de que, com as suas ações, a Aia não procurava destruir Gilead, mas sim manter-se viva tempo suficiente para conseguir fugir daquela realidade.

Ser uma Aia não significava apenas ser oprimida pelas mãos dos homens, mas também pelas mãos de outras mulheres (Tias e Esposas), era não poder confiar em suas iguais, mas tê-las como inimigas tão fortes – senão até mais – quanto os homens. Sendo assim, não havia possibilidade de Offred enxergar Tia Lydia com outros olhos senão os de uma vilã, uma mulher que também teve sua vida tirada do eixo e, mesmo assim, viu-se capaz de escolher subjugar as demais, ser fiel ao regime que tanto desprezava as mulheres. Ao apagar as antigas identidades das mulheres, Gilead transformou-as em receptáculos vazios, que poderiam ser preenchidos conforme bem entendessem, sem que as mulheres conhecessem umas os passados das outras. O ali e o agora eram o que contavam para a construção de seus caracteres. Assim, para Offred, o que Tia Lydia representou em seu passado não apenas era desconhecido, como não importava, mas sim a figura que ela representava naquele momento: a figura de carrasca.

Não apenas à Offred, mas a todas as Aias recai a maior obrigatoriedade social que vai muito além de ser mãe, de gerar filhos: a obrigação de garantir o futuro de Gilead, uma geração nascida e criada dentro do regime. Nesse processo, elas acabam por perder além de suas subjetividades, o direito sobre seus próprios corpos, sobre suas vidas e até sobre seus nomes – que agora mudam conforme a posse de cada Comandante sobre elas, passando para a combinação do prefixo *Of* (de) + nome do Comandante:

As Aias não se juntam voluntariamente a essa classe de mulheres: elas são forçosamente destituídas de suas vidas e identidades prévias para se tornarem propriedade do Estado e distribuídas a seu critério. O seu bem-estar importa apenas na medida em que estejam fortes o suficiente para executarem sua função de geradora; sua subjetividade é anulada por uniformes, por interação intersubjetiva limitada e por uma total privação da liberdade. (ARBO; MARQUES, 2019, p. 165)

Esse sentimento de perda, de morte social, pode ser claramente visto a ponto de, em sua própria narração, Offred afirmar sua compreensão ao declarar-se como sendo apenas um “receptáculo humano, um útero de duas pernas e nada mais” (ATWOOD, 2017, p. 465), ao mesmo tempo que possui a consciência de que, para se manter viva, em primeiro lugar, ela deve cumprir com o que é esperado dela.

Ao longo da narrativa, o campo semântico do desmembramento da mulher é ampliado à medida que outras referências são associadas a esse útero de duas pernas, como “All flesh”, o nome do açougue, o banimento da pornografia (um assunto sempre associado à mulher e sua culpa) e “Pen is Envy” (p. 107), trocadilho que Offred faz com clara intenção de satirizar a inveja do pênis” (Freud) e a proibição da escrita para as mulheres. (CAMPELLO, 2003, p. 201)

Afundo dentro de meu corpo como se dentro de um pântano, um atoleiro, onde só eu conheço os pontos de apoio seguros para os pés. Terreno traiçoeiro, meu próprio território. [...] A cada mês fico vigilante à espera de sangue, temerosamente, pois quando ele vem significa fracasso. Falhei mais uma vez em satisfazer as expectativas de outros, que se tornaram as minhas próprias expectativas (ATWOOD, 2017, p. 90).

A existência dessa casta de mulheres não era apenas legitimada por um governo totalitário, mas também menosprezada pelo mesmo. O governo que se intitulava como uma república e que se construía a partir da mutilação de corpos femininos enxergava as Aias como sinônimos de sexualidade, fertilidade, ignorando não apenas as relações sexuais forçadas, mas também a força escondida por trás de mulheres que não têm mais nada a perder, estando dispostas a sobreviver. O único perigo que Gilead via nessas mulheres era o que dizia respeito a não fertilidade, aos métodos aos quais elas poderiam recorrer para tornarem-se inúteis ao propósito imposto a elas – seja retirando suas próprias vidas ou interrompendo alguma gravidez –; quaisquer outros deslizos ou insubordinações por elas cometidas ou era feito vista grossa ou aplicadas leves punições. Não havia o que mais retirar de mulheres que haviam perdido tudo, exceto o fato de serem mulheres.

Os governantes gileadeanos fizeram tudo que estava ao seu alcance para transformar as mulheres em instrumentos, receptáculos vazios e moldáveis. No entanto, ignoraram por completo a essência da existência humana, suas complexidades e suas necessidades, que vão muito além do humano e invadem questões fisiológicas. De uma mulher pode ser retirado tudo: nome, identidade, liberdade, conhecimento; porém, fisiologicamente, ela ainda é uma mulher, e esse fato não pode ser ignorado, ainda mais em uma sociedade onde existem privações em todos os âmbitos. Vale ressaltar que, em Gilead, o acesso às mulheres não era permitido a todos os homens. Isso poderia gerar problemas: assim como ao se exigir que mulheres férteis obrigatoriamente deem frutos, existe a concepção de que os homens responsáveis por fecundá-las são todos hábeis e capazes para cumprir essa tarefa, mesmo que não sejam.

Se pensam em um beijo, devem então pensar imediatamente nos holofotes se acendendo, nos tiros de carabina. Em vez disso pensam em cumprir seu dever e serem promovidos a Anjos, e em possivelmente ter permissão de se casar, e então, se forem capazes de ganhar poder suficiente e viver até ficarem velhos o suficiente, de serem aquinhoados com uma Aia só deles. (ATWOOD, 2017, p. 33)

- Talvez ele não possa – diz ela.

Não sei a quem está se referindo. Quer dizer o Comandante ou Deus? Se for Deus, deveria dizer queira. De todo modo é heresia. São só as mulheres que não podem, que permanecem teimosamente fechadas, danificadas, defeituosas. (ATWOOD, 2017, p. 243)

Não apenas Offred, mas as Aias como um todo, apesar de terem uma noção da tamanha importância que o poder de gerar filhos para o regime, elas ainda apresentavam a consciência de que quem estava no poder não as enxergava como partes importantes da engrenagem que trabalhava em prol da manutenção do regime. Por mais que Tia Lydia afirmasse que o futuro de Gilead estivesse nas mãos das Aias (ATWOOD, 2017, p. 59), esse não era um consenso, não valia como justificativa para que essas mulheres considerassem mais importantes que as demais, muito pelo contrário: uma Aia que não cumpre sua função é uma peça a ser descartada. Com isso, se uma Aia quer sobreviver e garantir que conseguirá cumprir o que dela é esperado, ela necessita utilizar-se de sua posição dentro das casas dos Comandantes e a pouca liberdade que pode lhe ser concedida – uma vez que consegue conquistar algum espaço ou até mesmo a confiança daqueles aos quais ela agora pertence.

Por mais que houvesse regras a serem seguidas, elas muitas vezes iam contra a natureza humana, especialmente a do ser masculino: privar os homens do acesso livre às mulheres pode muitas vezes não apenas representar um problema para a ordem dentro do regime, mas abrir espaço para que as mulheres – que eles tanto queriam controlar e oprimir – utilizassem dessas brechas como algum tipo de vantagem ou poder, conforme o trecho a seguir:

Eles tocam com os olhos, e eu remexo um pouco os quadris, sentindo a saia vermelha rodada balançar ao meu redor. É como dar uma banana quando se está atrás de uma cerca ou atirar um cachorro com um osso mantido fora do alcance. [...] Então descubro que afinal não estou envergonhada. Apreço o poder; o poder de um osso de cachorro, passivo mas presente. (ATWOOD, 2017, p. 33)

Aqui Offred acaba por utilizar-se, mesmo que numa espécie de brincadeira ou provocação, do poder que ela, enquanto Aia, ainda possui sobre os homens, sobre a libido deles. Dentro de Gilead, as mulheres tornaram-se frutos proibidos, especialmente as Aias – com suas longas vestes vermelhas e os chapéus brancos

que lhes ocultam as faces. Como podemos ver mais especificamente em *O Conto da Aia*, o acesso às mulheres não era permitido a todos os homens de Gilead, pois somente aqueles com melhores colocações dentro da hierarquia existente é que poderiam se casar – isso depois de algum tempo sendo parte ativa da sociedade –, e as Aias só estavam disponíveis ao alto escalão. Fatos como esses abrem espaço para uma experimentação por parte delas, assim como narra Offred na citação acima; o poder de despertar desejo é tentador, uma vez que se tem a consciência de que em tempos com tamanha abundância de proibições e restrições, qualquer impulso pode desencadear um desastre ou levar alguém a cometer algum crime.

Com isso, manipular um homem ainda se apresenta como uma tarefa fácil, mesmo para mulheres gileadeanas, quase natural e intrínseca às suas naturezas, enquanto máquinas movidas a sexo (ATWOOD, 2017, p. 174). Cabe às Aias aprenderem a forma mais fácil de moldá-los e torná-los, de alguma forma, benéficos para elas, permitindo com que fossem ainda mais usadas de modo a obter algo em troca, conforme narra Offred: “Na terceira noite, pedi a ele uma loção para as mãos. Eu não queria soar suplicante, mas queria o que pudesse obter” (ATWOOD, 2017 p. 190).

Segundo o que a Offred nos narra na obra de 1985, ela pôde vivenciar bem de perto essa experiência, essas pequenas ocorrências de poder sobre os homens, e delas pôde obter alguma vantagem, por menor que esta fosse, desde o creme para mãos (presente de seu Comandante após tornar-se amante dele), passando pelo encontro com suas velha amiga Moira (que, mesmo ao acaso, só foi possível devido a ida de Offred à Casa de Jezebel juntamente com o Comandante), e, finalmente, chegando ao cumprimento da sua principal tarefa dentro do regime, gerando um filho que foi concebido através dos encontros às escondidas que foram arranjados (pela Esposa do Comandante) com Nick, o Guardião da família.

Senti o comandante me observar enquanto virava as páginas. Eu sabia que estava fazendo algo que não deveria estar fazendo, e que ele encontrava prazer em me ver fazer. Eu deveria ter me sentido má. [...] Mas não me senti má. [...] De modo que lá estava, dito em outras palavras: a esposa dele não o compreendia. Era para isso que eu estava ali, então. A mesma velha história. Era banal demais para ser verdade. (ATWOOD, 2017, p. 189)

Esse sentimento de poder, de adaptação para se conseguir qualquer tipo de benefício, não estava restrito apenas às relações das Aias com os homens, nem presos à via da transgressão – de estar fazendo algo proibido, de infringir as regras e

leis. Muitas vezes era necessário estabelecer uma estratégia mais submissa, pondo-se nas mãos de suas semelhantes, para, de alguma forma, ser vista como alguém a ser mantida. Um importante exemplo desse tipo de reação ao regime é a Janine, com sua estranha relação de subjugação ao Centro Vermelho, e consequentemente à Tia Lydia:

Ela achava que toda a choradeira e o arrependimento de Janine significavam alguma coisa, acreditava que Janine tinha sido subjugada, acreditava que Janine fosse uma verdadeira crente. Mas, àquela altura, Janine havia se tornado como um cachorrinho que foi chutado e castigado com demasiada frequência, por gente demais, ao acaso: ela se deitaria de barriga para cima para qualquer pessoa, diria qualquer coisa, só por um momento de aprovação. (ATWOOD, 2017, p. 157)

Toda a submissão que Janine demonstra possuir pode ser interpretada como uma forma de se manter viva, uma vez que ela procura a possibilidade de ser útil de alguma forma e, daí quem sabe, conquistar algum tipo de mérito capaz de lhe dar uma migalha qualquer de reconhecimento. Enquanto Offred aceita seu papel de amante – tanto do Comandante, quanto de Nick –, de modo a obter ganhos, Janine assume o papel de subjugada, de serva fiel, ou até mesmo uma puxa-saco (como se dizia no pré-Gilead), para continuar ocupando o lugar que ocupa, uma vez que ela sabe que, ao falhar, é dali para pior.

Durante a leitura de *O Conto da Aia*, estando apenas sob a perspectiva de Offred, temos acesso a todo o sofrimento e opressão que as Aias sofrem dentro de Gilead. Nos deparamos com os castigos físicos, com as torturas psicológicas, com as despersonalizações, com a perda dos nomes e individualidades, e, sobretudo, com o estupro. Do ponto de vista pelo qual observamos tudo isso, nos sentimos empáticos com o sofrimento dessas mulheres, buscamos questionar o porquê de tudo acontecer a elas, os motivos por trás de uma minoria que diz deter todo o poder, infligir tantas angústias e penas a seus humanos iguais. Todavia, um dos pontos cruciais para as narrativas em torno de Gilead é que, para essa mesma Gilead, nada disso importa, as dores ou as angústias de uma Aias são completamente irrelevantes, pois elas só precisam ser férteis.

Não obstante todo o sofrimento enfrentado por essa parcela feminina de Gilead, as Aias ainda são submetidas às Particicuições (eventos promovidos pelo regime, nos quais as Aias devem punir homens condenados por estupro, consistindo em morte por linchamento), que nada mais são do que mais um artifício usado para conter os impulsos dessas mulheres, ao mesmo tempo que servem como um placebo

para elas, que passam a acreditar que estão fazendo justiça com as próprias mãos. Contudo, esses eventos só corroboram com o fato de que Gilead não se importa realmente com essas mulheres, não o bastante para impedir crimes cometidos contra elas, uma vez que o estupro cometido por outros homens que não os no topo do poder é considerado crime, mas o estupro cometido pelos Comandantes, durante as Cerimônias, não é. Elas devem tirar a vida de homens acusados de estupros, é dada a elas essa tarefa e não são castigadas por isso, não são consideradas traidoras, assassinas, não há punições para as executoras, porque, para Gilead, isso é um bálsamo na vida de uma Aia. Quanto às outras torturas sofridas, os estupros infligidos por seus Comandantes, esses não são considerados crimes perante o regime, são partes da rotina de trabalho dessas mulheres, tudo em prol de gerar filhos:

- Este homem foi condenado por estupro. – A voz dela treme de raiva, e de uma espécie de triunfo. – Um dia foi um Guardiã. [...] A pena para estupro, como sabem, é a morte. Eu poderia acrescentar que esse crime envolveu duas de vocês e foi cometido à mão armada. Também foi brutal. Não ofenderei seus ouvidos com quaisquer detalhes, exceto para dizer que uma mulher estava grávida e o bebê morreu. [...] É demais, essa violação. O bebê também, depois de tudo que passamos. É verdade, há uma sede de sangue; quero rasgar, arrancar os olhos, despedaçar. (ATWOOD, 2017, p. 328)

O ar está radiante de adrenalina, nos é permitido fazer qualquer coisa e isso é liberdade, em meu corpo também, estou inebriada, cambaleante, o vermelho se espalha por toda parte, mas antes que aquela maré de pano e corpos o golpeie Ofglen está abrindo caminho em meio às mulheres na nossa frente, propelindo-se com os cotovelos, à esquerda, à direita, e correndo para ele. Ela o empurra no chão, de lado, depois chuta-lhe a cabeça furiosamente [...] Agora há sons, há gritos sufocados, um ruído semelhante a rosnado, bramidos, e os corpos vermelhos saltam para frente e não posso mais ver, ele é obscurecido por braços, punhos, pés. [...] Ele se tornou uma coisa. (ATWOOD, 2017, p. 329)

Nas citações acima, Offred narra o momento por trás da Participação a qual foi submetida. Assim como ela, no primeiro momento temos a legítima impressão de que lhes fora dado o poder da justiça, da vingança – e de certa forma algum poder lhes foi dado, o poder de tirar uma vida. Todos os sentimentos vividos pelas Aias naquele momento são reais, a informação de que aquele homem era inocente só é dada depois do ato (e mesmo assim, das Aias ali presentes, só Offred e Ofglen a possuem), o ódio de saber que um homem tinha se achado no direito de estuprar uma Aia grávida, quando essas mulheres sofrem e tem suas vidas oprimidas na tentativa de gerar um filho, estava sim presente e forte. Mesmo que esse evento não tenha passado de uma encenação, ainda assim faz parte de um processo em que é permitido algum tipo de poder das mulheres sobre os homens: aqui elas têm a

permissão de tirar a vida de um deles, podem extravasar suas raivas, frustrações e anseios. No entanto, para Gilead, tudo não passa de mais uma forma de controle, seja no sentido de impedir que o Mayday cumprisse seu papel, seja no sentido de descobrir se havia ali alguma Aia que fosse cúmplice do homem, ou seja, de tornar todas cúmplices de um crime.

Assim como a escolha das Tias para controlar as Aias foi feita a partir do consenso masculino, especialmente a partir do que o Comandante Judd julgava adequado – uma vez que “era desde o início de opinião que a melhor maneira e a mais eficiente em termos de custos de controlar mulheres, para propósitos reprodutivos e outros, era por meio das próprias mulheres” (ATWOOD, 2017, p. 362) –, as Particicuições também foram uma criação dos Filhos de Jacó, e como todo o resto possuíam uma função paliativa dentro da sociedade gileadeana. Para os criadores do regime, essas cerimônias eram “não apenas uma maneira especialmente aterrorizante e eficiente de se livrar de elementos subversivos, mas que também agiria como uma válvula de escape para dar vazão à pressão para os elementos femininos de Gilead” (ATWOOD, 2017, p. 361).

Todavia, mesmo diante dessas suposições e manipulações masculinas, essas mesmas mulheres – como já antes dito aqui – ainda conseguem encontrar algum tipo de brecha que as permita contornar as situações de modo a se beneficiarem, ou pelo menos não serem ainda mais prejudicadas. Não apenas a Offred pôde utilizar-se do seu envolvimento com o Comandante e com Nick, nem tão somente Janine pôde aceitar sua posição de mártir na tentativa de cair nas graças de Tia Lydia, na cerimônia de Particicuição acima mencionada é possível interpretar, na atitude de Ofglen, uma forma de tomada de poder, de tomar para si o controle da situação – e evitar que suas iguais sofram algum tipo de consequência –, uma vez que, daquele grupo, ela era a única que possuía a informação de que aquele homem não era um homem que havia cometido um estupro, e, sim, que se tratava de um informante/agente infiltrado do Mayday, conforme a citação a seguir:

- Trate de se controlar – ordena. Ela finge estar limpando minha roupa, meu braço e meu ombro, trazendo o rosto para perto de minha orelha. – Não seja burra. Ele não era um esturador coisa nenhuma, era um preso político. Era um dos nossos. Eu o fiz perder os sentidos. Para poupá-lo de mais sofrimento. Você não sabe o que estão fazendo com ele? (ATWOOD, 2017, p. 330)

Com isso, ela não apenas toma a dianteira para evitar o maior sofrimento do acusado, mas também como uma forma de demonstrar para Gilead, não sua revolta com a situação, mas sua submissão e fé. A Aia poderia muito bem ter optado por fazer um escândalo, se recusar a agredir, a participar do que lhe era imposto, mas ela tinha a consciência de que aquele não era o melhor caminho, que, se o seguisse, não apenas ela, mas muitas outras pessoas envolvidas seriam punidas.

Isto posto, é possível que compreendamos melhor as relações de poder existentes entre as classes do regime teocrático-totalitarista gileadeano, sejam essas radicadas através de demonstrações públicas ou sejam as veladas, permitidas ou proibidas. Em uma sociedade na qual as mulheres têm pouco ou nenhum direito (ou liberdade), é inevitável que movimentos sejam feitos no intuito de contrabalancear o peso que são obrigadas a carregar. Ser mulher em Gilead é sofrer, mesmo que menor ou em maior instância. Não há justiça ou valorização por ser mulher, até mesmo as Aias – que apesar de carregarem o futuro em seus ventres – não são vistas com bons olhos pela sociedade gileadeana, pelo contrário, elas são as que mais sofrem e mais perdem ao serem arrebatadas pelo regime, passando a serem vistas sob um véu de impureza e indignidade por estarem ligadas ao ato sexual e ao pecado. Consequentemente, compreendemos a escolha de Atwood em dar voz a uma Aia, permitindo que percebamos então o valor, a importância, que ela e as demais possuem, não apenas à história contada, mas à Gilead, coisa que não acontece ao lermos *Os Testamentos* (na obra de 2019, a autora deu voz a outras personagens, como já mencionado neste trabalho, o que pode ser por nós interpretado como uma confirmação que, por mais que os anos tenham se passado, nenhum dos percalços por trás da existência das Aias são relevantes, nem para Gilead, nem para a história.

É a partir desse contraponto, da importância dada às Aias na obra de 1985 e do silenciamento encontrado no livro publicado em 2019 (silenciamento esse que também se faz presente nos Simpósios ao final das duas obras), que poderemos traçar o caminho dessas personagens dentro dos dois romances, compreendendo os principais aspectos presentes na suas ações e também dos demais personagens que fazem parte da estrutura opressora da sociedade criada por Margaret Atwood.

Quando falamos da presença das Aias em ambas as narrativas é preciso ter em mente, como já antes mencionado, que pouco encontramos sobre elas em *Os Testamentos* e só sabemos o que sabemos sobre elas devido ao foco narrativo de *O*

Conto da Aia ser uma Aia. Se a autora houvesse optado por outro narrador para o romance de 1985, que não a Offred, existiria grande possibilidade de que pouco ou nada saberíamos sobre essas mulheres, em razão de que Gilead, e a sociedade pós-Gilead, não possuírem nem a visão de que essas personagens sejam realmente relevantes, nem a menor intenção de que isso aconteça, como elucidam o último romance e as narrações dos Simpósios. Ao tomar a palavra das Aias, a autora reforça a posição de mediocridade que essas mulheres possuem dentro do sistema, a posição de receptáculos, conforme as palavras de Arbo e Marques: “embora vital para sua manutenção, a Aia não tem um lugar na sociedade, vivendo às margens, em um limbo, um ‘não lugar’” (ARBO; MARKS DE MARQUES, 2019, p. 6).

Em *Os Testamentos*, as Aias não perdem apenas a voz de sua narradora (que se fez presente e representante na primeira obra), elas perderam também a presença e o pouco grau de importância que Offred conseguira nos transmitir. Foi através da sua narração em *O Conto da Aia* que acompanhamos de perto todos os horrores vividos por ela e pelas demais, que fomos empáticos na revolta contra a posição de inferioridade imposta às mulheres e que pudemos questionar as verdadeiras relações de poder existentes por trás dos muros sociais erguidos por Gilead. Já na segunda obra, com a narração revezada entre Tia Lydia, Agnes e Nicole, pouco é dito a respeito das Aias. Sabemos que elas estão lá cumprindo as funções que lhes foram designadas, mas não há detalhes, não há revolta perante a opressão que sofrem – não há fator algum de importância, elas são o enredo do romance que sempre foram aos olhos de Gilead: silêncio, procriação e submissão. Qualquer passo além disso e elas passavam a ser consideradas “perversas e ardilosas, e de que nunca se podia confiar nelas” (ATWOOD, 2019, p. 42), além de descartáveis.

Ofkyle ainda não fora levada da nossa casa. Estava no quarto dela, embrulhada em um lençol. [...] Descobri o seu rosto. Estava branco feito cera: não devia ter restado sequer uma gota de sangue dentro dela. [...] Ela, Ofkyle, a sem nome, sepultada sob uma pequena laje quadrada que podia muito bem estar em branco. (ATWOOD, 2019, p. 116 e 117)

Ela (*tia Lydia*) falou que nossa irmã de serviço, a Aia Ofkyle, fizera o sacrifício supremo, e havia expirado com a honra de uma mulher nobre, e se redimira de sua antiga vida de pecado, dando assim um grande exemplo para as outras Aias. [...] A verdade era que tinham aberto a Chrytal (*Ofkyle*) ao meio para tirar o bebê, e assim a haviam matado. Não fora escolha dela. Ela não tinha se oferecido para morrer com a honra de uma mulher nobre nem para ser um grande exemplo, mas nisso ninguém falou. (ATWOOD, 2019, p. 117 e 118), grifo meu)

Dois pontos cruciais, já aqui mencionados, que são de extrema importância para se compreender a verdadeira posição das mulheres gileadeanas, tanto sob a perspectiva delas, quanto do resto da sociedade – dentro e fora de Gilead, durante e pós a queda do regime –, são os Simpósios apontados ao final dos dois romances. É através dos capítulos intitulados “Notas Históricas” que temos acesso ao Décimo Segundo (em *O Conto da Aia*) e ao Décimo Terceiro (em *Os Testamentos*) Simpósios sobre Estudos Gileadeanos. Através desses relatos – em parte feitos por um homem, o Professor Pieixoto –, que, muito além do questionamento sobre a autenticidade do que fora lido nas páginas que os sucedem, abrem espaço para que percebamos o absoluto silenciamento das mulheres, sobretudo das Aias, no contexto social do universo criado pela autora – e que como toda obra distópica reflete a realidade na qual está inserida. Engana-se quem enxerga imparcialidade nas palavras de Pieixoto:

Além das piadas, a aceitação e o encorajamento do público através do riso indicam que, embora Gilead, como um sistema, tenha falhado, suas sementes — a misoginia redutiva — ainda permanecem firmemente enraizadas, aceitáveis até mesmo nos níveis mais altos de pensamento e educação. (BLOOM apud BUCHWEITZ, 2020, p. 71)

Nos enganamos ao chegar nas Notas Históricas com o pensamento de que será exposta alguma espécie de retratação, que será feito algum movimento retaliativo a tudo que as Aias ou as demais mulheres sofreram dentro de Gilead. O que encontramos é o silenciamento total dessas mulheres, acompanhado da descrença e da misoginia. Muito além do silenciamento das Aias encontrado em *Os Testamentos*, o que encontramos em ambos os Simpósios é a extensão do pensamento machista que levou ao golpe de estado e a criação de Gilead, a comprovação de que, mesmo diante dos relatos detalhados do sofrimento pelo qual as mulheres gileadeanas passaram, ainda há espaço para o questionamento a respeito da autenticidade de tudo que foi exposto para justificar as atitudes tomadas pelos responsáveis – os homens, os Filhos de Jacó –, por pior que elas tenham sido.

Embora ambos os romances sejam narrados por mulheres, a palavra de fechamento das obras é dada aos homens: não é permitido elas que encerrem suas próprias histórias, que ponham um ponto final nas suas argumentações. Quando restringimos nosso foco analítico apenas às figuras das Aias, notamos que há o silenciamento delas nos simpósios, ao passo em que as pessoas que deles faziam parte – e também os assistiam – não se preocupavam em discutir a respeito dos

horrores que elas viveram, que as mulheres arrebatadas pelo governo gileadeano precisaram enfrentar, mas sim procuraram explicar os motivos que levaram o regime agir como agiu e fazer tudo que fez, submetendo as mulheres a sérios traumas. Assim, percebemos que, da mesma forma que ocorre, não apenas em *Os Testamentos* ou em Gilead – enquanto gatilho de opressão – o que aconteceu no pós-Gilead a essas mulheres também não era relevante o bastante para afastá-las do papel de reprodutoras e passar a enxergá-las como vítimas.

A necessidade do que eu poderia chamar de serviços de reprodução humana já era reconhecida no período pré-Gilead, no qual estava sendo atendida inadequadamente por “inseminação artificial”, “clínicas de fertilidade”, e pelo uso de “mães de aluguel”, que eram contratadas com esse propósito. Gilead tornou ilegais as duas primeiras opções, considerando-as irreligiosas, mas legitimou e executou a terceira, que era considerada como tendo precedentes bíblicos; assim substituíram a poligamia serial, comum no período pré-Gilead, pela forma mais antiga de poligamia simultânea, praticada tanto nos tempos primitivos do Velho Testamento bem como no antigo estado de Utah, no século XIX. (ATWOOD, 2017, p. 358)

Ao contrário do que se espera de uma sociedade que se encontra situada no tempo no futuro, que vivenciou gatilhos muito fortes de violência, machismo e opressão e que poderia ter aprendido com os seus erros, buscando corrigir injustiças e dar voz às vítimas – mesmo que estas já estivessem mortas –, o que encontramos nesses eventos promovidos por pesquisadores e estudiosos – cujo seu maior foco de pesquisa é a sociedade gileadeana – são as mesmas pessoas misóginas e preconceituosas que anos antes deram origem à Gilead ou que fingiram que não viram ou que não conheciam o que se passava naquela sociedade oriunda de um golpe de estado, cerceada de costumes e crenças (tanto religiosas quanto sociais) arcaicas e duvidosas. O enxerto acima deixa isso bastante claro, ao invés de questionarem os métodos de reprodução tomados pelo regime, e apontarem as cerimônias de reprodução pelas quais as Aias eram obrigadas a passar como sendo um estupro, eles preferiram buscar justificativas em pontos específicos da história geral e nas religiões cristãs, dando a entender que aquela sociedade não havia feito nada de errado, ou ao menos nada que outros já não tivessem feito antes.

Mais do que apenas deixar de lado os horrores vividos por essas mulheres, eles questionam a validade desses discursos, nas duas obras, sugerindo que possam ter sido falsificados, conforme aponta Wendel Buchweitz:

A análise dos professores de Cambridge é fria, pragmática, e não leva em consideração a dimensão humana das personagens narradores. Como lembra a professora Crescent Moon, na abertura do simpósio: “[c]omo dizem por aí, a história não se repete, mas rima” (ATWOOD, 2019, p. 435). É essa a ideia que o leitor pode ter ao ler o último capítulo do livro e a objetividade acadêmica com que as narrativas são tratadas: a história não se repete, mas rima, pois estão mais uma vez contestando e objetificando o discurso das personagens que vivenciaram a opressão do sistema gileadeano. (BUCHWEITZ, 2020, p. 87)

Para essa sociedade pós-Gilead, silenciar a voz dessas mulheres também não basta. Sem a possibilidade de mais uma vez oprimi-las e subjugar-las, eles fazem necessária uma validação masculina acerca da veracidade do que lhes foi contado. Até mesmo o título da palestra conferida por Pieixoto durante o Décimo Segundo Simpósio, “‘Problemas de Autenticação com Relação à O Conto da Aia’ (ATWOOD, 2017, p. 352)”, deixa clara a posição de indiferença e descrença por parte da sociedade na qual está inserido.

Ainda nas palavras de Buchweitz:

Embora tenha problematizado abertamente a narrativa de Offred no simpósio anterior, Pieixoto admite que as suas hipóteses (junto ao professor Wade) a respeito das fitas encontradas se mostraram verdadeiras: “Àqueles que questionaram este material e suas datas, hoje posso dizer com segurança que meia dúzia de estudos independentes verificaram nossas hipóteses iniciais, embora alguma explicação se faça necessária” (ATWOOD, 2019, p. 437). Somente após “meia dúzia de estudos independentes” o professor pôde validar a narrativa de Offred. A história da aia, por si só, não era suficiente. E a passagem “àqueles que questionaram este material e suas datas” revela que não eram apenas os professores Wade e Pieixoto que problematizavam a narrativa de Offred, mas possivelmente a comunidade acadêmica de modo geral a contestava também. (BUCHWEITZ, 2020, p. 88)

Nos equivocamos ao acreditar que, após terem conhecimento a respeito do que as Aias sofreram dentro do regime, a sociedade resultante procuraria de alguma forma, remediar o que fora feito no passado, procurando, de certa maneira, procurar evitar que acontecimentos do mesmo tipo sejam revividos ou celebrados. Mesmo distantes de Gilead na linha temporal, o pensamento dessa sociedade ainda se mantém bem próximo ao pensamento coletivo que, antes mesmo da tomada do poder pelos Filhos de Jacó, já era predominante e opressor.

Com isso, pode-se destacar a situação de silêncio e silenciamento dessas personagens, uma vez que, muito além de possuírem as palavras que fecham as obras, esses homens domesticam todo o discurso, filtram cada uma das palavras pronunciadas por essas mulheres em ambas as obras. Em momento algum nós temos acesso direto a essas vozes: tanto Pieixoto quanto os demais estudiosos de Gilead

envolvidos nos Simpósios apenas divulgam (transcrevem, redigem, manipulam, organizam na ordem que eles acreditam ser a mais adequada) o discurso, sem nunca darem o acesso direto às fontes, às vozes, à realidade dessas mulheres. As fitas existem, mas suas autenticidades são questionadas a todo momento. Mais do que manipular o discurso, a sociedade pós-Gilead (especialmente de homens), tiram o direito que as Aias (que Offred) – e, conseqüentemente, que as narradoras de *Os Testamentos* – têm sobre suas próprias vozes. Além de ser silenciada pelo regime, Offred também perdera o poder de se fazer ouvida fora dele, por aqueles de que se esperava um pouco mais de consideração diante dos relatos que tiveram acesso, comprovando assim que, mesmo que os anos se passem, a suposta superioridade masculina ainda detém o direito de sobrepujar-se ao discurso feminino, tomando para si a palavra, enquanto que a nós cabe apenas acreditar que a fala a qual temos acesso é a fala original.

4.3 As Esposas e as Marthas vestem domesticação

Existem apenas mulheres que são fecundas e mulheres que são estéreis, essa é a lei. (ATWOOD, 2017, p. 75)

Dentro do que já sabemos sobre a divisão social de Gilead, especialmente sobre a categorização das mulheres que dela fazem parte ou são obrigadas a fazerem parte, passamos agora à análise de duas outras categorias já anteriormente citadas e que merecem nossas atenções, mesmo que pouco acesso tenhamos a elas em ambos os romances: as Esposas e as Marthas. A pouca presença dessas mulheres, tanto em *O Conto da Aia* quanto em *Os Testamentos*, se dá especialmente pelo fato de elas não terem tido voz em ambos. Margaret Atwood não concedeu a elas a voz de narrarem suas próprias histórias; dessa maneira, o que nos é passado sobre elas recebe o filtro das demais narradoras, tornando-se, assim, as versões que outras mulheres possuíam delas.

De certa forma, Esposas e Marthas acabaram passando também por uma espécie de silenciamento e, até mesmo, de esquecimento, não apenas dentro da sociedade gileadeana, mas também dentro do enredo das obras, perdendo qualquer grau de relevância que pudessem representar no contexto de convivência no qual

estavam inseridas. Não terem tido a chance de narrarem suas histórias fez delas personagens ainda mais secundárias, não nos permitindo conhecer profundamente suas funções dentro do regime, suas relações interpessoais, limitando-as apenas à vida cotidiana dos lares do alto escalão de Gilead. No entanto, mesmo com o pouco que nos é apresentado sobre elas, através das narradoras é possível perceber que, apesar do descaso pré-existente, essas mulheres ainda assim transmitem algum grau de importância, por menor que seja, que lhes proporciona certas situações nas quais elas apresentam e exercem algum tipo de poder e significância dentro do pequeno nicho que lhes é imposto.

Presas inicialmente às realidades dos lares gileadeanos, Esposas e Marthas são as responsáveis por manter a estrutura domiciliar em ordem. As segundas são para as primeiras como empregadas domésticas são para patroas; o que principalmente as difere é o grau de importância – que não coincide com a realidade - que as Esposas costumam dar a si mesmas e que tentam, de alguma forma, transmitir para o círculo social no qual circulam, o que nos leva à questão de que muitas das Esposas – as da primeira geração e especialmente as mencionadas em *O Conto da Aia* – estavam em Gilead por escolha própria, abdicando de seus passados em prol do regime. Enquanto que as Marthas (como a maioria das mulheres dentro dessa sociedade), estas foram arrancadas de suas vidas e forçadas a fazerem parte de algo que desconheciam ou não concordavam. No entanto, independente da maneira como foram agregadas à distópica realidade, a essas duas categorias permanece em comum o conceito de domesticação. O fato de estarem atreladas às casas faz delas figuras até certo ponto invisíveis, reclusas à manutenção não só das construções, mas também dos laços de poder que ultrapassam as barreiras físicas dos ambientes sob seus domínios. Por mais difícil que seja descrever ou afirmar o quão relevantes para a história essas personagens tenham sido (pela falta de maiores informações sobre essas mulheres), com o pouco que temos conseguimos perceber que por mais reduzidas ao ambiente familiar que elas estivessem, elas não se resumiam a isso.

Dentro do contexto gileadeano, as Esposas representam a única parcela feminina que se constitui a partir da ligação com os homens, a partir de seus casamentos com homens importantes para o regime, antes ou depois do golpe. Com seus vestidos azuis, elas configuram as únicas mulheres que não vivem no pecado,

que são dignas de se casarem e terem filhos – mesmo que esses não sejam concebidos por elas e sim por suas Aias –, além de possuírem acesso a regalias (como cigarros entre outros artefatos contrabandeados) que nem mesmo as Tias possuíam. Da posição de suposta superioridade em relação às demais mulheres – posição essa que existe muito mais de maneira ilusória e sustentada por elas próprias, uma vez que costumam, dentro do círculo social de Esposas que frequentam, sustentar esse status uma das outras, afastando as demais e dando a si próprias um grau de valor que não possuem para Gilead ou para os homens –, as Esposas acabam por viver uma vida de aparências, que gira em torno do poder que possuem sobre as Marthas, aproveitando pequenas chances que surgem de manipular, ainda que dentro do âmbito domiciliar e do círculo social fechado que estão inseridas, em prol de conquistarem algo que lhes dê significância. Na maioria das vezes, isso gira em torno de conseguir um filho ou um bom casamento para suas filhas, ou, em alguns casos, até para si próprias (caso venham a ficar viúvas).

Fora do contexto de poder criado por elas mesmas, as Esposas não representam para o resto da sociedade gileadeana muito mais que o frígido papel de mulheres casadas, dependentes diretamente da relação matrimonial que possuem com os homens considerados importantes para o regime. Sob seus domínios restam apenas as Marthas (que fazem o papel de empregadas), ligadas pelo movimento de opressão existente, no qual mulheres passam a oprimir outras mulheres – assim como a relação das Tias com as Aias –, como forma de tomar para si algum fragmento que seja de poder, e assim conseguir se manter o mais estável possível dentro dessa realidade. Por mais que, para as demais mulheres de Gilead – exceto as Tias que possuem um poder maior e mais verdadeiro –, essa parcela feminina represente algum tipo de perigo e demonstre ter maior liberdade e vantagens, elas ainda são apenas mulheres, pessoas consideradas frágeis e oprimidas pelos homens que estão no comando, confinadas à realidade de seus lares (que oficialmente são seus apenas figurativamente, já que a propriedade pertence a Gilead), enfim dependentes do pouco de influência que isso lhes concede, conforme os trechos a seguir narrados pela Offred:

O Comandante bate à porta. O bater é prescrito: presume-se que a sala de estar seja território de Serena Joy, presume-se que ele deva pedir permissão para entrar. Ela gosta de fazê-lo esperar. É uma ninharia, mas nesta casa as ninharias são muito importantes. (ATWOOD, 2017, p. 106)

Ou tricotando echarpes para os Anjos nas frentes de batalha. Tenho dificuldade em acreditar que os Anjos tenham necessidade dessas echarpes. [...] Talvez seja apenas alguma coisa para manter as Esposas ocupadas, dar-lhes uma noção de objetivo a cumprir. Mas invejo a Esposa do Comandante por seu tricô. É bom ter pequenas metas que podem ser facilmente alcançadas. O que ela inveja em mim? Ela não fala comigo, a menos que possa evitar. Sou uma vergonha para ela; e uma necessidade. (ATWOOD, 2017, p. 21 e 22)

Assim, é possível racionalizar a respeito da realidade das Esposas e então compreender que elas não se diferem tanto das outras mulheres: elas também são reféns de pequenas situações que lhes concedem qualquer tipo de influência ou poder, e são obrigadas a usufruir delas como artifícios para sobreviver diante das situações às quais são submetidas. Por escolha própria ou não, essas mulheres também são vistas com pouco significância pelo olhos opressores da sociedade gileadeana. É preciso dar-lhes ocupações para que possam manter as mentes ocupadas a ponto de que não procurem a gerar problemas, gerar revoltas, dar-lhes pequenos luxos ou lhes permitir algum tipo de superioridade – mesmo que falsa – para que elas possam se sentir melhores consigo mesmas e aceitar as posições que lhes foram concedidas. Se as Esposas possuem maior influência que as Marthas, ou até mesmo que as Aias, não é porque os Filhos de Jacó as consideram melhores, mas sim porque eles sabem que elas precisam se sentir acima das demais para que se mantenham passivas.

Um dos principais exemplos dessa passividade diz respeito à presença das Aias nas casas dos Comandantes. Ter uma Aia em casa é um ponto de status para os homens, enquanto que, para as Esposas, esta circunstância acaba sendo completamente degradante. Muito além da questão que envolve presenciar seus maridos terem relações sexuais com outras mulheres, ter uma Aia para as Esposas representa a incapacidade de ter filhos e, acima de tudo, não poder dar um filho aos seus maridos, que garantiria não apenas o legado deles, mas também parte das gerações futuras do regime. Ter um filho é um processo que gera um *status* bastante elevado: os casais que são abençoados com esse milagre passam a ser vistos com outros olhos perante os demais, além de estarem contribuindo para uma posteridade nascida e criada dentro dos preceitos gileadeanos. Por este motivo, as Esposas são obrigadas a aceitarem as Aias, mesmo sendo humilhante para elas, acabando por também se submeter ao processo imposto, sem se revoltar, fazendo vista grossa aos horrores aos quais as Aias são submetidas.

Para uma Esposa sobreviver em Gilead e manter as aparências de superioridade, ela necessita ter um filho, ela precisa ser mãe, mesmo que este filho não tenha sido gerado por ela. Assim como o regime necessita que ela tenha um filho, seja como for, para ter uma ocupação e novamente manter-se submissa e dócil. É partindo desse princípio que elas irão, então, assim como as demais mulheres gileadeanas, utilizar das pequenas brechas que lhes são dadas para efetivar qualquer possibilidade de exercer poder ou influência sobre as demais mulheres, manipulando as situações a seu favor e, conseqüentemente, tirando das mãos dos homens – mesmo que esses nunca venham a descobrir – o controle que eles acreditam possuir e julgam as mulheres incapazes de obter.

- Talvez ele não possa. – diz ela.
Não sei a quem está se referindo. Quer dizer o Comandante ou Deus?
[...]
- Talvez – diz ela, segurando cigarro, que não conseguiu acender. – Talvez você devesse tentar de outra maneira.
- Que outra maneira? – Pergunto. Tenho que me manter séria.
- Um outro homem. – diz ela.
- Sabe que não posso – digo, com cuidado para não revelar minha irritação.
- É contra a lei. Sabe qual a penalidade.
[...]
- Foi assim que Ofwarren fez. A esposa sabia, é claro. – Ela faz uma pausa para deixar que isso seja bem compreendido. – Eu a ajudaria. Garantiria que nada desse errado. (ATWOOD, 2017, p. 243 e 244)

No trecho acima, é possível perceber quanto a carência de ter um filho influencia na relação das Esposas com suas Aias e, conseqüentemente, no modo como ‘ela’ passa a manipular a situação de modo a ser favorável a elas, de modo que consigam o que querem, independentemente de precisar ou não quebrar algumas regras impostas pelos homens a elas e também às demais mulheres. Serena Joy deixa bem claro à Offred a sua vontade e o que está disposta a fazer para tornar-se mãe, estando assim ciente da sua própria condição infértil e da possibilidade da Aia ainda não tenha engravidado devido um problema de fertilidade do Comandante – uma vez que ela sabe que Offred teve uma filha antes do regime e, com isso, provavelmente ainda seja fértil. Por mais devota à Gilead que Serena seja, por mais presente que tenha estado durante o planejamento do golpe, ela ainda é uma mulher e tem a consciência da pouca relevância que possui dentro daquela sociedade, assim como também não está cega pela submissão e compreende que, para alcançar aquilo

que deseja, deverá desviar do caminho tido correto pelo regime e usar de seus próprios meios para manipular a sorte a seu favor.

- Talvez eu pudesse lhe dar alguma coisa – diz ela. Porque me comportei bem. – Algo que você quer – acrescenta, de maneira quase adúladora.
[...]
- Um retrato – diz ela, como se me oferecendo alguma prenda juvenil, um sorvete, uma ida ao zoológico. Levanto o olhar e a encaro, confusa.
- Dela – diz. – De sua filhinha. Mas só talvez.
Então ela saber onde a puseram, onde a estão mantendo. (ATWOOD, 2017, p. 245)

Mesmo que não signifique muita coisa, nessa situação a Serena tem total poder e controle sobre a Offred. Ela usa das poucas vantagens que uma Esposa de um Comandante pode conseguir – como nesse caso a de possuir informações privilegiadas sobre a localização de certas pessoas, que devem ser mantidas afastadas para que a ordem seja conservada dentro do regime – para tentar manipular outra mulher, a sua Aia, de modo a conseguir algo que precisa, de modo a moldá-la dentro daquilo que ela necessita e Gilead ordena. Offred precisa gerar um filho para Serena, nem que para isso ela tenha que fazer algo proibido até mesmo para o alto escalão gileadeano – no caso, mostrar a foto da filha que fora arrancada dos braços da outra e entregue a uma família influente naquela sociedade.

Em alguns casos, para sobreviver e não se perder na realidade usurpadora que as cerca, ser Esposa de alguém influente não é o suficiente – ainda mais no caso de Serena, que teve um papel importante no pré-Gilead, na idealização da mesma, e que, quando o plano se concretizou, acabou sendo deixada de lado e anexada à categoria considerada pelos homens como inferior. É necessário ser algo mais: em um ambiente tão conservador em suas regras, ser algo mais significa ser Esposa de alguém ainda mais influente ou mãe de um filho dele, como no caso de Paula em *Os Testamentos*, que matou seu antigo marido, manipulou a situação de modo a culpar sua Aia e, uma vez viúva, conseguiu casar com outro Comandante, que se encontrava em um patamar mais alto dentro dos Filhos de Jacó, conforme vemos no relato a seguir, dado por Agnes após se tornar uma aspirante à Tia e ter acesso às pastas dos arquivos do Ardua Hall:

Conforme já contei, o marido dela, o Comandante Saunders, fora assassinado em seu escritório pela Aia do Casal. Ou pelo menos essa foi a história que circulou.
Paula dissera que a menina era desequilibrada e perigosa, e furtara um espeto de churrasco da cozinha, atacando e matando o Comandante Saunders sem qualquer motivação. A Aia fugira, mas depois fora apanhada

e enforcada. [...] Mas a história da pasta azul era bem diferente. (ATWOOD, 2019, p. 325)

Paula tinha feito amizade com a Aia e se ofereceu para ajudá-la a escapar de Gilead [...] Depois da partida da Aia, fora Paula quem enfiara o espeto no Comandante Saunders. Ela tinha subornado sua Martha para confirma sua história sobre a Aia assassina, conjugando o suborno com ameaças.

[...]

Ainda assim, nada tinha acontecido com Paula. E uma Aia havia sido enforcada pelo crime em seu lugar. (ATWOOD, 2019, p. 326)

Em via contrária à das Esposas, as Marthas fazem parte da parcela feminina que foi arrancada de suas vidas anteriores e forçadas a aceitarem, a viverem, a realidade de Gilead. Por não serem férteis, ou jovens o bastante, não puderam ser designadas à função de Aias; por não terem homens influentes em suas famílias, além de não poderem ocupar a categoria de esposas – assim elas eram designadas à função de empregadas domésticas de lares influentes – pertencentes a homens com algum grau de importância para o regime. Muitas dessas mulheres foram professoras, médicas, enfermeiras, entre outras profissões, nas suas versões pré-Gilead, e tiveram de abandoná-las, uma vez que, nessa nova realidade, não cabiam às mulheres papéis importantes ou que demandassem conhecimentos técnicos/profissionalizantes – essas funções cabiam apenas aos homens, uma vez que mulheres eram por eles consideradas inferiores e indignas de considerações maiores.

Ela está com o seu vestido habitual de Martha, que é verde desbotado como um traje cirúrgico dos tempos anteriores. [...] Ela põe o véu para sair, mas ninguém se importa muito com quem vê o rosto de uma Martha. [...] Ela está fazendo pão, atirando os cones de massa para a rápida sovada final e depois dar a forma. (ATWOOD, 2017, p. 18)

Com isso, as Marthas possuem pouco grau de importância, tanto para Gilead quanto para os romances propriamente ditos, figurando como personagens que fazem parte do plano de fundo da história, reduzidas apenas ao domínio das tarefas domésticas, ao ambiente doméstico. Mas, ao mesmo tempo, devido a essa invisibilidade, essas mulheres acabam tendo acesso clandestino a informações privilegiadas que percorrem pelas casas nas quais trabalham; dessa forma, elas acabam por gerar uma transmissão de informações, o que dá a elas uma certa visibilidade aos olhos de mulheres como as Aias, uma vez que, para Gilead, elas ainda são irrelevantes ao ponto de não representarem perigo.

As Marthas sabem de coisas, conversam entre si, transmitindo as notícias não oficiais de casa em casa. Assim como eu, elas ficam a escutar por trás

das portas, sem dúvida, e veem coisas mesmo com os olhos desviados. Eu já as ouvi fazer isso em algumas ocasiões, escutei fragmentos de suas conversas particulares. [...] As Marthas não devem confraternizar conosco. (ATWOOD, 2017, p. 19 e 20)

É através dessa invisibilidade que as Marthas tecem uma realidade menos insignificante àquela que lhes fora imposta. Aos olhos de Gilead, elas ainda são apenas as responsáveis por cuidar das casas, mas, para elas e para outras mulheres, elas figuram como quem conhece os segredos dos lares gileadeanos. Consequentemente, surgiram boatos de que, com esse acesso privilegiado a informações, algumas dessas mulheres passaram a auxiliar suas iguais a fugirem dos domínios de Gilead, trabalhando, então, como informantes, agentes duplas e membros de forças rebeldes e de resistência como o MayDay.

Ainda dentro da divisão social feminina de Gilead, Esposas e Marthas convergem numa outra classificação: a das Econoesposas. As mulheres subjugadas a essa categoria representam o produto ideal do patriarcado – a mulher que é mãe, cuida da casa e do marido – enquanto para o regime, ironicamente, ela faz parte de uma das classes mais baixas, estando acima apenas daquelas que são consideradas não-mulheres – e que costumam ser enviadas para as Colônias. Vivendo à margem da sociedade gileadeana, com seus vestidos listrados, elas ainda são tão menosprezadas quantos as demais mulheres, mas tornam-se tão irrelevantes para o poderoso contexto criado para os Filhos de Jacó, e consequentemente para Gilead, que quase não há informações sobre elas no romance. O que seria ideal para as sociedades patriarcais fora do contexto gileadeano e das obras aqui analisadas não é relevante ou interessante para Gilead, os homens dessa sociedade não precisam de mulheres capazes de exercer diversos papéis, eles precisam de mulheres que sejam felizes – ou finjam felicidade - em qualquer contexto, por menor que este seja e que não questionem a falta de relevância que lhes é dada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao lermos *O Conto da Aia* passamos a questionar a posição das mulheres dentro de Gilead: enxergamos aspectos dessa sociedade com olhos não apenas de julgadores, mas também de questionadores. Nos deparamos com uma sociedade tão antifeminina, que oprime, julga, estupra, silencia e pune suas mulheres, mas que, ao mesmo tempo, demonstra ser estritamente dependente dessas mesmas figuras, ao passo que permite que vários pontos de significativa importância para a manutenção do regime fiquem nas mãos de suas mulheres. Notamos, então, que, mesmo de forma indireta ou disfarçada de obediência, as mulheres de Gilead possuem sim uma participação crucial na formação do regime, ao passo que, com a leitura de *Os Testamentos*, observamos que essa abertura feita por essa parcela feminina resulta em uma parte crucial da equação que levou à sua queda: desde as Tias que comandavam as demais mulheres (diretamente apenas as Aias, mas que, de forma velada, agiam sob as demais categorias, como fez Tia Lydia a respeito das questões que envolviam a Agnes e Paula), passando pelas Esposas e Marthas que estavam ligadas a manutenção dos lares, até pelas Aias, que eram as principais responsáveis pelas gerações futuras.

Toda essa perspectiva de demasiada importância aos papéis femininos dentro de Gilead reflete a ilusão de estarmos diante de uma vertente matriarcal, não de uma sociedade matriarcal do ponto de vista que desencadeia uma estrutura social oposta ao patriarcado – ou nem mesmo de uma visão distorcida do que o feminismo representa, uma visão de superioridade feminina sobre a masculina –, não obstante um viés socioideológico capaz de produzir a noção, e até mesmo a sensação, de liberdade, na qual essas pequenas transgressões femininas e suas experiências de poder geram pela impressão de que ocorreram sim mudanças dentro da estrutura político-social do regime, e que essas liberdades possibilitaram às mulheres gileadeanas construir um arranjo de controle e de dominância, que as levou a se tornarem fatores importantes e decisivos para a queda do governo (Gilead) – não somente como uma estrutura patriarcal, mas também como uma sociedade totalitarista e opressora como um todo.

Com isso, a partir dessa visão de Gilead como um matriarcado, passamos a esperar um sinal de melhora (uma deterioração da perspectiva de opressão

masculina sobre a feminina), que iria não apenas refletir no presente momento das narrações das obras, como também no pós-Gilead e no contexto real fora das obras – uma vez que, como já aqui mencionado, as histórias distópicas funcionam como um sinal de alerta para a sociedade que as lê. Criamos a expectativa de que, ao final dos romances, especialmente de *Os Testamentos*, todas as atitudes tomadas pelo regime gileadeano (enquanto sociedade dominada por homens) seriam repudiadas, e, a partir disso, seria permitido às mulheres o espaço de vítimas, que elas seriam percebidas então como as grandes afetadas, como mártires de uma história que a todo o momento demonstrou o caráter impiedoso que as mãos dos homens procuravam infligir sobre elas. No entanto, ao que nos deparamos com as narrações do Décimo Segundo e Décimo Terceiro Simpósios sobre Estudos Gileadeanos percebemos que, mais uma vez, essas mulheres foram silenciadas e as versões de suas histórias, por elas próprias narradas, foram questionadas e até mesmo transformadas em piadas.

Ao passo que opta por primeiro encerrar a narração dos romances e só depois nos apresentar a narrativa dos Simpósios, Margaret Atwood dá espaço à ilusão, nos permite respirar por alguns instantes e vislumbrar uma sociedade pós-Gilead mais evoluída, capaz de problematizar a estrutura social criada pelos Filhos de Jacó e banir qualquer tipo de ideologia que consinta a opressão de outras partes. No entanto, conforme vamos lendo e absorvendo o que nos é apresentado na narração dos Simpósios, somos obrigados a abandonar a visão otimista e somos novamente jogados ao abismo da descrença e da indignação. Não há esperanças para a sociedade dentro dos romances, já que a figura feminina ainda é subjugada e motivo de piada (citação), assim como continua tendo sua visão de mundo, sua opinião e seus pontos de vista, questionados mesmo diante da barbárie apresentada – seja nas fitas de Offred ou nos depoimentos e relatos de Tia Lydia, Agnes e Nicole.

Ao finalizar as obras com as narrações de um homem, de Pieixoto, a autora nos abre espaço para questionarmos o quanto da sociedade atual e das anteriores, está refletida em seu discurso. *Os Testamentos*, assim como a 4ª onda do feminismo trazem consigo a esperança de uma melhora, de um olhar mais altruísta sobre a sociedade, sobre o papel das mulheres na sociedade; entretanto, chegar ao final do 13º Simpósio levanta a dúvida se a voz que está sendo dada às mulheres, nos dias atuais, está mesmo sendo ouvida ou apenas está se perdendo no turbilhão de informações que a internet libera diariamente, se tudo que as mulheres da segunda

(e demais ondas) enfrentaram convergem num caminho mais otimista na atualidade e mais esperançoso para o futuro, ou as mulheres continuarão sendo questionadas, invalidadas e excluídas por serem ainda consideradas inferiores.

Conscientes a respeito da importância das narrações distópicas para a nossa realidade, somos capazes, então, de assimilar o contexto social da 2ª Onda Feminista que permeia a escrita de *O Conto da Aia*. A partir daí estamos sensíveis e abertos o bastante para compreender a premissa de que as mulheres não apenas podem, como querem assumir maiores responsabilidades, absorvendo maiores coeficientes de poder, ao passo em que permanecem em luta constante pelos seus direitos, suas representatividades, seus lugares dentro da sociedade, em conflito direto com o patriarcado – que a todo o momento busca apagar a figura feminina, o poder que as mulheres podem representar dentro do âmbito social. Em sua ficção especulativa, Atwood nos deixa clara a ironia por trás de suas palavras: se, para o contexto social da sociedade patriarcal na qual ainda vivemos, a mulher ideal é representada pela mulher abnegada, multitarefas, que carrega o peso opressivo do preconceito nas costas, para a Gilead, a mulher ideal é figurada em uma mulher que se contenta em não ser nada além do que lhe é imposto pelos homens – quanto mais rasa de inquietudes melhor.

Em resumo, a mulher gileadeana representa um papel econômico, uma peça da engrenagem que faz o regime andar, mas que pode ser facilmente substituída, já que, por mais essenciais que elas sejam, nunca serão realmente ouvidas ou lhes darão o devido valor – nem mesmo depois da queda dessa sociedade. O que Gilead faz com elas é inseri-las numa espécie de linha de produção, na qual cada mulher (exceto as Econoesposas) desempenha uma única e específica função – esposa, empregadas etc. –, mostrando-se felizes por isso ou apenas fingindo o contentamento. Essa constatação acaba por ir em oposição à visão existente fora dos romances, fora do universo irônico criado por Atwood: no mundo real, a sociedade tem o prazer de cobrar das mulheres que elas assumam o maior número de papéis possíveis, mesmo ela dando conta ou não, querendo ou não, sendo felizes ou não por assumirem mais e maiores responsabilidades – que na grande maioria das vezes nem eram cabíveis a elas. Nossas mulheres têm de ser mães, esposas, empregadas, amigas, amantes, estudantes, professoras, babás e muito mais, ganhando pouco ou nada por tudo isso, sendo ainda julgadas por tudo que fazem, enquanto que os

homens são apenas homens, ganham muito mais por isso e, quando são obrigados a assumir qualquer outro papel, alcançam o *status* de super-homens.

Os Testamentos carregam consigo muito da identidade e das prerrogativas pertencentes à geração que está construindo a 4ª onda feminista – uma vez que a obra foi escrita mais de 30 anos depois do romance lançado por Atwood em 1985, contemporaneamente a essa nova realidade feminista que permeia a sociedade do século XXI. Essa nova geração feminista, permeada pela facilidade do acesso às informações, permite às mulheres uma abertura maior de espaço, lhes fornecendo maiores, e em maior quantidade, canais para debater e denunciar suas realidades, e esse movimento de maior liberdade comunicativa e de maior expressão se dá, principalmente, ao acesso livre à internet, sem que seja necessária qualquer tipo de mediação ou controle (as mulheres são cada vez mais livres para se expressarem) para fazer com que suas vozes sejam ouvidas.

Apesar dos anos que afastam ambas as obras e do contexto social nos quais elas estão inseridas, os romances convergem no mesmo tom de ironia. Na obra lançada em 2019, Atwood novamente lança um olhar irônico sobre a realidade, ao passo que, durante toda a obra, nos leva a acreditar que as vozes femininas se fizeram fortes o suficiente para derrotar seus inimigos. Quando chegamos ao final da leitura dos *Simpósios*, percebemos que elas não apenas foram silenciadas, mas que a sociedade pró-Gilead não é tão diferente das que a antecederam, que todos os esforços e sacrifícios feitos pelas mulheres gileadeanas não foram o suficiente para alertar as gerações futuras ou orientá-las a enxergar o machismo e a misoginia como algo impraticável. Isso nos faz questionar até que ponto essa maior abertura que a quarta onda feminista concede às mulheres pode mesmo gerar resultados positivos, uma vez que a sociedade na qual está inserida ainda se mostra tão preconceituosa e opressora quanto a de anos atrás, tornando impossível não criarmos uma visão pessimista a respeito de até onde essas vozes estão mesmo sendo ouvidas e discutidas, ou se estão apenas perdendo-se no limbo de informações processadas, das mensagens instantâneas, mas ignoradas, que a internet produz e muitas vezes incentiva.

[...] pois para um homem ainda é muito mais fácil do que para uma mulher dar a conhecer suas opiniões e vê-las respeitadas. Não tenho dúvidas de que, caso tais opiniões prevaleçam no futuro, continuaremos num estado de barbárie semicivilizada. Pelo menos é assim que defino a perpetuação do

domínio de um lado e, de outro, da servilidade. Pois a degradação de ser escravo só se equipara à degradação de ser senhor. (WOLF, 2012, p. 51)

O amplo acesso à informação que a atualidade concede dá espaço, não apenas para que o oprimido ganhe voz e denuncie a realidade que o cerca, mas também dá liberdade excessiva para que o opressor também seja ouvido e dessa maneira, acabe por oprimir ainda mais suas vítimas. Observamos isso claramente na realidade do Brasil após as eleições de 2018, nas quais um presidente machista, homofóbico, misógino e ignorante foi eleito, e, com ele, seus grupos de seguidores encontraram o incentivo que lhes faltava para assumirem a mesma postura preconceituosa. Isso nos faz questionar até que ponto a liberdade que é concedida às mulheres (dentro e fora dos romances de Margaret Atwood) pode ser mesmo considerada como um benefício ou um fato concreto. A idealização de uma sociedade capaz de dar a devida importância às mulheres pode ser tão utópica ao ponto de tornar-se distópica, uma vez que, por mais perto que cheguemos da igualdade de gênero, de uma sociedade menos patriarcal e preconceituosa, por mais passos sendo dados em direção oposta, a abertura dada não é exclusivamente feminista ou neutra.

Os Simpósios de *O Conto da Aia* e *Os Testamentos* refletem diretamente a realidade que os cerca, a nossa realidade enquanto leitores e indivíduos que vivem em sociedade. Essa realidade é aquela que prefere silenciar as mulheres; mesmo com todos os fatos expostos, com a ciência da opressão que é imposta ao gênero feminino, ainda assim a sociedade prefere, muitas vezes, questionar, desvalidar, ignorar e dar a palavra ao opressor em vez de validar as palavras de uma mulher. Matriarcados, sociedades feministas, ou até mesmo igualdade de gênero não se constroem através de opressão ou de falsas liberdades, muito pelo contrário: constroem-se a partir do momento que compreendemos a cerne do problema, não procurando questionar a sua veracidade, mas sim buscando maneiras de evitar que continuem acontecendo, ao mesmo tempo em que se tenta amenizar os traumas deixados. Em uma sociedade repleta de Offreds e outras tantas mulheres oprimidas, o ato de silenciar suas vozes, quando lhes é concedido espaço para que sejam ouvidas, pode ser tão opressor quanto a mão que oprime.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor. Palestra sobre lírica e sociedade. In: **Notas de Literatura**. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- AGOSTINHO. **A Cidade de Deus**. Trad. J. Dias Pereira. 2º ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.
- ARBO, Jade Bueno; MARQUES, Eduardo Marks de. Confinadas em si mesmas: a morte social e o isolamento do sujeito em *O conto da Aia*, de Margaret Atwood. **Anuário de Literatura**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 164-176, 2019.
- ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- ATWOOD, Margaret. **O Conto da Aia**. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.
- _____. **Os Testamentos**. Rio de Janeiro: Rocco, 2019.
- _____. The Prophet of Dystopia. [Entrevista concedida a] Rebecca Mead. **New Yorker**. Nova Iorque: abril de 2017. Disponível em: <<https://www.newyorker.com/magazine/2017/04/17/margaret-atwood-the-prophet-of-dystopia>>. Acesso em: 18 de setembro de 2020.
- BACHOFEN, Johann Jakob. **Das Mutterrecht: eine Untersuchung über die Gynaikokratie der alten Welt nach ihrer religiösen und rechtlichen Natur**. Stuttgart: Verlag von Kraiss & Hoffmann, 1861.
- BASTIËN, Angelica Jade. **Why the Female Villains on *The Handmaid's Tale* Are So Terrifying**. 2017. Disponível em: <<http://www.vulture.com/2017/05/the-handmaids-tale-aunt-lydia-serena-joy-female-villains.html>>. Acesso em: 05 de novembro de 2020.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- BOBBIO, N., MATTEUCCI, N., PASQUINO, G. **Dicionário de política**. 11. ed., v. 1, Brasília - DF: UNB, 1998.
- BUCHWEITZ, Wendel W. **Sob o olho d'Ele(s): o legado das vozes femininas em *O Conto da Aia* e *Os Testamentos*, de Margaret Atwood**. Orientador: Eduardo Marks de Marques. 2020. 96 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 16 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CAMPELLO, Eliane. **A visão distópica de Atwood na literatura e no cinema**. Interfaces Brasil / Canadá, Belo Horizonte, V. 1, N. 3, 2003.

CASIMIRO, I. (2012). Mulher, Pesquisa, Acção e Mudança. In Silva, C. T., Coelho, B. P. J., & Souto, N. A. (Org.), **Como Fazer Ciências Sociais e Humanas em África - Questões Epistemológicas, Metodológicas, Teóricas e Políticas (Textos do Colóquio em Homenagem a Aquino de Bragança)** (pp.211-226). Disponível em: <<http://www.codesria.org/spip.php?article1611&lang=en>>. Acesso em: 25 de julho de 2020.

CASTRO, Mary G.; LAVINAS, Lena. Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992.

CHALHOUB, S. e PEREIRA, L. A. de M. Apresentação In: **A História contada**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CLAYES, Gregory. **Dystopia: A Natural History**. UK: OUP Oxford, 2017.

COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecilia Maria. O feminismo no Brasil: uma (breve) retrospectiva. In: COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecilia Maria (orgs.). **O feminismo no Brasil: reflexões teóricas e perspectivas**. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008.

COSTA, Ana Alice Alcantara. O Movimento Feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Gênero**, Niterói, v.5, n.2, p.9-35, 2005. Disponível em: <<http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/01112009-115122costa.pdf>>. Acesso em: 11 de julho de 2020.

COSTA, Claudia de Lima. **O sujeito no feminismo: revisitando os debates**. Cadernos Pagu (19), 2002, p. 59 -90.

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, H. et al (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. Editora UNESP: São Paulo, 2009, p. 173–178.

_____. **Le patriarcat, le féminisme et leurs intellectuelles**. Nouvelles Questions Féministes, n 2, Féminisme: quelles politiques? p. 58-74, out. 1981.

DICKER, Rory. **A History of U.S. Feminisms**. Seal Press: Berkeley, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 42. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Movimentos Feministas. In: HIRATA, H. et al (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. Editora UNESP: São Paulo, 2009, p. 144–149.

FREEMAN, Jo. **The Women's Liberation Movement: its origin, structures and ideals**. 1971. Disponível em: <<https://www.jofreeman.com/feminism/liberationmov.htm>>. Acesso em: 18 de agosto de 2020.

HILÁRIO, Leomir Cardoso. Teoria Crítica e Literatura: a distopia como ferramenta de análise radical da modernidade. **Anuário de Literatura**, Santa Catarina, v. 18, n. 2, p.201-215, 2013.

HOWELLS, Coral Ann. Margaret Atwood's dystopian visions: *The Handmaid's Tale* and *Oryx and Crake*. In: HOWELLS, Coral Ann (Org.). **The Cambridge Companion to Margaret Atwood**. New York: Cambridge University Press, 2006. p. 161-175.

JACOBY, Russell. **Imagem imperfeita**: pensamento utópico para uma época antiutópica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. **O fim da utopia**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

KLAGES, Ludwig. **Der Geist als Widersacher der Seele**. Bonn: Bouvier Verlag Herbert Grundmann, 1981.

LEFAUCHEUR, N. Maternité, famille, État. In: DUBY, G.; PERROT, M. (dirs.). **Histoire des femmes en Occident. De l'Antiquité à nos jours**. Paris: Plon, 1992, t.5, p.411-30.

LÖWY, Michael. **Aviso de incêndio**: uma leitura das teses "Sobre o conceito de História". São Paulo: Boitempo, 2005a.

MALAK, Amin. **Margaret Atwood's The Handmaid's Tale and the Dystopian Tradition**. In: BLOOM, H. (Ed.) *Margaret Atwood's The Handmaid's Tale*. Chelsea House Publishers, 2001. Cap. 1, p. 03-10.

MARKS DE MARQUES, E.; KRUGER, L. C. . O corpo-objeto em O Conto da Aia – a desperformatização do corpo da mulher no universo distópico do romance. In: Andrei dos Santos Cunha; Cinara Ferreira; Gerson Roberto Neumann; Rita Lenira Bittencourt. (Org.). **Ilhas Literárias** - Estudos de Transárea. 1ed.Porto Alegre: Editora do Instituto de Letras UFRGS, 2018, v. , p. 512-523.

MILLETT, Kate. **Política Sexual**. Tradução de Alice Sampaio *et.al*. Lisboa: Dom Quixote, 1970.

MILLS, C. Wright. **Poder e política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

ORWELL, G. **1984**. 29. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

PEREZ, Olívia; RICOLDI, Arlene. A quarta onda do feminismo? Reflexões sobre movimentos feministas contemporâneos. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 42. 2018, Minas Gerais. **Anais Eletrônicos**. Disponível em: < https://www.researchgate.net/publication/332639884_A_quarta_onda_do_feminismo > Acesso em: 27 de julho de 2020.

PINTO, C. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PONE, Pedro Felipe Martins. **O Momento Histórico Das Distopias:** (Uma Leitura De *The Handmaid's Tale*, De Margaret Atwood, E *Never Let Me Go*, De Kazuo Ishiguro, Através Do Conceito De Forças Produtivas). *RevLet – Revista Virtual de Letras*, v. 06, nº 02, ago./dez, 2014..

RICOEUR, P. Etapa Atual do Pensamento Sobre a Tolerância. In *ACADEMIA UNIVERSAL DAS CULTURAS* (Org.^a). **A Intolerância**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

RODRIGUES, Alexandra Gato; GADENZ, Danielli; LA RUE, Letícia Almeida de. *Feminismo.com: O movimento feminista na sociedade em rede*. **Derecho y Cambio Social**. Peru, ISSN: 2224-4131, 2014.

RÜSCHE, Ana. **Utopia, feminismo e resignação em *The Left Hand of Darkness* e *The Handmaid's Tale***. 131 f. Tese (doutorado) - Departamento de Letras Modernas 34 da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

TELES, Maria Amélia. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

VIEIRA, Fátima. The Concept of Utopia. In: CLAYES, Gregory (Org.). **The Cambridge Companion to Utopian Literature**. New York: Cambridge University Press, 2010. p. 28-51.

WOLF, Virginia. **Profissão para Mulheres e Outros Artigos Feministas**. Porto Alegre: L&PM, 2012.